

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**Leonardo Socha Rondeau Reisman**

**Moralidade, Ideologia e Instituições: a arquitetura discursiva do Parlamento brasileiro**  
**(2003–2022)**

**Brasília, DF**

**2025**

**Leonardo Socha Rondeau Reisman**

**Moralidade, Ideologia e Instituições: a arquitetura discursiva do Parlamento brasileiro  
(2003–2022)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em ciência política.

Orientador: Professor Dr. Lucio Remuzat Rennó Junior

**Brasília, DF**

**2025**

## **Agradecimentos**

O desafio da convergência da vida acadêmica, profissional e familiar exige comprometimento e renúncia daquilo que me é mais caro: o tempo. Por isso, começo dirigindo meus agradecimentos aos meus tesouros, que são a razão primordial de todo o meu esforço e dedicação. Alice, Samuel, Gustavo e Henrique, meus filhos e Nathalie, minha esposa: obrigado pela paciência e pelo apoio incondicional. Ao meu pai, Amy e à minha mãe, Mary Angélica, que já nos deixaram, ambos responsáveis pela formação que não se dá no banco da escola, mas no da vida, também dirijo o meu mais sincero agradecimento. Aos diversos mestres que de alguma maneira me acompanharam nessa caminhada, sejam eles de ordem espiritual, profissional ou acadêmica, minha eterna gratidão. Um agradecimento especial ao meu orientador, Lucio Rennó, que aceitou me acompanhar nessa caminhada desde o mestrado, em diferentes circunstâncias profissionais, acadêmicas, e sobretudo pessoais. À UnB, ao IPOL e seus professores, pelo compartilhamento do conhecimento de forma excelente. Aos colegas do doutorado, que de maneira dedicada e generosa, se dispuseram a compartilhar o conhecimento acumulado e facilitaram minha curva de aprendizado em muitos momentos. Finalmente, a Deus, luz constante em minha caminhada e meu ponto equilíbrio em meio às angústias, entrego em primeiro lugar a minha gratidão e deposito a esperança de dias melhores para a política brasileira, seja em seu arcabouço moral e ideológico-programático, seja na qualidade do design institucional dentro do qual seus atores e partícipes estão inseridos. A todos, meu muito obrigado.

*“The government [...] cannot be anything other than the organization of a minority. It is the aim of this minority to impose upon the rest of society a 'legal order', which is the outcome of the exigencies of dominion and of the exploitation of the mass of helots effected by the ruling minority, and can never be truly representative of the majority”.*

Robert Michels

*“Partido é uma parte: sê inteiro.”*

George Agostinho Baptista da Silva

## Resumo

Este projeto de pesquisa investiga de que maneira os fundamentos morais estruturam o discurso parlamentar no Brasil e como sua ativação é modulada pela ideologia partidária e pelas instituições do presidencialismo de coalizão. Partindo da crítica ao modelo racionalista do comportamento político e incorporando a virada afetivo-moral, o estudo adota como arcabouço teórico a *Moral Foundations Theory* (Haidt), segundo a qual cinco fundamentos — Cuidado, Justiça, Lealdade, Autoridade e Pureza — sustentam enquadramentos morais expressos linguisticamente. O argumento central é que a moralidade antecede e organiza a formação discursiva ideológica das elites, ao mesmo tempo em que sua expressão é filtrada por arenas regimentais, posição governista ou oposicionista e contextos de crise. Para testar essas hipóteses, o projeto utiliza um corpus composto por 374.681 discursos da Câmara dos Deputados (2003–2022) e aplica um método híbrido baseado em *active learning* e *machine learning*. Um gabarito humano de 2.000 discursos foi construído iterativamente e utilizado para treinar um modelo supervisionado (XGBoost), validado por métricas de concordância (Kappa entre 0,52 e 0,85) e posteriormente aplicado ao corpus completo. A variável dependente consiste nos escores contínuos dos cinco fundamentos morais atribuídos a cada discurso, enquanto as variáveis independentes incluem ideologia partidária, posição governo-oposição, arena discursiva e marcadores contextuais. O estudo contribui ao integrar moralidade, ideologia e instituições em um modelo analítico capaz de mensurar padrões discursivos em larga escala e iluminar a arquitetura moral da política brasileira contemporânea.

**Palavras-chave:** discurso parlamentar; moralidade política; Moral Foundations Theory; ideologia; presidencialismo de coalizão; aprendizado de máquina; análise automatizada de texto.

## **Abstract**

This research project examines how moral foundations structure parliamentary discourse in Brazil and how their activation is shaped by partisan ideology and institutional features of the coalitional presidential system. Building upon the critique of rationalist models of political behavior and incorporating the affective-moral turn, the study adopts the Moral Foundations Theory (Haidt) as its theoretical framework, proposing that five core foundations — Care, Fairness, Loyalty, Authority, and Purity — underpin linguistically expressed moral framing. The central argument is that morality precedes and organizes ideological expression among political elites, while its manifestation is filtered through procedural arenas, government-versus-opposition positioning, and crisis contexts. To test these hypotheses, the project analyzes a corpus of 374,681 speeches delivered in the Brazilian Chamber of Deputies between 2003 and 2022, employing a hybrid methodology combining active learning and machine learning. A human-coded gold standard of 2,000 speeches was iteratively constructed and used to train a supervised model (XGBoost), validated through agreement metrics (Kappa between 0.52 and 0.85) and subsequently applied to the full corpus. The dependent variables are continuous moral foundation scores assigned to each speech, while the independent variables include partisan ideology, government versus opposition status, discursive arena, and contextual markers. The study contributes by integrating morality, ideology, and institutional incentives into an analytical model capable of measuring large-scale discursive patterns and illuminating the moral architecture of contemporary Brazilian politics.

**Keywords:** parliamentary discourse; political morality; Moral Foundations Theory; ideology; coalitional presidentialism; machine learning; automated text analysis.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 4.1: Distribuição das ideologias dos partidos brasileiros segundo a base utilizada no período e por legislatura/presidente eleito
- Figura 4.2: Distribuição das ideologias dos deputados que tomaram posse no começo de cada legislatura
- Figura 4.3: Distribuição das ideologias dos autores das falas que proferiram discursos no período
- Figura 6.1: Comparação dos Índices Morais Agregados por Espectro Político
- Figura 6.2: Comparação dos Fundamentos Morais Individuais por Espectro Político
- Figura 6.3: Representação das médias para o Cluster 1
- Figura 6.4: Representação das médias para o Cluster 2
- Figura 6.5: Representação das médias para o Cluster 3
- Figura 6.6: Representação das médias para o Cluster 4
- Figura 6.7: Análise de Adaptação Retórica por Partido-Espectro (Gap OD - PE)
- Figura 6.8: Heatmap do Efeito de Adaptação Médio por Espectro Político
- Figura 6.9: Análise visual dos valores eigen e do número de fatores sugeridos
- Figura 6.10: Comparação da Retórica Moral entre Partido do Presidente e Oposição por Período
- Figura 6.11: Análise das médias das variáveis de interesse no período
- Figura 6.12: Análise das variáveis de interesse considerando Governo x Oposição
- Figura 6.13: Análise das demais variáveis considerando Governo x Oposição

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 4.1: Dados descritivos da base de discursos por período e momentos de fala
- Tabela 4.2: Faixa de valores adotados para designar espectro ideológico dos partidos
- Tabela 4.3: Dados descritivos da variável de partido do Presidente.
- Tabela 5.1: Comparação entre população e amostra para variáveis de Legislatura, Espectro e Momento
- Tabela 5.2: Comparação entre população e amostra para variável de Estados
- Tabela 5.3: Resumo dos testes Kappa de validade dos modelos
- Tabela 5.4: Comparação de Amostra (A) com base completa (B).
- Tabela 6.1: Pontuação Média dos Índices Morais Agregados por Espectro Político
- Tabela 6.2: Pontuação Média dos Fundamentos Morais Individuais por Espectro Político
- Tabela 6.3: Composição Ideológica dos Clusters Partidários
- Tabela 6.4: Assinatura Retórica Média por Cluster
- Tabela 6.5: Média dos preceitos morais e de populismo por momento de fala
- Tabela 6.6: Efeito de Adaptação Médio (Z-Score) por Espectro Político
- Tabela 6.7: Matriz de Cargas Fatoriais após Rotação Oblimin
- Tabela 6.8: Resultados de Alpha de Cronbach

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 4.1: Partidos não presentes na base que necessitaram de atribuição

Quadro 5.1: Descrição das pontuações dadas aos discursos

Quadro 5.2: Exemplo do Processo de Auditoria Assistida

Quadro 6.1: Composição partidária e ideológica do Cluster 1

Quadro 6.2: Composição partidária e ideológica do Cluster 2

Quadro 6.3: Composição partidária e ideológica do Cluster 3

Quadro 6.4: Composição partidária e ideológica do Cluster 4

Quadro 6.5: Quadro explicativo dos resultados da análise de GAP

Quadro 6.6: Análise dos fatores gerados

## Sumário

1. Introdução.....	1
2. Referencial teórico.....	4
2.1 O paradigma racionalista e suas críticas.....	4
2.2 O paradigma moral e a escola intuitivo-afetiva .....	6
2.3 Críticas e Limitações da Moral Foundations Theory (MFT).....	8
2.4 Ideologia e comportamento político .....	10
2.5 Populismo como gramática moral .....	13
2.6 Instituições como variáveis mediadoras .....	15
2.7 A Crise de Legitimidade de 2014-2018 como Estudo de Caso.....	17
3. Hipóteses, metodologia e desenho de pesquisa .....	19
3.1 Hipóteses.....	19
3.2 Metodologia e desenho de pesquisa.....	21
4. Coleta de dados.....	22
4.1 Momentos de fala considerados.....	24
4.2 Dados de ideologia.....	25
4.3 Distribuição da Ideologia.....	28
4.4 Definição de critérios para a “coalizão governista”.....	30
4.5 Dados do partido do Presidente no período .....	32
5. Leitura dos discursos e designação dos preceitos morais e de populismo .....	33
5.1 Processo de treinamento dos modelos .....	33
5.2 Processo de leitura dos discursos: uma metodologia híbrida e iterativa.....	35
5.3 As etapas de processo de aprendizado iterativo .....	37
5.4 Diferença Crucial: Construção do "Gabarito" vs. Aplicação na Base Completa.....	39
5.5 Testes de qualidade da amostra de treinamento gerada .....	40
5.6 Dados descritivos da aplicação do gabarito a amostra completa.....	41
6. Análise dos Resultados .....	42

6.1 Aspectos Estáticos: A Estrutura da Retórica Parlamentar.....	43
6.1.1 Hipótese 1: A Hipótese da Matriz Moral Ideológica.....	44
6.1.2 Hipótese 2: Gramática Institucional do Plenário .....	56
6.1.3 Hipótese 3: A Hipótese da Afinidade Eletiva entre Populismo e Moralidade de Grupo.....	61
6.2 Aspectos Dinâmicos: A Retórica como Estratégia em Ação.....	65
6.2.1 Hipótese 4: Retórica Posicional .....	65
6.2.2 Hipótese 5: Conjuntura Crítica.....	67
7. Discussão: A Gramática Estratégica do Discurso Moral no Parlamento Brasileiro .....	72
7.1 A Primazia da Estratégia Posicional sobre a Ideologia Estática .....	72
7.2. A "Gramática do Plenário": Como as Regras do Jogo Moldam a Fala.....	73
7.3 O Populismo e suas Afinidades .....	73
8. Conclusão .....	74
9. Referências bibliográficas .....	78
Ideologia e comportamento político (eleitorado e elites).....	79
Populismo .....	80
Instituições, elites e comportamento parlamentar .....	80
Complementares e metodológicas .....	81
10. Anexos .....	84
10.1 ANEXO I: Base de dados de ideologia utilizada.....	84
10.2 ANEXO II: Critérios detalhados de classificação da amostra de discursos .....	86
10.3 ANEXO III: Testes de diferença de média Tukey para as oito variáveis e os cinco espectros.....	90
10.4 ANEXO IV: ANOVA e TUKEY como validação para os clusters da Hipótese 1 .....	90
10.5 ANEXO V: Testes T para Hipótese 4.....	92

## 1. Introdução

Como valores morais estruturam os discursos parlamentares no Brasil? Sua presença e distribuição é determinada pela ideologia das elites partidárias ou pela arquitetura institucional do sistema político, apontando um uso mais instrumental e estratégico? Essas perguntas orientam a investigação do presente trabalho, conectando psicologia moral, teorias da ideologia e estudos institucionais em uma mesma agenda analítica para a Ciência Política brasileira.

Nosso objetivo central, ao respondê-las, é compreender como a moralidade - aqui traduzida em valores e fundamentos morais - influencia a dinâmica parlamentar brasileira, e em que medida seu uso é espontâneo e explicado por preferências ideológicas, ou estratégico e instrumentalizado pelas regras das arenas políticas em que emergem.

Para compreender a lógica desse processo, é necessário articular três dimensões analíticas. A primeira é a moralidade, entendida como base afetiva e intuitiva dos julgamentos políticos. O recém publicado *Diccionario Multimedia de Polarización Política y Afectiva*, em seu verbete de convicções morais (Silva, 2025), a define como forte crença compartilhada sobre algo, seguida de julgamentos sobre se aquilo é bom ou mal. A literatura da psicologia moral mostra que percepções de legitimidade, cooperação ou indignação não emergem de deliberações puramente racionais, mas de predisposições emocionais que orientam como indivíduos e grupos avaliam o mundo. A MFT identifica cinco domínios principais — cuidado/dano, justiça/trapaça, lealdade/traição, autoridade/subversão e pureza/degradação — que funcionam como matrizes universais de interpretação. Em política, tais fundamentos são acionados para sustentar narrativas de solidariedade, para enquadrar crises de corrupção como violações morais, ou para justificar hierarquia e disciplina como valores estruturantes da ordem social.

A segunda dimensão é a ideologia, entendida aqui como linguagem organizadora das elites. No nível do eleitorado, estudos demonstram a baixa consistência ideológica média e a relevância de *issues* específicos, como corrupção ou segurança, para a definição do voto (Oliveira & Turgeon, 2015; Rennó, 2020). Já no nível parlamentar, a ideologia continua a desempenhar papel estruturante. Longe de ser apenas um conjunto fixo de doutrinas, ela funciona como recurso simbólico que organiza coalizões, estabiliza identidades e traduz predisposições morais em discursos inteligíveis. Pesquisas sobre o lulismo, o petismo e o antipetismo (Singer, 2009; Samuels & Zucco, 2014) e estudos mais recentes sobre elites

legislativas (Zucco & Power, 2024; Barragán et al., 2020) mostram como categorias ideológicas fornecem eixos de orientação em contextos de alta fragmentação, permitindo que valores morais se convertam em identidades políticas reconhecíveis.

A terceira dimensão é institucional. O presidencialismo de coalizão brasileiro (Abranches, 1988) e os trabalhos subsequentes sobre centralização regimental e disciplina partidária (Figueiredo & Limongi, 1999; Nicolau, 2006; Santos, 2003) demonstram que a ação parlamentar é fortemente condicionada por regras que estruturam a cooperação e delimitam a autonomia individual. A fragmentação partidária, a dependência de coalizões e os poderes de agenda do Executivo criam incentivos específicos para a produção de discursos e para a construção de estratégias discursivas no plenário. As diferentes arenas regimentais da Câmara moldam não apenas quando e como se fala, mas também o tipo de linguagem que se pode utilizar — seja para marcar posição identitária, seja para negociar coalizões ou deliberar sobre votações. Em conjunturas críticas, como no período de 2014–2018, essas regras não desapareceram: ao contrário, funcionaram como filtros que modulavam a intensidade e a forma da retórica moral, condicionando o que podia ser dito e como podia ser recebido.

Em síntese, nossa investigação pretende articular e abordar as três dimensões (moralidade, ideologia e instituições) sob as seguintes questões:

- Dimensão moral: os discursos parlamentares apresentam padrões consistentes de ativação dos domínios morais identificados pela MFT, passíveis de mensuração e comparação?
- Dimensão ideológica: a ideologia organiza a tradução desses valores em enquadramentos reconhecíveis, a partir do espectro ideológico dos partidos políticos?
- Dimensão institucional: a arquitetura institucional filtra a retórica moral, condicionando intensidade, forma e frequência da mobilização em arenas específicas de fala?

Adicionalmente, a literatura sobre populismo será abordada nesta tese não como uma ideologia coerente ou um conjunto fechado de políticas, mas como uma gramática discursiva moralizada que reorganiza o conflito político a partir de oposições normativas simplificadas, como “povo” versus “elite” ou “pureza” versus “corrupção”. Inspirando-se em contribuições

clássicas que definem o populismo como uma lógica discursiva, pretende-se investigar as correlações possíveis entre fundamentos morais e as narrativas do populismo.

Sob o ponto de vista histórico, o Brasil das duas primeiras décadas do século XXI oferece um terreno fértil para observar a política sob essa perspectiva. A ascensão do lulismo, a crise político-institucional que se intensificou entre 2014 e 2018 e a emergência do bolsonarismo a partir de 2018 constituem momentos distintos de um mesmo processo: a centralidade crescente de valores morais na disputa política. Mais do que a sucessão de governos ou a alternância de coalizões, o período revela que a gramática política nacional foi reconfigurada pela ativação seletiva de valores que estruturaram as identidades coletivas e redefiniram os contornos da legitimidade. Narrativas de inclusão e justiça social, discursos de integridade contra a corrupção e apelos à ordem e lealdade tornaram-se eixos de mobilização, reorganizando tanto o comportamento eleitoral quanto as estratégias das elites.

Nesse cenário, este trabalho elege o Parlamento como espaço privilegiado de análise. Diferentemente do voto, que é ato breve, secreto e unidimensional, a fala parlamentar é contínua, pública e institucionalizada. No plenário, representantes não apenas deliberam sobre políticas, mas também constroem sentidos, disputam legitimidade e projetam identidades diante de múltiplas audiências: seus pares, seus eleitores e a sociedade em geral. As arenas regimentais da Câmara dos Deputados — como o Pequeno Expediente, o Grande Expediente, as Breves Comunicações e a Ordem do Dia — oferecem diferentes funções discursivas, variando entre sinalização eleitoral, construção identitária e deliberação nas votações. Mesmo em conjunturas críticas, inovações institucionais como o Sistema de Deliberação Remota reforçaram essa centralidade. O Parlamento brasileiro é, assim, ao mesmo tempo instância decisória e palco simbólico, aonde valores morais transformados em linguagem política sob os filtros da institucionalidade.

A contribuição desta tese é dupla. Em termos substantivos, oferece uma nova agenda de pesquisa para a Ciência Política brasileira, articulando moralidade, ideologia e instituições como dimensões complementares e interdependentes. Em termos metodológicos, valoriza o discurso parlamentar como registro privilegiado da disputa simbólica, capaz de revelar não apenas o conteúdo das propostas, mas também os valores que estruturam a competição política. Ao reposicionar o Parlamento como laboratório discursivo, este trabalho mostra que a democracia brasileira recente não pode ser entendida apenas como jogo de interesses ou

alinhamentos programáticos, mas como disputa permanente por legitimidade moral mediada por instituições.

## **2. Referencial teórico**

### **2.1 O paradigma racionalista e suas críticas**

Desde sua consolidação como disciplina, a ciência política buscou um paradigma capaz de oferecer rigor explicativo e previsibilidade analítica. Essa busca encontrou no modelo da escolha racional seu ponto mais alto de ambição científica. Inspirada pela economia neoclássica, a tradição racionalista concebia a política como uma arena de interação entre agentes maximizadores, cujas escolhas poderiam ser modeladas por equações, funções de utilidade e pressupostos de consistência lógica.

A obra fundadora desse movimento, de Anthony Downs (1957), estabeleceu a analogia que marcaria uma geração de cientistas políticos: assim como firmas competem em mercados para maximizar lucros, partidos competem em eleições para maximizar votos. O eleitor, nesse modelo, comporta-se como consumidor racional que escolhe, entre plataformas partidárias, aquela que lhe oferece o maior ganho líquido em termos de políticas públicas. O partido, por sua vez, ajusta sua posição no espectro ideológico da esquerda à direita de modo a conquistar a maior fatia possível do eleitorado.

Essa formulação parecia oferecer à política a mesma elegância que a teoria econômica já ostentava: um conjunto enxuto de premissas capaz de gerar hipóteses testáveis, previsões probabilísticas e modelos de equilíbrio. Além disso, trazia consigo a promessa de universalidade, na medida em que poderia ser aplicado a qualquer contexto eleitoral, independentemente de cultura, história ou instituições específicas.

No entanto, a elegância formal da teoria convivia com fragilidades empíricas que logo emergiram. A primeira delas foi apontada por Philip Converse (1964), desafiando a suposição de que os eleitores possuíam sistemas ideológicos consistentes — isto é, um conjunto integrado de crenças e posições sobre diferentes questões políticas, de forma semelhante à coerência interna de elites intelectuais e líderes partidários. Os resultados de seus surveys foram devastadores para o paradigma racionalista: a esmagadora maioria dos cidadãos comuns demonstrava opiniões fragmentadas, inconsistentes e frequentemente contraditórias ao longo do

tempo. Apenas uma pequena elite exibia a coerência ideológica esperada pelo modelo.

Converse, portanto, estabeleceu uma distinção que permanece fundamental: entre elites políticas e eleitorado de massa. Enquanto nas elites há maior consistência ideológica e estabilidade de posições, entre os cidadãos comuns predominam volatilidade, baixa sofisticação política e limitada capacidade de conectar crenças abstratas a escolhas concretas. Essa assimetria abalava a pretensão de generalizar o modelo racionalista para explicar tanto o comportamento das elites quanto do eleitorado.

A crítica de Converse abriu espaço para outras linhas de contestação. Uma das mais importantes veio de Herbert Simon (1957), com a noção de *racionalidade limitada*. Simon argumentou que, na prática, agentes não conseguem realizar cálculos ótimos como pressupõe o modelo econômico. Em vez disso, decidem sob condições de informação incompleta, tempo escasso e capacidades cognitivas restritas. O comportamento humano seria guiado não pela maximização, mas pela “satisfação”: a busca por soluções que sejam suficientemente boas, dadas as circunstâncias. Essa concepção minava a ideia de que cidadãos comuns deliberariam sobre plataformas partidárias da mesma forma que investidores analisam carteiras de ativos.

Ao longo das décadas seguintes, a literatura em psicologia política e ciência cognitiva reforçou essas críticas, mostrando que vieses cognitivos e atalhos heurísticos desempenham papel central no comportamento político. O trabalho de Kahneman e Tversky (1979) sobre heurísticas e vieses demonstrou que indivíduos sistematicamente se desviam da racionalidade formal em seus julgamentos. Esse insight foi incorporado à ciência política por diferentes vertentes, incluindo estudos sobre *framing*, *priming* e *agenda-setting*.

O paradigma da escolha racional, contudo, resistiu. Ele permaneceu relevante em boa parte da literatura, especialmente nos estudos de instituições e comportamento legislativo, devido à sua clareza formal e poder explicativo em contextos estruturados. Mas no campo do comportamento eleitoral, as críticas foram cada vez mais contundentes.

É nesse ponto que surge o paradigma afetivo-moral. Pesquisadores como Marcus, Neuman e MacKuen (2000) desenvolveram a *Affective Intelligence Theory (AIT)*, segundo a qual as emoções não são ruído, mas parte constitutiva da racionalidade política. O medo e a ansiedade, por exemplo, não apenas influenciam a percepção de risco, mas aumentam a disposição para buscar novas informações. O entusiasmo reforça lealdades e fidelidades pré-

existentes. Essa perspectiva reposicionou as emoções no centro do processamento político, desafiando a primazia da cognição calculista.

Outros avanços vieram do conceito de *motivated reasoning*, trabalhado por Taber e Lodge (2013), que mostra como indivíduos processam informações de modo enviesado: aceitam facilmente dados que confirmam crenças e rejeitam evidências dissonantes. Esse viés confirma identidades políticas e torna o debate público mais resistente a contra-argumentos racionais.

Por fim, autores como Drew Westen (2007), radicalizaram a crítica ao afirmar que o cérebro político é essencialmente emocional: decisões políticas são, antes de tudo, respostas afetivas, e apenas secundariamente revestidas de justificativas racionais.

Esse percurso teórico prepara o terreno para Jonathan Haidt (2012) e sua *Moral Foundations Theory (MFT)*, que será explorada na subseção seguinte. Haidt dá um passo além ao afirmar que os julgamentos políticos se enraízam em predisposições morais intuitivas, universais e pré-discursivas. Assim, ideologias e programas não são fontes primárias de orientação política, mas traduções discursivas de intuições morais. Esse ponto será crucial para esta tese, pois conecta diretamente a crítica ao racionalismo, a análise do comportamento eleitoral e a compreensão do discurso parlamentar.

## **2.2 O paradigma moral e a escola intuitivo-afetiva**

A guinada em direção ao paradigma moral e à escola intuitivo-afetiva representa uma das transformações mais significativas da ciência política e da psicologia política nas últimas décadas. A crítica fundamental que embasa esse movimento é a constatação de que os indivíduos não são primordialmente racionais no sentido estrito; suas escolhas políticas são enraizadas em predisposições afetivas, valores morais intuitivos e vínculos identitários que antecedem e moldam a racionalização posterior. Em outras palavras, como defendem Haidt (2001, 2012) e Marcus, Neuman e MacKuen (2000), não somos agentes racionais, mas racionalizadores: construímos justificativas lógicas para decisões que emergem, em grande medida, de intuições e emoções.

A *Moral Foundations Theory (MFT)*, desenvolvida por Jonathan Haidt e colaboradores (Haidt, 2012; Graham et al., 2009), é o núcleo desse paradigma. Ela sustenta

que os seres humanos compartilham predisposições morais universais, fruto da evolução social, mas que essas predisposições podem ser ativadas, hierarquizadas e mobilizadas de maneira distinta em diferentes contextos culturais e ideológicos. Os cinco fundamentos originalmente propostos — cuidado/dano, justiça/trapaça, lealdade/traição, autoridade/subversão e pureza/degradação — constituem repertórios disponíveis para a organização da vida coletiva. Posteriormente, debates sobre novos fundamentos (como liberdade/opressão) ampliaram o alcance da teoria, mas a essência permanece a mesma: a moralidade é multifacetada, intuitiva e profundamente política.

A principal contribuição da MFT para a ciência política está em sua capacidade de explicar as divisões ideológicas contemporâneas. Haidt (2012) mostra que liberais tendem a priorizar os fundamentos individualizantes (cuidado e justiça), enquanto conservadores distribuem sua ênfase de modo mais equilibrado entre os cinco fundamentos, valorizando especialmente os aglutinadores (lealdade, autoridade e pureza). Essa distinção fornece uma base empírica para compreender a polarização ideológica não apenas como divergência programática, mas como diferença moral profunda. Assim, a ideologia, que no paradigma racionalista era concebida como mapa cognitivo das preferências, aqui aparece como linguagem de mobilização moral, um enquadramento discursivo que organiza e ativa predisposições afetivas.

Esse deslocamento teórico tem desdobramentos diretos na compreensão do comportamento político. Marcus et al. (2000), com a *Affective Intelligence Theory*, já haviam evidenciado que emoções específicas, como medo e entusiasmo, regulam a atenção e a aprendizagem política. A MFT aprofunda essa lógica ao mostrar que valores morais básicos organizam não apenas reações emocionais, mas a própria forma como indivíduos interpretam a política. Westen (2007), ao analisar campanhas eleitorais norte-americanas, reforça essa perspectiva ao mostrar que apelos emocionais e morais são mais eficazes do que argumentos racionais na formação de preferências.

Além disso, a escola intuitivo-afetiva dialoga diretamente com descobertas da psicologia social e da neurociência. Pesquisas sobre *motivated reasoning* (Taber & Lodge, 2006) mostram que a cognição é permeada por vieses de confirmação; indivíduos processam informações de maneira a proteger suas identidades morais e partidárias. A MFT se alinha a essa perspectiva ao demonstrar que as justificativas racionais são, em grande medida, posteriores à ativação intuitiva dos fundamentos. Essa constatação redefine a forma como

entendemos o debate público: não se trata apenas de disputa de ideias, mas de competição por ativar valores morais latentes na audiência.

A adoção desse paradigma no estudo da política brasileira abre um campo promissor. O país, marcado por fragmentação partidária, presidencialismo de coalizão e desigualdade social, oferece um terreno fértil para testar se os fundamentos morais de Haidt são mobilizados de maneira sistemática no discurso parlamentar e eleitoral. Mais do que isso, a aplicação da MFT permite observar como diferentes lideranças — da esquerda ao conservadorismo — acionam repertórios morais distintos, organizando suas bases e reforçando identidades políticas. A polarização entre projetos de sociedade pode ser interpretada não apenas como disputa por políticas públicas, mas como choque entre gramáticas morais que estruturam a interpretação do mundo social.

Portanto, o paradigma moral e a escola intuitivo-afetiva não substituem completamente o racionalismo, mas o complementam ao revelar uma dimensão pré-reflexiva fundamental para a compreensão do comportamento político. A ideologia continua a ter relevância, mas deve ser entendida como mecanismo discursivo de mobilização moral, e não como mapa cognitivo autônomo. Essa perspectiva oferece a chave teórica para os capítulos seguintes, nos quais discutiremos a relação entre ideologia, elites e instituições no Brasil contemporâneo.

### **2.3 Críticas e Limitações da Moral Foundations Theory (MFT)**

Apesar de sua enorme difusão, a MFT tem sido alvo de críticas crescentes na psicologia moral, na filosofia e, mais recentemente, na ciência política. Esses debates são essenciais para uma tese que pretende empregar a MFT como ferramenta analítica, não apenas para detectar padrões discursivos, mas para situá-los em diálogo com teorias de ideologia e instituições.

Uma das críticas centrais refere-se ao seu universalismo moral. O pressuposto evolucionista de que todos os seres humanos compartilham um conjunto estável de fundamentos morais tem sido contestado por autores como Prinz (2007), Smith (2011) e Sinnott-Armstrong (2019), que argumentam que os juízos morais são extremamente dependentes de socialização, contexto cultural e normas históricas. Estudos transculturais mostram que a saliência de fundamentos como Pureza ou Autoridade varia enormemente entre

sociedades (Graham et al., 2017), desafiando a pretensão de que tais domínios sejam universais e estáveis. Mais do que isso, críticos argumentam que a MFT incorre em essencialismo moral, ao sugerir que diferenças políticas — como ser conservador ou progressista — derivam de predisposições morais profundas, quando podem derivar de arranjos institucionais, identidades coletivas, trajetórias históricas ou racionalizações pós-hoc. O risco apontado pela crítica é o de transformar fenômenos sociais em supostas constantes psicológicas, obscurecendo seu caráter político.

Além do debate epistemológico, há críticas metodológicas importantes. Parte da literatura tem apontado que os domínios da MFT possuem granularidade insuficiente, tornando-os excessivamente amplos e politicamente polissêmicos. Gray, Schein e Cameron (2017), por exemplo, argumentam que a categoria de Pureza agrega fenômenos tão diversos — desde discursos sobre sexualidade até retórica anticorrupção — que compromete sua precisão analítica. Outros autores apontam que Justiça ora se refere a equidade, ora a meritocracia, ora a punição, categorias politicamente muito distintas. Essa polissemia dificulta inferências claras quando se aplica o modelo ao discurso político, especialmente em contextos de alta competição estratégica, como parlamentos. Além disso, diferentes estudos indicam problemas de validade e replicabilidade de instrumentos como o Moral Foundations Questionnaire (Lee et al., 2019), sugerindo que a operacionalização empírica dos fundamentos não é tão estável quanto se pressupõe.

Uma terceira frente crítica — especialmente relevante para a presente tese — vem da ciência política e das abordagens institucionalistas. A MFT, concebida essencialmente para explicar indivíduos, oferece poucas ferramentas para compreender o comportamento de elites políticas, cujas escolhas discursivas são mediadas por incentivos estratégicos, arenas regimentais e restrições institucionais. Federico e Malka (2018; 2021) argumentam que, ao aplicar a MFT diretamente à política, corre-se o risco de interpretar comportamentos estratégicos como se fossem manifestações espontâneas de predisposições intuitivas. O mesmo vale para as críticas de Francesco Rigoli (2020), segundo as quais emoções estratégicas — e não apenas intuições morais — moldam julgamentos políticos em contextos de conflito. A ausência, na MFT, de uma teoria sobre como instituições filtram ou modulam o uso de linguagem moral é particularmente problemática ao se estudar discursos parlamentares. Como demonstram Cox e McCubbins (2005), Carey (2007) e Figueiredo e Limongi (1999), parlamentos são arenas altamente estruturadas: diferentes espaços de fala

oferecem incentivos assimétricos; partidos coordenam ou disciplinam comportamentos; coalizões definem custos estratégicos; e momentos de crise elevam a intensidade retórica.

Adicionalmente, há críticas empíricas crescentes ao caráter contextual e instável dos fundamentos morais. Estudos recentes mostram que a saliência de Pureza, por exemplo, aumenta dramaticamente em contextos de crise moralizada, mas desaparece quase por completo em outros cenários (Clifford & Jerit, 2013; Graham et al., 2017). Lealdade, de modo semelhante, varia conforme coalizões, conflitos partidários e estruturas de coordenação interna. Federico e Malka (2021) sustentam que ideologia e moralidade não se distribuem naturalmente pelos domínios da MFT, como inicialmente sugerido; ao contrário, elites políticas frequentemente mobilizam fundamentos moralmente dissonantes quando isso serve a objetivos estratégicos. Em outras palavras, a MFT pode detectar padrões linguísticos moralizados, mas não explica adequadamente por que eles aparecem, quando se intensificam ou quem os mobiliza de forma instrumental.

Essas críticas convergem para um ponto fundamental: a MFT é um modelo altamente útil como ferramenta de mensuração, mas limitado como teoria causal para comportamentos políticos complexos, especialmente no contexto de instituições consolidadas. Ao analisar discursos parlamentares, é necessário reconhecer que aquilo que aparece como moralidade pode ser, na verdade, estratégia; aquilo que parece intuição pode ser coordenação partidária; aquilo que surge como predisposição pode estar condicionado por arenas regimentais e conjunturas críticas. A aplicação da MFT deve, portanto, ser complementada por teorias de ideologia, institucionalismo legislativo e análise do discurso político. Não se trata de descartar a MFT — ela é indispensável para detectar padrões de moralização discursiva —, mas de integrá-la em um quadro analítico mais amplo, capaz de explicar como e por que tais padrões emergem.

## **2.4 Ideologia e comportamento político**

O debate sobre ideologia ocupa lugar central na ciência política, mas sua compreensão evoluiu em diferentes direções conforme o foco recaía sobre o comportamento do eleitorado ou das elites políticas. Desde a formulação clássica de Converse (1964), a literatura

reconhece a diferença estrutural entre os níveis de sofisticação política da massa e das elites. Para Converse, a maior parte dos eleitores não organiza suas crenças em sistemas ideológicos consistentes, mas reage a estímulos difusos e predisposições superficiais. Em contraste, as elites políticas e intelectuais detêm esquemas ideológicos mais estruturados, capazes de orientar discursos, estratégias partidárias e processos decisórios. Essa distinção permanece fundamental para o entendimento das democracias contemporâneas e para a análise da relação entre sociedade, partidos e parlamentos.

No nível do eleitorado, pesquisas posteriores confirmaram a tese da baixa sofisticação ideológica, ainda que com nuances. Carreirão (2002) mostrou que a identificação partidária no Brasil é difusa, instável e frequentemente mediada por fatores como personalismo e contexto socioeconômico. Oliveira e Turgeon (2015), em análise mais recente, argumentam que, embora exista relação entre ideologia e comportamento político no Brasil, ela é menos consolidada e mais permeável a identidades sociais do que em democracias consolidadas. Ortellado, Ribeiro e Zeine (2022) acrescentam que a narrativa dominante sobre polarização deve ser relativizada, pois o eleitorado brasileiro apresenta maior heterogeneidade do que a ideia simplificada de dois blocos em conflito sugere. Em síntese, a ideologia tem papel explicativo no voto, mas não atua isoladamente: ela se combina com predisposições afetivas, valores sociais e lideranças carismáticas.

Nesse contexto, Rennó (2020) enfatiza a centralidade dos *issues* no comportamento eleitoral, especialmente no caso do eleitorado de Jair Bolsonaro em 2018. Para o autor, temas como anticorrupção, segurança pública e conservadorismo de costumes foram decisivos na definição do voto, em linha com uma perspectiva cognitiva- programática. Esse argumento coloca Rennó em contraposição parcial ao paradigma moral-intuitivo: embora reconheça a relevância de dimensões afetivas, ele sustenta que a racionalidade orientada a temas concretos continua a desempenhar papel fundamental. Essa posição sugere que a ideologia pode, em alguns contextos, operar como síntese cognitiva de preferências ligadas a *issues*, e não apenas como ativação de predisposições morais.

Por outro lado, a literatura comparada oferece evidências robustas de que a ideologia contemporânea é cada vez mais marcada pela dimensão afetiva. Iyengar et al. (2012) introduziram o conceito de *polarização afetiva*, descrevendo como eleitores tendem a nutrir sentimentos de hostilidade em relação a partidos e eleitores adversários,

independentemente de divergências programáticas substantivas. Mason (2018), por sua vez, mostrou que a convergência entre identidades partidárias, raciais e religiosas nos Estados Unidos intensificou a polarização política, transformando a ideologia em marcador identitário carregado de emoção. Esses trabalhos reforçam a tese de que, em democracias contemporâneas, a ideologia opera menos como conjunto racional de ideias e mais como linguagem afetiva de pertencimento e antagonismo.

Ao transpor esse debate para o Brasil, observa-se um campo híbrido. De um lado, estudos como os de Rennó (2020) reforçam a importância de *issues* específicos e da racionalidade programática em contextos eleitorais. De outro, a literatura sobre lulismo e bolsonarismo (Singer, 2009; Samuels; Zucco, 2014) mostra que identidades morais e vínculos afetivos desempenham papel decisivo na formação de lealdades políticas. O lulismo, interpretado por Singer (2009) como identidade social de base popular, não se reduz a um programa econômico, mas a uma gramática moral de inclusão e justiça. O bolsonarismo, por sua vez, mobiliza fundamentos como autoridade, lealdade e pureza, organizando uma comunidade moral baseada em ordem, disciplina e combate à corrupção percebida como ameaça.

No nível das elites, a literatura revela dinâmica distinta. Surveys legislativos (Zucco; Power, 2024; Barragán et al., 2020) e estudos sobre polarização parlamentar (ex.: Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990–2005; Elite Preferences in a Consolidating Democracy, 1990–2009) mostram que os parlamentares possuem posições ideológicas mais estruturadas do que o eleitorado médio. Contudo, mesmo nesse nível, a ideologia não é estática: Zucco e Power (2024) argumentam que elites em contextos pós- autoritários frequentemente praticam “obfuscação ideológica”, modulando discursos e posições para maximizar benefícios institucionais. Essa constatação reforça a hipótese de que, embora mais sofisticada, a ideologia das elites também é mediada por incentivos institucionais e contextuais, não sendo mero reflexo de crenças programáticas fixas.

A comparação entre eleitorado e elites mostra, portanto, que a ideologia exerce funções distintas em cada nível. Entre eleitores, é frequentemente instável e permeada por identidades e afetos; entre elites, é mais estruturada, mas sujeita a constrangimentos institucionais e estratégicos. Esse contraste confirma a importância de articular o paradigma moral com a literatura sobre comportamento ideológico, de modo a

compreender como predisposições afetivas são organizadas discursivamente pelas elites e como as instituições mediam essa organização.

Em síntese, a ideologia deve ser entendida como uma categoria relacional, cuja força explicativa depende do nível de análise. No eleitorado, ela é difusa e modulada por afetos; nas elites, é mais consolidada, mas instrumentalizada por estratégias institucionais. No Brasil, esse duplo movimento é evidente: se de um lado o voto pode ser explicado por *issues* específicos e identidades morais, de outro os discursos parlamentares revelam uma ideologia calibrada pela lógica do presidencialismo de coalizão. Assim, a articulação entre ideologia, moralidade e instituições torna-se indispensável para compreender o funcionamento da política brasileira contemporânea.

## **2.5 Populismo como gramática moral**

O populismo constitui uma das categorias mais debatidas da ciência política contemporânea, em grande medida porque desafia classificações tradicionais. Mudde e Kaltwasser (2017) o definem como uma “ideologia de baixa densidade” (*thin-centered ideology*), caracterizada pela oposição moral entre um “povo puro” e uma “elite corrupta”. Essa definição enfatiza não apenas o caráter programaticamente limitado do populismo, mas sobretudo sua estrutura moral: trata-se de uma gramática política que organiza a realidade em termos de antagonismos éticos fundamentais, mais do que em plataformas programáticas detalhadas. A força explicativa dessa perspectiva está em mostrar que o populismo não é uma ideologia no sentido clássico, como liberalismo ou socialismo, mas um enquadramento moral que pode ser articulado com diferentes conteúdos substantivos.

Nesse sentido, o populismo é especialmente relevante para a discussão sobre fundamentos morais e ideologia. Ao mobilizar valores como pureza, lealdade e justiça, o populismo constrói uma linguagem acessível, emocionalmente carregada e capaz de unificar grupos heterogêneos sob identidades políticas comuns. Mudde e Kaltwasser (2017) destacam que essa gramática pode ser associada tanto à esquerda quanto à direita: enquanto populismos de esquerda tendem a enfatizar a justiça redistributiva e a moralidade popular, populismos de direita privilegiam valores ligados à autoridade, lealdade e pureza, frequentemente vinculados a narrativas nacionalistas ou religiosas.

No Brasil, a literatura sobre o lulismo e o petismo fornece exemplos de como o

populismo se manifesta como identidade moral. Singer (2009) descreve o lulismo como uma gramática política enraizada na experiência das classes populares, que identificam no ex-presidente Lula a personificação da justiça social e do reconhecimento moral. Não se trata apenas de apoio programático a políticas públicas, mas de uma identificação moral que transcende clivagens tradicionais. Samuels e Zucco (2014) reforçam essa leitura ao mostrar que o lulismo é uma identidade distinta do petismo: enquanto este último se ancora em uma ideologia de esquerda mais tradicional, o lulismo é mais difuso, moral e personalista, centrado na figura de Lula como mediador entre o povo e as elites.

De maneira distinta, o bolsonarismo articula um populismo de direita, baseado em fundamentos morais aglutinadores. Estudos recentes (Rennó, 2020; Borges, 2021) indicam que sua força eleitoral decorre menos de um programa econômico detalhado e mais de um discurso moral de combate à corrupção, defesa da ordem, preservação da família e valorização de símbolos de autoridade. Nesse caso, fundamentos como lealdade e pureza assumem papel central, organizando um antagonismo moral contra elites políticas, midiáticas e culturais identificadas como corruptas ou degeneradas. O apelo à moralidade não é acessório, mas estrutural: é por meio dele que o bolsonarismo mobiliza identidades, constrói pertencimento e legitima sua posição política.

O populismo, entendido como gramática moral, ajuda a explicar a eficácia discursiva tanto do lulismo quanto do bolsonarismo. Embora situados em polos distintos do espectro político, ambos compartilham a capacidade de mobilizar fundamentos morais de forma eficaz. Lula ativa principalmente os fundamentos individualizantes (cuidado, justiça), enquanto Bolsonaro mobiliza os aglutinadores (lealdade, autoridade, pureza). Essa diferença não anula a semelhança estrutural: em ambos os casos, o populismo opera como linguagem moral de simplificação da política, dividindo o mundo em termos de povo versus elite, justiça versus corrupção, cuidado versus ameaça.

Ao integrar essa discussão ao referencial mais amplo da tese, o populismo aparece como ponte entre o paradigma moral e a análise das instituições. Ele mostra que as disputas políticas no Brasil não podem ser reduzidas a divergências programáticas ou a cálculos racionais de custo-benefício. A gramática populista revela a centralidade da moralidade como recurso discursivo e mobilizador, ao mesmo tempo em que evidencia como diferentes lideranças, em diferentes contextos, acionam fundamentos distintos para organizar o campo político.

Assim, o populismo deve ser entendido não apenas como categoria descritiva, mas como elemento constitutivo do debate moral na política brasileira. Ele exemplifica como as categorias da *Moral Foundations Theory* se articulam com identidades políticas concretas, reforçando que a política é, em larga medida, uma disputa por valores morais e por narrativas afetivas de pertencimento.

## **2.6 Instituições como variáveis mediadoras**

A compreensão da política brasileira exige considerar não apenas valores morais e ideologias, mas sobretudo as instituições que moldam e filtram sua manifestação. Desde a formulação do conceito de presidencialismo de coalizão por Abranches (1988), consolidou-se a percepção de que a governabilidade no Brasil depende de um complexo arranjo institucional que concentra poderes de agenda no Executivo e distribui incentivos de cooperação no Legislativo. Esse desenho, longe de ser apenas pano de fundo, constitui um filtro ativo que condiciona quando, como e em que medida parlamentares podem acionar gramáticas morais e ideológicas em seus discursos.

O trabalho seminal de Figueiredo e Limongi (1999) mostrou que a fragmentação partidária não gera paralisia decisória, porque o funcionamento da Câmara dos Deputados é centralizado em lideranças e sustentado por regras regimentais que disciplinam o comportamento parlamentar. O Executivo, apoiado por líderes, controla a pauta e garante a aprovação de sua agenda. Em vez de uma arena caótica de barganhas individuais, o Parlamento brasileiro opera em lógica institucionalizada, que reduz os espaços de obstrução ideológica e reforça a previsibilidade das coalizões. Nicolau (2017) complementa essa visão ao mostrar que essa disciplina é produto não apenas das regras formais, mas também de uma cultura política de centralização decisória.

No entanto, compreender o papel das instituições exige avançar além da macroestrutura e considerar como diferentes arenas parlamentares modulam a expressão discursiva. O plenário não é homogêneo: cada espaço de fala cumpre funções distintas que influenciam os enquadramentos morais mobilizados. O Pequeno Expediente constitui arena de maior autonomia, na qual parlamentares podem realizar sinalizações eleitorais e identitárias; o Grande Expediente e as Breves Comunicações permitem discursos estratégicos de posicionamento; a Ordem do Dia concentra o discurso deliberativo diretamente vinculado às votações, submetido a filtros mais rígidos. Inovações como o Sistema de Deliberação Remota

(SDR), introduzido durante a pandemia, ampliaram a relevância e a visibilidade desses espaços, mostrando que a arquitetura institucional não apenas disciplina, mas também diversifica os canais de expressão. Esse recorte é fundamental para esta tese, que analisa como parlamentares modulam seus enquadramentos morais conforme a arena em que se pronunciam.

Outro aspecto crucial refere-se à definição da base governista. A literatura sobre coalizões (Amorim Neto & Tafner, 2002; Couto, Soares & Livramento, 2021) evidencia a complexidade e a fluidez dessa composição, dificultando a classificação precisa de partidos entre governo e oposição ao longo de legislaturas. Para enfrentar esse desafio metodológico, esta pesquisa adota o partido do presidente como núcleo duro da coalizão e principal vetor da agenda governamental, em linha com Figueiredo e Limongi (2011). Essa decisão assegura consistência longitudinal e permite contrastar o comportamento discursivo do partido presidencial com os demais partidos, classificados como oposição. Estudos recentes (Vasselai & Mignozzetti, 2014; Santos & Gasparini, 2020) corroboram essa escolha ao mostrar que a governabilidade pode ser sustentada mesmo sem coalizões amplas, sobretudo após a introdução das emendas impositivas, que alteraram os incentivos de cooperação.

Além disso, é necessário considerar a dimensão histórica e conjuntural das instituições. A retórica parlamentar é permeável a eventos críticos que alteram o foco do debate público (KING, 1985). O período entre 2014 e 2018, que corresponde majoritariamente às Legislaturas 54 e 55, constitui um “experimento natural” privilegiado. Nesse intervalo, a Operação Lava Jato e a crise política que culminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff redefiniram o clima discursivo do Congresso. Diferentemente de crises sanitárias ou estritamente econômicas, a crise foi enquadrada como uma crise moral de corrupção e quebra de confiança. Esse enquadramento ativou sobretudo o fundamento de Justiça/Trapaça, associado à indignação diante da violação de regras, mas também o fundamento de Pureza/Degradação, evocado em metáforas de sujeira, podridão e necessidade de “limpeza” institucional (NUSSBAUM, 2004; CHAPMAN; ANDERSON, 2013). A endogeneidade da crise — que teve como alvo o próprio sistema político — fez do plenário um palco central para a disputa de narrativas,

no qual parlamentares foram compelidos a acusar adversários, defender sua integridade e se reposicionar como agentes moralmente legítimos (Melo; Pereira, 2016).

Metodologicamente, essa conjuntura é incorporada por meio da análise agregada por legislatura, entendida como proxy do “clima político” dominante. Assume-se que a onipresença da crise nos noticiários contaminou o ambiente discursivo, tornando a legislatura um indicador válido da intensidade da retórica moral, mesmo em falas não diretamente relacionadas ao tema. Esse enquadramento reforça que a análise institucional não pode ser apenas estrutural, mas deve ser sensível às interações entre regras formais, arenas discursivas e contextos históricos específicos.

Em síntese, o estudo das instituições mostra que o Parlamento brasileiro não é apenas espaço de manifestação ideológica ou moral, mas uma arena estruturada que organiza e condiciona essas manifestações. As regras regimentais centralizam o processo decisório, as arenas discursivas modulam os enquadramentos morais, a definição da base governista fornece parâmetros para comparação entre governo e oposição, e os eventos críticos reconfiguram o ambiente discursivo. Ao integrar essas dimensões, esta tese sustenta que a arquitetura institucional brasileira é a variável mediadora central que delimita e constrange a expressão das ideologias e dos fundamentos morais no discurso parlamentar.

### **2.7 A Crise de Legitimidade de 2014-2018 como Estudo de Caso**

A análise do discurso parlamentar não pode prescindir de uma dimensão histórica, uma vez que a retórica política é fluidamente moldada por eventos conjunturais críticos que alteram o foco do debate público (KING, 1985). Para testar a permeabilidade do discurso moral a tais eventos, esta tese seleciona o período de 2014 a 2018 (majoritariamente as Legislaturas 54 e 55) como um estudo de caso. Este intervalo, marcado pelo auge da Operação Lava Jato e pela crise que culminou no impeachment da Presidente Dilma Rousseff, representa um "experimento natural" ideal para observar a dinâmica de fundamentos morais específicos.

A pertinência deste caso de estudo reside em três fatores principais. Primeiramente, a natureza da crise foi intrinsecamente moral. Diferentemente de crises de ordem sanitária (como a pandemia de COVID-19, que ativaria primariamente o fundamento de Cuidado/Dano) ou puramente econômica, a crise de 2014-2018 foi enquadrada no debate público como uma crise

de ética, corrupção e quebra de confiança. Este enquadramento tem uma afinidade eletiva direta com o fundamento de Justiça/Trapaça, que lida com a violação de regras, a desonestidade e a punição aos que fraudam o sistema (HAIDT, 2012).

Em segundo lugar, a escala e a profundidade do escândalo ativaram um poderoso discurso de contaminação e purificação. A corrupção sistêmica foi frequentemente descrita na esfera pública e parlamentar através de metáforas de "sujeira", "doença" e "podridão", demandando uma "limpeza" ou "profilaxia" no sistema político. Esta retórica é um exemplo clássico do fundamento de Pureza/Degradação, que se baseia na oposição entre o sagrado e o profano, o puro e o contaminado, e é frequentemente evocado em resposta a violações de normas que provocam a emoção do nojo (CHAPMAN; ANDERSON, 2013; NUSSBAUM, 2004). A crise, portanto, criou as condições ideais para a emergência deste fundamento, que em tempos normais é menos saliente no discurso político secular.

Finalmente, a crise teve como alvo o próprio sistema político, gerando uma profunda crise de legitimidade que afetou todos os atores do Congresso (AMORIM NETO, 2017). Esta endogeneidade da crise tornou o plenário um palco central para a disputa de narrativas morais, onde parlamentares foram compelidos a usar a tribuna para acusar adversários, defender a si e a seus grupos, e se posicionar como agentes moralmente íntegros (MELO; PEREIRA, 2016).

### 3. Hipóteses, metodologia e desenho de pesquisa

#### 3.1 Hipóteses

A construção teórica desta tese se assenta sobre três pilares analíticos — moralidade, ideologia e instituições — que, em conjunto, permitem compreender o discurso parlamentar como um fenômeno estruturado por valores, organizado por identidades políticas e condicionado por incentivos formais. Para transformar esse arcabouço conceitual em um desenho empírico testável, é necessário explicitar como cada pilar se converte em hipóteses de pesquisa. Este capítulo inicia-se, portanto, com a transposição desse modelo teórico tripartite para um conjunto coerente de hipóteses, que orientará as etapas subsequentes de análise.

O primeiro pilar, a moralidade política, fundamenta a ideia de que julgamentos, enquadramentos e justificações são expressões de estruturas intuitivo-afetivas que antecedem a racionalização consciente. A Moral Foundations Theory (MFT) constitui o instrumento operacional para identificar tais predisposições no discurso público. Como a moralidade funciona, neste trabalho, como o eixo organizador de todas as disputas narrativas, sua hipótese correspondente assume caráter transversal: ela sustenta que elementos morais estão presentes na retórica parlamentar de forma recorrente, independentemente de variações institucionais, ideológicas ou conjunturais. Trata-se da base a partir da qual todas as demais hipóteses se articulam.

O segundo pilar, a ideologia, orienta a formulação das hipóteses seguintes. Embora o eleitorado apresente baixa consistência ideológica clássica, as elites parlamentares operam dentro de repertórios relativamente estáveis que estruturam tanto a seleção dos temas quanto a forma de justificá-los. Por essa razão, uma das hipóteses centrais deste trabalho investiga como diferentes campos ideológicos tendem a mobilizar enquadramentos distintos no Parlamento. Desse mesmo pilar deriva também a hipótese populista, entendida como variação moral-ideológica que contrapõe povo e elite e que ganhou relevância no Brasil recente. Tal hipótese busca captar a presença sistemática dessa gramática específica no discurso parlamentar sem antecipar sua intensidade ou direção.

O terceiro pilar, as instituições, sustenta que o discurso político é moldado pela

arquitetura formal do presidencialismo de coalizão. Arenas regimentais distintas — como o Pequeno Expediente, o Grande Expediente e a Ordem do Dia — oferecem incentivos assimétricos para a expressão de valores e identidades. Além disso, a posição dos partidos em relação ao governo e a ocorrência de choques históricos introduzem constrangimentos adicionais. Desta dimensão institucional derivam três hipóteses: uma examinando a variação entre arenas discursivas, outra relacionada à posição governo–oposição e uma terceira dedicada à influência de crises políticas ou eventos críticos sobre a linguagem parlamentar.

Assim, o modelo teórico tripartite (moralidade, ideologia e instituições) é traduzido em cinco hipóteses, que representam diferentes níveis de análise do fenômeno discursivo. São elas:

H1: Parlamentares do espectro da Esquerda farão uso mais intenso dos fundamentos morais individualizantes (Cuidado/Dano e Justiça/Trapaça), enquanto parlamentares da Direita recorrerão com maior frequência aos fundamentos morais aglutinadores (Lealdade/Traição, Autoridade/Subversão e Pureza/Degradação).

H2: As regras do jogo moldam a estratégia discursiva. A segmentação regimental do Parlamento produz padrões diferenciados de enquadramento discursivo, de modo que cada arena — como Pequeno Expediente, Grande Expediente, Breves Comunicações e Ordem do Dia — está associada a repertórios retóricos específicos decorrentes de seus incentivos, funções e restrições institucionais.

H3: A retórica populista, por sua natureza maniqueísta, está intrinsecamente associada a apelos morais de grupo. Enquadramentos associados ao populismo — tais como a oposição moralizada entre “povo” e “elite” ou a representação do sistema político como entidade corrompida — constituem categoria analítica identificável no discurso parlamentar e variam conforme a orientação ideológica e a posição institucional dos atores, podendo ser correlacionada a fundamentos morais específicos.

H4: A retórica moral é condicionada pela posição em relação ao poder Executivo: parlamentares da Oposição utilizarão fundamentos morais para atacar o governo, enquanto parlamentares do partido do Presidente empregarão mais fundamentos morais para defender a coesão da base e a governabilidade.

H5: A retórica moral do parlamento é permeável a crises nacionais. Os discursos proferidos nas legislaturas 54 e 55 (Operação Lava Jato e a crise do impeachment) sofreram alterações significativas na distribuição e na saliência no uso dos fundamentos morais.

### 3.2 Metodologia e desenho de pesquisa

A presente seção detalha o percurso metodológico desenhado para testar empiricamente as hipóteses sobre o uso da retórica moral e populista no parlamento brasileiro. Diante da complexidade e da escala do objeto de estudo — o discurso político proferido ao longo de duas décadas —, optou-se por uma abordagem quantitativa de análise de texto em larga escala, que combina técnicas de coleta automatizada de dados, aprendizado de máquina supervisionado e análise estatística. O processo foi conduzido em três grandes etapas: (1) coleta e estruturação de um vasto corpus de discursos parlamentares; (2) desenvolvimento de um instrumento de medição através do treinamento de modelos de classificação de texto; e (3) a aplicação de testes estatísticos para a validação das hipóteses.

A primeira etapa consistiu na construção da base de dados da pesquisa. Utilizando a técnica de *Web Scraping*, foram coletados 409.466 discursos proferidos na Câmara dos Deputados entre 2003 e 2022. Este corpus bruto passou por um rigoroso processo de limpeza e tratamento, que incluiu a remoção de discursos duplicados ou de não parlamentares, a exclusão de vocativos e *stopwords*, e a padronização do texto. Para enriquecer a análise, a base de dados foi integrada com informações sobre a ideologia de cada partido, fundamentada na abrangente compilação de André Borges (2021), e com a variável de posição em relação ao poder, na qual a base governista foi operacionalizada como o partido do Presidente. O foco analítico foi direcionado aos discursos do Pequeno Expediente, Grande Expediente, Ordem do Dia e das Breves Comunicações.

Com um volume de mais de 370 mil discursos, a classificação manual do corpus completo seria inviável. A segunda etapa, portanto, foi dedicada à construção de um instrumento de medição robusto através de modelos de aprendizado de máquina. Para isso, foi criada uma amostra "gabarito" de 2.087 discursos, selecionada por amostragem estratificada proporcional para garantir a representatividade do universo da pesquisa. O treinamento dos modelos não foi um evento único, mas um processo iterativo e híbrido, alinhado aos princípios de *active*

*learning*. O pesquisador codificou manualmente uma "amostra semente", treinou um modelo preliminar, e então assumiu o papel de auditor, corrigindo as classificações do modelo e retreinando-o em múltiplos ciclos. Este método sinérgico entre a expertise humana e a escala da máquina foi utilizado para classificar as oito variáveis teóricas em uma escala de 1 a 5. A validade dos oito modelos finais foi aferida por validação cruzada (*k-folds*) e pelo coeficiente Kappa de Cohen, que confirmou uma performance de "moderada" a "quase perfeita", legitimando sua aplicação para classificar a totalidade do corpus.

Com o corpus integralmente classificado, a etapa final consistiu na testagem das hipóteses através de diferentes abordagens estatísticas. Para investigar a relação entre a retórica moral e as variáveis de ideologia e posição governista (Hipóteses 1 e 2), foram empregados testes de Análise de Variância (ANOVA) para comparar as médias de pontuação entre os grupos. Para desvendar a estrutura subjacente do discurso e a afinidade entre populismo e moralidade de grupo (Hipótese 3), foi utilizada a Análise Fatorial Exploratória (AFE). Por fim, para avaliar o impacto da conjuntura crítica e das regras institucionais (Hipóteses 5 e 6), foram realizadas análises de prevalência ao longo do tempo e análises comparativas da mudança retórica entre os diferentes momentos de fala. Este conjunto de técnicas permitiu uma verificação multifacetada e robusta das questões centrais desta tese.

#### **4. Coleta de dados**

A fim de testar as hipóteses postuladas e atingir os objetivos da presente pesquisa, faz-se necessário a coleta, tratamento e análise de dados referentes aos discursos parlamentares dos deputados brasileiros. Os discursos que serão coletados correspondem ao período de 2003 até 2022. A razão para a escolha do período se deve ao intuito de acompanhar ao longo dos anos possíveis consistências ou transições do conteúdo dos discursos com relação aos espectros morais tratados. Portanto, um longo período de produção das falas com um maior número de ciclos eleitorais torna mais viável a identificação de possíveis padrões.

Os dados dos discursos para esta pesquisa foram coletados da plataforma online da Câmara com auxílio da técnica de *Web Scraping*<sup>1</sup> (MUNZERT *et al.*, 2014) durante o mês de abril de 2025. Os arquivos de discursos foram processados no ambiente R se apresentando de

---

<sup>1</sup> Trata-se de uma forma de coleta de dados automatizada.

forma estruturada e passaram por uma limpeza dos discursos duplicados (com duas ou mais datas de publicação) e dos que não pertenciam a deputados (como de membros de outros órgãos, representantes de classe, sociedade civil, associações etc.), tendo por referência a unidade de discursos proferidos por cada parlamentar, em um certo dia, em uma certa sessão, com um conteúdo único. A tabela a seguir apresenta o quantitativo dos discursos por momento de fala. Deputados sem partido<sup>2</sup> foram eliminados da base.

**Tabela 4.1:** Dados descritivos da base de discursos por período e momentos de fala

Fase	Lula I	Lula II	Dilma I	Dilma II /Temer	Bolsonaro	2003 - 2022
Abertura	1.1%	1.1%	0.7%	0.6%	0.1%	1%
Breves Comunicações	11.3%	16.2%	18.5%	21.9%	20.8%	18%
Comissão Geral	0.5%	0.6%	0.5%	1.5%	0.8%	1%
Comunicações Parlamentares	3.2%	3.1%	5.6%	3.0%	1.1%	3%
Encerramento	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	1.9%	0%
Grande Expediente	15.4%	9.0%	10.6%	6.3%	2.3%	8%
Homenagem	5.7%	2.9%	3.9%	3.8%	1.1%	3%
Ordem do dia	37.0%	40.7%	36.9%	51.5%	67.6%	47%
Pequeno Expediente	25.9%	26.4%	23.3%	11.3%	4.3%	18%
Total	63.561	83.189	83.965	94.254	84.497	409.466

**Fonte:** elaborada pelo autor.

Segundo a literatura especializada, o processo de análise de conteúdo geralmente segue quatro etapas principais: coleta, limpeza, transformação quantitativa (incluindo a geração de *embeddings*) e análise/validação dos resultados do processamento (GRIMMER; STEWART, 2013; WILKERSON; CASAS, 2017). Em seguida ao processo de coleta, a etapa de limpeza dos dados foi conduzida da seguinte maneira: primeiramente, vocativos ou palavras de uso retórico excessivamente frequente (a exemplo de "Sras. e Srs. Parlamentares", "Excelentíssimo Senhor Presidente") foram eliminados do conjunto de textos. Subsequentemente, o corpus

<sup>2</sup> O total de discursos desses deputados sem partido foi de 768, o que significa 0,19% da base de 395.792 (número após a limpeza da base) observações.

textual passou por um tratamento padronizado, que incluiu a remoção de pontuação, a transformação de todas as letras para minúsculas, a eliminação de números e a normalização de espaços em branco. Adicionalmente, foi realizada a remoção de "stopwords", que consistem em palavras sem sentido semântico ou que não contribuem para a análise (tais como artigos e pronomes), cujo conjunto automatizado teve como referência o pacote "tm" da plataforma R (FEINERER; HORNIK; MEYER, 2008). Por fim, a identificação de bigramas significativos (termos formados por duas palavras cujo sentido conjunto difere de suas partes isoladas, como "Congresso Nacional" ou "Medida Provisória") foi efetuada, e uma inspeção final foi realizada para eliminar termos que possuem frequência excessivamente baixa no corpus.

#### **4.1 Momentos de fala considerados**

Com relação ao momento institucional da fala, a literatura adverte que análises de conteúdo devem ser sensíveis ao processo de produção do discurso. Políticos usam a comunicação de forma estratégica, adaptando a mensagem à audiência e aos constrangimentos do ambiente em que falam (SLAPIN; PROKSCH, 2014, p. 138–139). Tradicionalmente, o Pequeno Expediente (PE) é visto como o espaço ideal para capturar a fala mais espontânea dos deputados, por sua liberdade e ausência de controle partidário (MOREIRA, 2019, p. 613). Contudo, uma análise aprofundada da prática parlamentar, incluindo a observação dos dados empíricos (Tabela N.1), revela que focar apenas no PE seria insuficiente e anacrônico.

Para capturar a complexidade da retórica em suas múltiplas facetas, esta pesquisa optou por analisar o espectro completo dos principais momentos de fala, tratando-os como arenas distintas com funções estratégicas diferentes. Esse espectro foi dividido em duas categorias funcionais:

Discurso de Posicionamento: Engloba o Pequeno Expediente (PE), as Breves Comunicações (BC) e o Grande Expediente (GE). Estes são os momentos em que a comunicação se volta primariamente para fora do plenário — para as bases, a mídia e a opinião pública. Eles variam em formalidade e duração, desde as mensagens ágeis das BCs, que cresceram em detrimento do PE, até os pronunciamentos solenes e de fôlego do GE, reservados a temas de grande relevância nacional. A análise conjunta destes três momentos oferece um panorama completo da "performance" parlamentar.

Discurso Deliberativo: Concentra-se na Ordem do Dia (OD), o coração do processo legislativo. Aqui, a fala é instrumental, uma ferramenta de combate diretamente atrelada à discussão e votação de proposições. A importância da OD se tornou ainda mais saliente com as inovações regimentais recentes, como o Sistema de Deliberação Remota (SDR), instituído pela Resolução nº 14 de 2020 durante a pandemia. Essa mudança não apenas transferiu o debate para o ambiente virtual, mas reforçou a centralidade da fala como principal veículo para a persuasão e o confronto, como evidencia o crescimento do volume de discursos na OD no último período legislativo.

Portanto, a decisão de analisar este conjunto diversificado de discursos — presenciais e virtuais, de posicionamento e de deliberação — não é apenas uma questão de abrangência. Trata-se de um pilar do desenho da pesquisa, que permite uma compreensão mais rica e ecologicamente válida de como os enquadramentos morais são estrategicamente mobilizados em diferentes arenas para distintas finalidades, adaptando-se a choques externos e a novas regras do jogo.

#### **4.2 Dados de ideologia**

Com relação à mensuração da ideologia dos partidos políticos brasileiros, esta pesquisa se fundamenta na base de dados abrangente desenvolvida por André Borges (2021). Tal base, reconhecida por sua síntese e constante atualização, compila diversos levantamentos de especialistas sobre o posicionamento ideológico das legendas no Brasil, englobando pesquisas de outros autores. A escolha por este referencial reside em sua robustez metodológica e na capacidade de oferecer uma classificação detalhada e consistente ao longo do tempo, abarcando o período relevante para a análise da tese, que se estende de 2003 até o final de 2022 (BORGES, 2021).

A classificação ideológica proposta nesta base de dados é organizada em uma escala contínua de 21 pontos, variando de 0 (extrema-esquerda) a 20 (extrema-direita), onde valores crescentes indicam posições mais à direita no espectro político. Para fins de análise e categorização, os valores brutos dessa escala contínua foram agrupados em cinco blocos ideológicos mais amplos: extrema-esquerda, esquerda, centro, direita e extrema-direita. Esta conversão da escala de 0-20 para blocos categóricos permite uma análise mais manejável e interpretável das tendências ideológicas, ao mesmo tempo em que preserva as distinções

ideológicas cruciais para a pesquisa, conforme a metodologia frequentemente empregada na literatura especializada (e.g., Borges, 2021).

O caso brasileiro apresenta uma peculiaridade sobre o número dos partidos políticos e as suas mudanças. O sistema partidário do país é caracterizado por uma altíssima fragmentação e volatilidade, com um número elevado de legendas e uma baixa taxa de institucionalização, o que resulta em um cenário de constantes fusões, extinções e mudanças de nome (MAINWARING, 1999; NICOLAU, 2006). Alguns partidos foram extintos ao longo do período estudado, outros trocaram de nome. Dessa forma, um dos primeiros desafios para a manipulação dessa variável foi justamente compatibilizar as siglas contidas na base de ideologia com a de discursos políticos<sup>3</sup>.

Nesse processo, alguns partidos não estavam contemplados na base de ideologia, trazendo a necessidade de pesquisar a sua origem (se advinda de outro partido que existia na base) e estipular o seu espectro. Os casos de partidos que não estavam na base de ideologia são retratados no Quadro 4.1 bem como a designação ideológica atribuída. O critério principal foi a leitura do manifesto ou programa partidário. Para garantir a maior fidedignidade possível, a consulta a esses documentos foi realizada em fontes primárias, como os registros oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e os portais dos próprios partidos. Para legendas extintas ou com documentação dispersa, recorreu-se a fontes acadêmicas de referência, como o acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (FGV-CPDOC).

É conhecido pela literatura a fragilidade de classificações baseadas exclusivamente em manifestos, uma vez que pode haver uma distância significativa entre o que os partidos pregam em seus documentos e seu comportamento efetivo no legislativo (TAROUCO; MADEIRA, 2013). No entanto, o número de observações de discursos proferidos por esses partidos específicos é residual em relação ao total da base. Optou-se, portanto, por uma decisão que otimizasse o ganho analítico e o tempo de desenvolvimento com a maior coerência possível. Esta decisão pragmática, embora envolva simplificações, alinha-se às boas práticas da análise de conteúdo, que preconizam a transparência e a justificação explícita das escolhas

---

<sup>3</sup> Como exemplo, a mudança do PFL para DEM, do PMDB para MDB, ou siglas como SD ou SDD para o partido Solidariedade.

metodológicas diante dos desafios impostos pelos dados do mundo real (GRIMMER; STEWART, 2013).

**Quadro 4.1:** Partidos não presentes na base que necessitaram de atribuição

Sigla do Partido	Nome do Partido	Atribuição	Fonte
PPB	Partido Progressista Brasileiro	Direita	<a href="#">Verbete FGV-CPDOC</a>
PMR	Partido Municipalista Renovador	Centro	<a href="#">Registro TSE (via G1)</a>
PAN	Partido dos Aposentados da Nação	Esquerda	<a href="#">Verbete FGV-CPDOC</a>
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	Direita	<a href="#">Estatuto e Programa (TSE)</a>
PEN	Partido Ecológico Nacional	Centro	<a href="#">Verbete FGV-CPDOC</a>
PSDC	Partido Social Democrata Cristão	Direita	<a href="#">Programa Doutrinário (TSE)</a>
PMB	Partido da Mulher Brasileira	Centro	<a href="#">Estatuto e Programa (TSE)</a>
PTN	Partido Trabalhista Nacional	Centro	<a href="#">Histórico (Site Oficial Podemos)</a>
AVANTE	Avante	Centro	<a href="#">Manifesto (Site Oficial)</a>
PATRI	Patriota	Direita	<a href="#">Manifesto (Site Oficial)</a>
PPL	Partido Pátria Livre	Esquerda	<a href="#">Verbete FGV-CPDOC</a>
REPUBLICANOS	Republicanos	Direita	<a href="#">Manifesto "Uma Onda Renovadora"</a>

**Fonte:** elaborado pelo autor.

A respeito da categorização da variável contínua de ideologia, optou-se por fazer um recorte em 5 espectros: extrema esquerda, esquerda, centro, direita, extrema direita, como mostra o Tabela 4.2. A base utilizada tem pontuações que vão de 1,180 até 19,157, sendo os menores números mais à esquerda e os maiores mais à direita. Foi feito um recorte dos cinco grupos considerando a divisão por 5 da diferença entre a maior e a menor pontuação, o que dá intervalos de aproximadamente 3,6.

**Tabela 4.2:** Faixa de valores adotados para designar espectro ideológico dos partidos

Espectro	Faixa de valores
Extrema Esquerda	$1,180 \leq x < 4,7754$
Esquerda	$4,7754 \leq x < 8,3708$

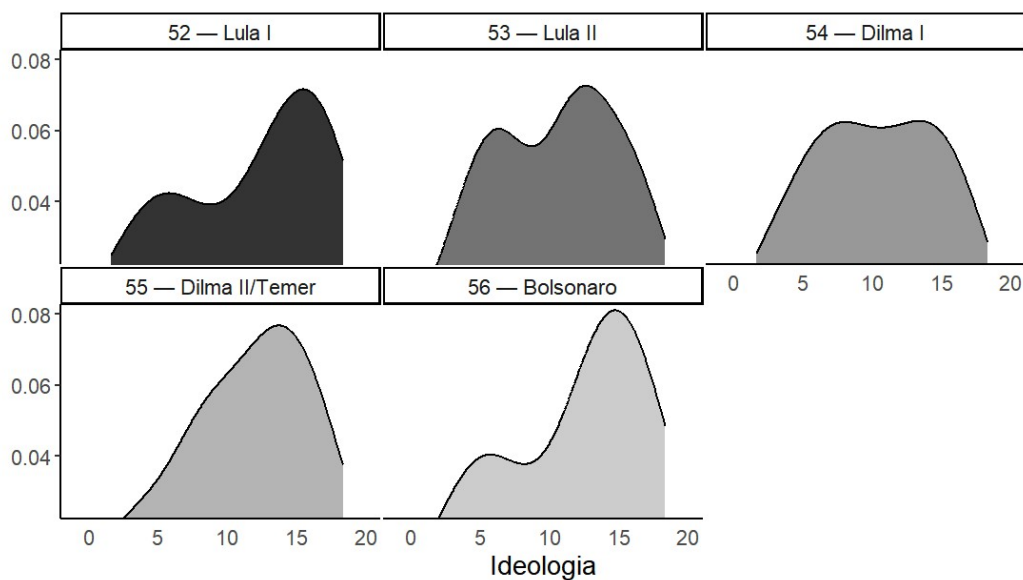
Centro	$8,3708 \leq x < 11,9662$
Direita	$11,9662 \leq x < 15,5616$
Extrema Direita	$x > 15,5616$

Fonte: elaborada pelo autor.

### 4.3 Distribuição da Ideologia

A figura 4.1 apresenta a distribuição ideológica dos partidos brasileiros no período segundo a base de André Borges ao longo do período. Ela demonstra que houve uma alteração para esquerda de um congresso mais de direita até a legislatura 54. Em seguida, houve uma alteração à direita até a legislatura 56.

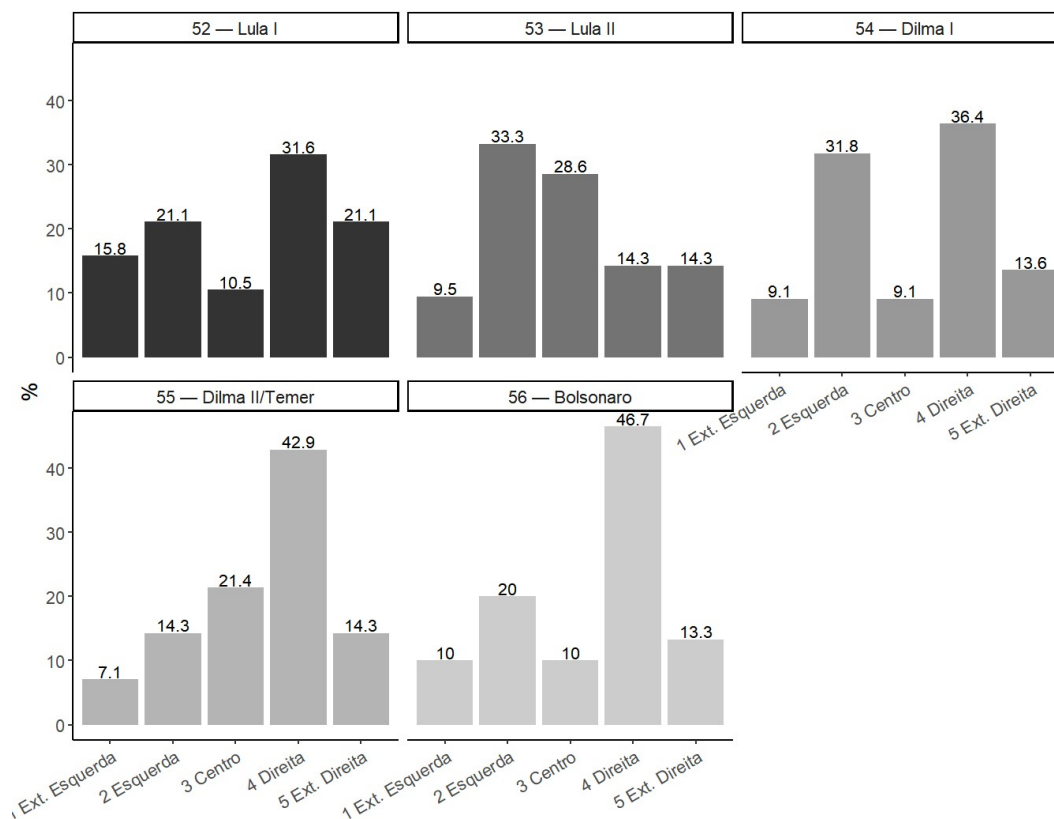
**Figura 4.1:** Distribuição das ideologias dos partidos brasileiros segundo a base utilizada no período e por legislatura/presidente eleito.



Fonte: elaborada pelo autor.

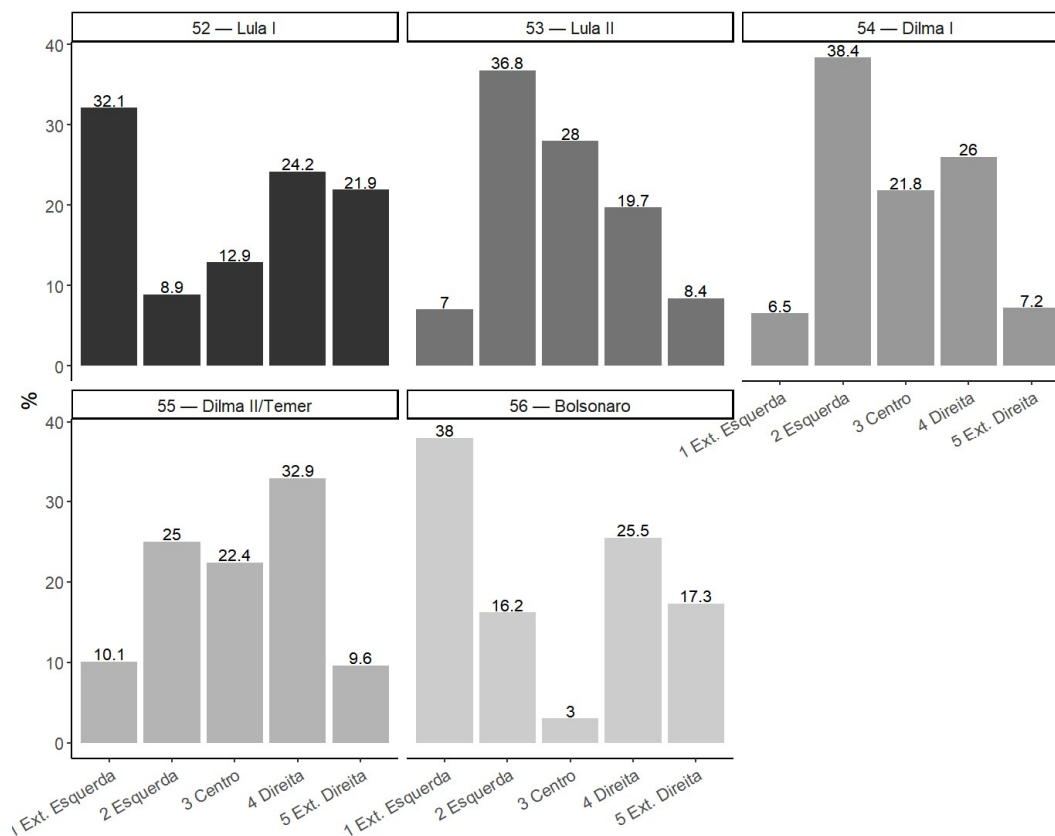
Quando consideramos a composição da Câmara dos deputados ao começo de cada legislatura, é possível observar a mesma tendência com um aumento mais radical dos parlamentares de direita.

**Figura 4.2:** Distribuição das ideologias dos deputados que tomaram posse no começo de cada legislatura



**Fonte:** elaborada pelo autor.

Com relação a base de dados dos discursos parlamentares, é possível observar que a ideologia do discurso, ou seja, a ideologia do titular dos discursos proferidos caminha para o espectro da esquerda. Dessa forma, os dados apontam que apesar da queda no número de parlamentares de esquerda, a estratégia de utilização da fala em plenário é bem utilizada por esse espectro político, tendo apenas a legislatura 55 como exemplo atípico (legislatura na qual a direita proferiu mais discursos que a esquerda).

**Figura 4.3:** distribuição das ideologias dos autores das falas que proferiram discursos no período

**Fonte:** elaborada pelo autor.

Vê-se, portanto, que apesar de um crescimento numérico da direita na Câmara dos Deputados, o espectro político da esquerda tende a utilizar com maior intensidade a estratégia de proferir falas em plenário. Fato esse que será fundamental para a pesquisa no tocante ao treinamento dos modelos, o que demonstra que será preciso estratificar as amostras de teste tendo em vista a desproporção por espectro político. Além disso, esses dados descritivos já apontam no sentido de afirmar que diferentes espectros têm diferentes abordagens referentes ao discurso.

#### 4.4 Definição de critérios para a “coalizão governista”

A definição da "base do governo" como o conjunto de "partidos da coalizão" no sistema presidencialista de coalizão brasileiro, embora teoricamente robusta para capturar a dinâmica

de governabilidade, apresenta desafios práticos significativos para a operacionalização empírica em um período tão extenso como 2003 a 2022 (CHASQUETTI, 2002).

A literatura sobre o presidencialismo de coalizão no Brasil, embora vasta, aponta para a complexidade e fluidez dos acordos de coalizão, bem como para a dificuldade de mapear a profundidade e a dinâmica desses acordos ou o caráter do gabinete (se "laxa ou sólida") de forma consistente ao longo do tempo (AMORIM NETO; TAFNER, 2002; COUTO; SOARES; LIVRAMENTO, 2021). A ausência de uma base de dados que detalhe a composição exata e contínua das coalizões formais e informais ao longo de quase duas décadas impõe uma limitação metodológica que demandaria um esforço de coleta e classificação de dados inviável para os propósitos deste estudo, que se concentra na análise discursiva em grande escala. Diante dessa limitação prática, a alternativa de focar no partido do presidente emerge como uma solução pragmática e mais facilmente operacionalizável, permitindo a viabilidade da pesquisa sem comprometer o rigor da análise do núcleo do apoio governista.

Essa opção metodológica encontra forte amparo na própria literatura sobre o sistema político brasileiro, que consistentemente destaca o papel central e a preponderância do Executivo e, conseqüentemente, do partido do presidente no processo decisório e legislativo (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2011). O presidente é reconhecido como agente relevante, possuindo enormes vantagens estratégicas como o poder de agenda, a capacidade de editar Medidas Provisórias (MPs), e o controle sobre o orçamento e nomeações. Esses mecanismos permitem ao Executivo impor disciplina aos membros da coalizão que o apoia e obter apoio partidário consistente, sinalizando que o partido ao qual o presidente é filiado constitui o núcleo duro de sustentação do governo e o principal vetor de suas preferências no Congresso.

Além disso, a filiação partidária é uma variável explicativa para o comportamento em plenário (BAIÃO; COUTO, 2017), e o Executivo privilegia os parlamentares que compõem sua base de governo e, conseqüentemente, apresentam altos índices de apoio em votações nominais (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2011). Portanto, considerar o partido do presidente como a "base do governo" captura o ator com maior capacidade de influenciar o comportamento parlamentar e expressar as prioridades governamentais, sendo um indicador robusto do alinhamento político governista.

Adicionalmente, a decisão de focar no partido do presidente alinha-se a debates mais recentes na literatura que questionam a capacidade explicativa do grau de coalizão como um determinante exclusivo da governabilidade no presidencialismo brasileiro (VAN DER LAAN, 2024; VASSELAI; MIGNOZZETTI, 2014). Estudos indicam que a taxa de consentimento do Executivo (sucesso da agenda legislativa) pode se manter elevada independentemente da dimensão da coalizão formal. Há, inclusive, críticas à tese das emendas parlamentares como moedas de troca de forma incontroversa (VASSELAI; MIGNOZZETTI, 2014), sugerindo que a disciplina parlamentar pode não variar significativamente com a execução de emendas anuais.

A introdução de "emendas impositivas" também é vista como um fator que reduz a necessidade de coalizão forte em torno da agenda do Executivo, apontando para uma governabilidade mais compartilhada (SANTOS; GASPARINI, 2020). Essa flexibilização conceitual na teoria das coalizões válida a escolha de uma *proxy* mais direcionada e estável, como a filiação ao partido do presidente, para a "base do governo". Tal abordagem não apenas torna o estudo mais viável e suscetível de operacionalização para o período em questão, mas também permite uma análise focada no ator central da dinâmica governista, contribuindo para uma compreensão mais precisa do *moral framing* no discurso parlamentar a partir de um alinhamento governista claramente definível e consistente.

#### 4.5 Dados do partido do Presidente no período

Portanto, a análise da retórica posicional é operacionalizada a partir da comparação entre o "partido do Presidente" e os demais partidos, classificados como "Oposição". A Tabela 4.3 a seguir apresenta os dados descritivos que servem de base para esta análise, detalhando para cada legislatura o presidente, sua legenda e o peso do partido governista no Congresso. A tabela expõe o volume de discursos do partido do presidente em comparação aos demais.

**Tabela 4.3:** Dados descritivos da variável de partido do Presidente.

Período (Governo)	N	N (Pres.)	% (Pres.)	N (Oposição)	% (Oposição)
52 - Lula I	56920	14012	25%	42908	75%
53 - Lula II	76762	16083	21%	60679	79%
54 - Dilma I	74901	17590	23%	57311	77%
55a - Dilma II	54190	10027	19%	44163	81%
55b - Temer	31639	3029	10%	28610	90%
56 - Bolsonaro	80269	5622	7%	74647	93%

**Fonte:** elaborada pelo autor

## 5. Leitura dos discursos e designação dos preceitos morais e de populismo

### 5.1 Processo de treinamento dos modelos

A classificação de uma população de 374.681 discursos, impossibilitada pela leitura humana em tempo viável e com consistência exigida para a presente pesquisa, requer a utilização de modelos de aprendizado de máquina. A performance e a validade de tais modelos dependem criticamente da qualidade e da representatividade da amostra "gabarito" utilizada para o seu treinamento. Portanto, a construção da amostra de treinamento, que serve de base para a classificação em larga escala, foi guiada pelo duplo objetivo de garantir tanto a representatividade estatística quanto a riqueza lexical para o treinamento eficaz dos modelos. Primeiramente, para estabelecer uma linha de base, foi realizado um cálculo de poder para determinar o tamanho de amostra mínimo necessário para representar a população de discursos com um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 3%, o que indicou a necessidade de um mínimo de 1.068 observações (COCHRAN, 1977).

Contudo, para treinar múltiplos modelos de *machine learning* em um problema de classificação complexo e altamente estratificado (por momento de fala, legislatura, espectro político e partido), este mínimo foi considerado insuficiente, pois para treinar modelos de *machine learning* em um problema de classificação multicategorial e multifacetado como este, a representatividade estatística por si só não é a escolha mais segura. Para mitigar o risco de esparsidade de dados em subgrupos de menor frequência e garantir a "preservação de casos únicos nos estratos"<sup>4</sup>, foi estabelecido um tamanho de amostra final mais robusto. Este processo resultou em uma amostra final de 2.087 discursos. Número que satisfaz os requisitos de poder estatístico e, crucialmente, fornece a diversidade de exemplos necessária para treinar e validar de forma robusta os oito modelos de classificação de texto que são o cerne desta pesquisa (GRIMMER; STEWART, 2013). A seleção foi realizada através de uma amostragem estratificada proporcional. A população de discursos foi dividida em estratos com base em quatro variáveis-chave: fase (momento da fala), legislatura, espectro político e partido. A amostra foi então sorteada de forma a garantir que a proporção de discursos de cada estrato na amostra final espelhasse a proporção correspondente na população total de discursos.

---

<sup>4</sup> Em outras palavras uma observação única por legislatura, partido, espectro político e momento de fala.

As tabelas de validação demonstram que a amostra de treinamento apresenta um equilíbrio proporcional quase perfeito em relação à população no que tange às variáveis de espectro político e legislatura, com desvios inferiores a 2%. Observa-se um desvio moderado na variável fase (momento da fala), com uma sub-representação de aproximadamente 7 pontos percentuais para a Ordem do Dia. Contudo, dado que o propósito primário da amostra é o treinamento de modelos de classificação, e que a amostra final contém um volume absoluto robusto de exemplos para cada um dos quatro momentos de fala, considera-se que este desequilíbrio não impacta a capacidade do modelo de aprender os padrões lexicais de cada contexto nem a validade das análises comparativas subsequentes. A amostra é, portanto, considerada representativa e adequada para os objetivos desta pesquisa.

**Tabela 5.1:** Comparação entre população e amostra para variáveis de Legislatura, Espectro e Momento de Fala.

<b>Legislatura</b>	<b>População</b>	<b>Amostra</b>	<b>População - Amostra</b>
52	15%	15.3%	-0.1%
53	20.5%	21.8%	-1.3%
54	20.0%	19.8%	0.2%
55	22.9%	22.6%	0.3%
56	21.4%	20.5%	0.9%
<b>Espectro</b>			
Extrema Esquerda	18.4%	17.8%	0.6%
Esquerda	28.4%	28.3%	0.1%
Centro	8.7%	9.1%	-0.4%
Direita	32.4%	33.0%	-0.6%
Extrema Direita	12.1%	11.9%	0.2%
<b>Momento de Fala</b>			
Ordem do Dia	51.8%	44.7%	7.1%
Breves Comunicações	19.9%	24.2%	-4.3%
Pequeno Expediente	19.3%	23.2%	-3.9%
Grande Expediente	9.1%	7.9%	1.2%

**Fonte:** elaborada pelo autor.

A análise de representatividade da amostra em relação à Unidade da Federação (UF) demonstra um alinhamento geral robusto entre a amostra e a população de discursos. Conforme a Tabela 5.2, a maioria dos estados apresenta um desvio proporcional inferior a 1%, indicando que a estratificação por partido e legislatura resultou em um bom equilíbrio geográfico. As maiores discrepâncias são observadas no Ceará (sub-representado em 2.0 pontos percentuais) e no Maranhão (sub-representado em 1.3 p.p.), enquanto o Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro apresentam uma leve sobre-representação. Tais desvios são considerados marginais e

não comprometem a validade da amostra para os objetivos de treinamento dos modelos de classificação.

**Tabela 5.2:** Comparação entre população e amostra para variável de Estados

UF	População	Amostra	População - Amostra
CE	5.0%	3.0%	2.0%
RN	1.0%	2.1%	-1.1%
MS	1.4%	0.5%	0.9%
MT	1.3%	0.5%	0.8%
AC	1.7%	2.5%	-0.8%
SE	1.4%	0.7%	0.7%
AL	1.1%	1.8%	-0.7%
BA	8.6%	9.2%	-0.6%
SC	4.6%	3.6%	1.0%
RJ	10.8%	12.0%	-1.2%
MA	3.1%	1.8%	1.3%
DF	2.9%	4.1%	-1.2%
SP	15.0%	16.3%	-1.3%
PE	5.4%	5.0%	0.4%
ES	2.2%	1.8%	0.4%
AP	1.0%	0.6%	0.4%
PR	4.1%	3.7%	0.4%
TO	1.1%	1.5%	-0.4%
RS	8.3%	8.7%	-0.4%
PB	2.3%	2.0%	0.3%
GO	2.5%	2.8%	-0.3%
MG	6.6%	6.8%	-0.2%
AM	2.2%	2.4%	-0.2%
PI	1.4%	1.3%	0.1%
RO	1.4%	1.5%	-0.1%
RR	1.0%	1.1%	-0.1%

**Fonte:** elaborada pelo autor.

## 5.2 Processo de leitura dos discursos: uma metodologia híbrida e iterativa

A classificação de grandes volumes de texto para a pesquisa em ciências sociais enfrenta um dilema metodológico fundamental: de um lado, a análise de conteúdo tradicional, realizada por codificadores humanos, oferece profundidade e nuance, mas é inviável para a escala de centenas de milhares de documentos (KRIPPENDORFF, 2018). Do outro, a análise de texto puramente automatizada, embora escalável, arrisca-se a produzir medições superficiais ou imprecisas para conceitos teoricamente complexos (GRIMMER; STEWART, 2013). Para

superar essa dicotomia, a construção da amostra de treinamento ("gabarito") de 2.087 discursos para esta tese não foi um evento único de codificação manual, mas sim um processo iterativo e sinérgico entre o pesquisador e a máquina, alinhado com os princípios da aprendizagem ativa (*active learning*).

A premissa desta abordagem é que a expertise humana é o recurso mais valioso e escasso. Portanto, ela deve ser empregada de forma estratégica, focando nos casos em que o julgamento humano é mais necessário, para "ensinar" o modelo de forma mais eficiente. O processo de classificação, no entanto, não foi um evento único, mas sim um ciclo iterativo de codificação, auditoria e refinamento, uma prática recomendada para garantir a validade do instrumento de medição (NEUENDORF, 2017) O processo, conduzido no ambiente R com o auxílio dos pacotes tidymodels (KUHN; WICKHAM, 2020) e xgboost (CHEN et al., 2015, 2019) e será descrito após a apresentação da de valores às variáveis de preceitos morais e populismo.

É imperativo reconhecer as limitações inerentes à abordagem metodológica de aprendizado iterativo. Todo o processo, desde a "amostra semente" até as rodadas de auditoria e refinamento, está ancorado na interpretação subjetiva do pesquisador, o que introduz o risco de que vieses teóricos ou interpretativos sejam sistematicamente ensinados ao modelo. Diferentemente dos testes de confiabilidade intercodificadores, onde o dissenso entre múltiplos leitores é a fonte de robustez, este método otimiza a consistência a partir de um único ponto de vista. Contudo, essa escolha representa uma solução pragmática e poderosa para o desafio de analisar um universo de quase 400.000 discursos, uma tarefa inviável para equipes de codificadores humanos. Ao garantir que a "régua" subjetiva do pesquisador, uma vez calibrada, seja aplicada com perfeita consistência pela máquina a todo o corpus, a abordagem sacrifica a generalização entre codificadores em troca de uma escala e uma consistência interna inatingíveis por meios tradicionais, representando uma fronteira promissora e necessária para a análise de texto em larga escala nas ciências sociais.

Primeiramente, a codificação realizada pelo pesquisador consistiu em atribuir uma pontuação em uma escala de 1 a 5 para cada uma das oito variáveis teóricas – cinco preceitos morais e três elementos do populismo<sup>5</sup>, como presente no Quadro 5.1 e detalhado no Anexo II.

---

<sup>5</sup> O processo de classificação manual dos discursos se deu durante o período entre junho e começo agosto de 2025.

Este trabalho intensivo foi fundamental para traduzir os conceitos teóricos em dados quantitativos consistentes, criando a base de conhecimento a partir da qual os modelos computacionais aprenderiam a "ler" e a interpretar a totalidade do universo de discursos. Portanto, com base na revisão de literatura, definiu-se os critérios de cada uma das oito dimensões avaliadas (como apresentado na seção de revisão de literatura) e foi atribuída uma classificação dentro da escala postulada. Esses instrumentos são fundamentais para consistência e a replicabilidade da análise de conteúdo (KRIPPENDORFF, 2018).

O processo de classificação, no entanto, não foi um evento único, mas sim um ciclo iterativo de codificação, auditoria e refinamento, uma prática recomendada para garantir a validade do instrumento de medição (NEUENDORF, 2017). Após uma primeira rodada de classificação, análises de prevalência foram conduzidas para identificar possíveis vieses ou inconsistências na aplicação da escala.

**Quadro 5.1:** Descrição das pontuações dadas aos discursos

<b>Pontuação</b>	<b>Descrição</b>
1	Ausente
2	Leve
3	Moderado
4	Forte
5	Radical

**Fonte:** elaborado pelo autor.

### 5.3 As etapas de processo de aprendizado iterativo

As etapas foram:

**Amostra Semente (*Seed Sample*):** O processo iniciou-se com a classificação manual intensiva de uma subamostra inicial de aproximadamente 200 discursos. Este "gabarito semente", codificado pessoalmente pelo pesquisador, serviu como a base de conhecimento inicial, garantindo que o primeiro modelo fosse treinado com exemplos de altíssima qualidade.

**Treinamento do Modelo Preliminar:** Um primeiro conjunto de oito modelos XGBoost foi treinado utilizando exclusivamente esta amostra semente. Naturalmente, a performance

deste modelo inicial era limitada, mas ele já era capaz de identificar padrões lexicais básicos associados a cada categoria.

**Classificação e Auditoria Assistida:** O modelo preliminar foi então aplicado para classificar um novo lote de discursos não codificados da amostra de 2.087. Em vez de aceitar as classificações de forma "cega", o pesquisador assumiu o papel de auditor, focando sua atenção nos casos mais informativos: aqueles em que o modelo apresentava baixa confiança ou em que a classificação parecia contraintuitiva. Ferramentas de análise descritiva, como tabelas de contingência e a visualização de discursos com classificações inesperadas, foram cruciais nesta fase.

**Refinamento e Retreinamento:** Os discursos auditados e corrigidos pelo pesquisador foram então incorporados à amostra de treinamento, que se tornava progressivamente maior e mais diversa. Um novo modelo era então re-treinado com esta base de dados enriquecida. Este ciclo (classificar -> auditar -> corrigir -> re-treinar) foi repetido múltiplas vezes. A cada iteração, o modelo se tornava mais "inteligente", e o pesquisador podia focar sua atenção em casos cada vez mais subtis e complexos. O processo convergiu quando a performance do modelo em novos lotes de validação se estabilizou em um patamar satisfatório e a amostra completa de 2.087 discursos foi validada, resultando nos modelos otimizados finais.

**Quadro 5.2:** Exemplo do Processo de Auditoria Assistida

Discurso ID	Trecho do Discurso	Classificação do Modelo	Probabilidade	Decisão do Pesquisador
1452	"...uma afronta à constituição, um escândalo de corrupção..."	Justiça: 4	0.65	Manter
2109	"...é preciso cuidar da nossa gente, da população mais pobre..."	Cuidado: 3	0.55	Manter
1876	"...o governo precisa agir com mais autoridade..."	Autoridade: 3	0.51	Reclassificar para 2 (Uso fraco)

**Fonte:** elaborado pelo autor.

A auditoria, por exemplo, revelou que categorias com um léxico mais genérico, como Justiça e Lealdade, estavam sendo superestimadas. Tal constatação levou a um refinamento do livro de códigos e a uma reavaliação criteriosa dos discursos, garantindo que apenas os apelos explícitos e retoricamente intencionais recebessem pontuações mais altas. Esta calibração iterativa, embora trabalhosa, foi essencial para aumentar a precisão da "régua" de medição e, conseqüentemente, a confiabilidade da amostra de treinamento final, assegurando que os modelos fossem treinados com dados da mais alta qualidade possível (LACY et al., 2015). Além disso, a pontuação 5 foi designada a casos extremamente específicos para ajudar o processo de aprendizado de máquina a distinguir a linguagem de cada uma das oito variáveis.

Portanto, o pesquisador assumiu o papel de auditor e engenheiro de prompts. A cada iteração, a lógica de classificação do LLM foi aprimorada através de duas técnicas principais: o refinamento do prompt de instrução, tornando as definições do livro de códigos mais explícitas e adicionando restrições para evitar os vieses observados; e a calibração por poucos exemplos (*few-shot learning*), onde exemplos "incontestáveis" de cada score, previamente validados pelo pesquisador, eram fornecidos ao LLM como um "gabarito" para guiar a sua classificação do restante da amostra. Este ciclo de 'classificar-auditar-refinar o prompt' foi repetido até que a performance do sistema se estabilizasse.

#### **5.4 Diferença Crucial: Construção do "Gabarito" vs. Aplicação na Base Completa**

Pode-se argumentar que este mesmo processo iterativo poderia ser aplicado à totalidade dos mais de 350.000 discursos. Contudo, isso representaria um erro metodológico fundamental, pois confunde dois objetivos distintos: a construção do instrumento de medição e a aplicação desse instrumento. O ciclo iterativo descrito acima é um processo de calibração. Seu único objetivo é construir o melhor "gabarito" possível e, a partir dele, treinar o modelo de classificação mais preciso e robusto. Este processo é, por necessidade, supervisionado e dinâmico, pois o pesquisador está constantemente a corrigir e a refinar o conhecimento do modelo.

Uma vez que este processo termina, temos em mãos o nosso instrumento de medição final: um conjunto de oito modelos estáticos e validados. A etapa seguinte, a de classificar a base de dados completa, é um processo de medição em larga escala. Para que os resultados sejam comparáveis, é imperativo que a mesma "régua" (o modelo final) seja aplicada de forma

consistente a todos os discursos da população. Se continuássemos o ciclo de retreinamento durante a aplicação na base completa, estaríamos a medir cada discurso com uma régua diferente, tornando os resultados finais metodologicamente inválidos e não comparáveis entre si. A abordagem adotada, portanto, garante que a expertise humana foi usada para forjar o melhor instrumento possível, e que este instrumento foi então aplicado de forma imparcial e consistente a todo o universo da pesquisa.

Os exemplos extraídos de forma estratificada ao longo de cinco legislaturas, garante alta saturação lexical. Isso significa que a probabilidade de encontrar termos ou construções frasais relevantes na população completa que não estejam representados de alguma forma na amostra de treinamento é baixa. Portanto, o "dicionário" de features (termos e n-gramas) aprendido pelos modelos durante o treino é considerado suficientemente abrangente para classificar de forma válida o universo total de discursos.

### **5.5 Testes de qualidade da amostra de treinamento gerada**

Para avaliar se a amostra de treinamento ( $N \approx 2.087$ ) foi suficiente para gerar modelos preditivos robustos, foi empregada a técnica de validação cruzada *k-folds* ( $k=10$ ), uma abordagem padrão para estimar a performance de um modelo em dados não vistos (HASTIE, 2009). A performance foi avaliada pelo coeficiente Kappa de Cohen, uma métrica que corrige a acurácia pela probabilidade de concordância ao acaso e é particularmente robusta para categorias com frequências desiguais (COHEN, 1960; MCHUGH, 2012). Conforme apresentado na Tabela N.6, os resultados da validação cruzada demonstram que os modelos para as categorias POP apelo ao povo, POP antielite e Pureza Degradação alcançaram um desempenho de "Substancial" a "Quase Perfeito" ( $Kappa > 0.7$ ), enquanto os demais modelos apresentaram um desempenho de "Moderado" a "Bom" ( $Kappa > 0.5$ ). Tais resultados indicam que a amostra "gabarito" foi suficiente e poderosa para treinar modelos capazes de classificar a base completa de discursos com um grau de confiabilidade estatística robusto e significativamente superior ao acaso, validando a abordagem de análise de texto em larga escala utilizada nesta tese (GRIMMER; STEWART, 2013).

Para avaliar se a amostra de treinamento foi suficiente para gerar modelos preditivos robustos, foi empregada a técnica de validação cruzada *k-folds* ( $k=10$ ), uma abordagem padrão para estimar a performance de um modelo em dados não vistos (HASTIE, 2009). A performance

foi avaliada pelo coeficiente Kappa de Cohen, uma métrica conservadora que corrige a acurácia pela probabilidade de concordância ao acaso (COHEN, 1960; MCHUGH, 2012).

**Tabela 5.3:** Resumo dos testes Kappa de validade dos modelos

Categoria	Accuracy	Kappa
Cuidado Dano	0.815	0.636
Justiça Trapaça	0.821	0.585
Pureza Degradação	0.888	0.713
Autoridade Subversão	0.793	0.648
Lealdade Traição	0.774	0.519
POP Antagonismo	0.746	0.523
POP apelo ao povo	0.92	0.847
POP antielite	0.958	0.789

**Fonte:** elaborada pelo autor.

Os resultados revelam um espectro de performance que vai de "moderado" a "quase perfeito". É crucial contextualizar estes valores. A classificação de construtos teóricos complexos e subjetivos, como os fundamentos morais, a partir de texto político, é uma tarefa inerentemente desafiadora, onde mesmo codificadores humanos frequentemente alcançam níveis de concordância na faixa "substancial" (0.61-0.80), e raramente a perfeição (KRIPPENDORFF, 2018). Portanto, os scores Kappa obtidos, com a maioria dos modelos a superar o limiar de 0.6 e os restantes a apresentarem um desempenho "moderado" (LANDIS; KOCH, 1977) não devem ser considerados resultados desprezíveis. Eles indicam que a amostra de treinamento foi suficiente e poderosa para criar modelos cujo poder preditivo é significativamente superior ao acaso, permitindo a identificação de padrões e tendências macro na base de dados completa com um grau de confiança estatística válido e defensável (GRIMMER; STEWART, 2013).

## 5.6 Dados descritivos da aplicação do gabarito a amostra completa.

A Tabela 5.4 apresenta a distribuição descritiva final das pontuações para cada uma das oito categorias na base de dados completa. A análise revela um retrato da retórica parlamentar no período, caracterizado por uma baixa intensidade geral na maioria dos preceitos. Observa-se que a vasta maioria dos discursos (entre 70% e 88%) não ativa de forma explícita (score  $\geq 3$ ) os preceitos de Cuidado/Dano, Justiça/Trapaça, Lealdade/Traição, Pureza/Degradação e POP antielite. Em contraste, a retórica do POP Antagonismo e do POP apelo ao povo exhibe um

padrão bimodal, com uma alta concentração de discursos de baixa intensidade (score 1) mas também uma proporção substancial de discursos de alta intensidade (score 4), com 40.09% e 31.38% respectivamente. Este padrão sugere que, enquanto a maioria dos discursos é moderada, o confronto populista e o apelo ao povo são ferramentas retóricas empregadas de forma aguda e polarizada por um subconjunto significativo de pronunciamentos, um achado que será explorado nas análises subseqüentes. Como esperado, as pontuações extremas têm baixa incidência, como critério de qualificação para o treinamento dos modelos.

**Tabela 5.4:** Comparação de Amostra (A) com base completa (B).

Categoria	A-1	B-1	A-2	B - 2	A - 3	B - 3	A - 4	B - 4	A - 5	B - 5
Cuidado/Dano	61.2%	70.7%	24.9%	20.6%	8.1%	6.6%	0.7%	0.1%	5.2%	2.0%
Justiça/Trapaça	69.6%	80.6%	3.3%	0.2%	10.9%	7.3%	8.9%	9.4%	7.3%	2.5%
Lealdade/Traição	64.4%	77.6%	11.4%	7.1%	14.1%	9.3%	7.0%	5.4%	3.1%	0.6%
Autoridade/Subversão	49.0%	52.1%	37.4%	39.3%	0.0%	0.0%	7.8%	5.8%	5.9%	2.8%
Pureza/Degradação	73.7%	79.3%	12.8%	13.3%	8.5%	5.8%	3.6%	1.5%	1.5%	0.1%
POP/antielite	88.0%	88.8%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	11.5%	11.2%	0.5%	0.3%
POP/apelo ao povo	60.4%	61.3%	7.9%	7.3%	0.0%	0.0%	31.6%	31.4%	0.1%	0.1%
POP/Antagonismo	51.2%	56.5%	5.2%	3.4%	0.0%	0.0%	43.6%	40.1%	0.2%	0.2%

**Fonte:** elaborada pelo autor.

## 6. Análise dos Resultados

É importante notar que, devido ao grande volume de dados no universo da pesquisa ( $N > 350.000$ ), os testes de significância estatística (como a ANOVA e o Teste T) possuem um poder muito elevado. Conseqüentemente, mesmo diferenças descritivas muito pequenas entre as médias dos grupos podem se revelar estatisticamente significativas ( $p < 0.05$ ), indicando que tais diferenças não são fruto do acaso. Diante disso, a análise dos resultados apresentada a seguir irá considerar um duplo critério: para além da significância estatística, a interpretação dos achados irá focar-se na relevância prática e na magnitude da diferença entre os grupos. Serão

destacados e discutidos com maior profundidade os padrões em que a diferença, além de ser estatisticamente real, é também substancial o suficiente para representar uma distinção teoricamente relevante no uso da retórica parlamentar. A análise, portanto, valoriza tanto a precisão estatística quanto a magnitude do efeito.

Além disso, é importante reconhecer as limitações inerentes a esta abordagem metodológica. Embora a classificação automatizada permita uma análise em escala inédita, ela não captura com perfeição nuances complexas da linguagem, como a ironia ou o sarcasmo, que continuam a ser um dos desafios mais significativos para os métodos de análise de conteúdo computacional (GRIMMER; STEWART, 2013). Adicionalmente, a classificação baseada em um "gabarito", por mais robusta que seja, é fundamentalmente um reflexo das interpretações codificadas pelo pesquisador. O processo de criar um livro de códigos e de anotar textos, mesmo quando realizado de forma sistemática, está sujeito a um grau de subjetividade, pois traduz um conceito teórico complexo em um conjunto de regras aplicadas (KRIPPENDORFF, 2018). Os resultados apresentados a seguir, portanto, devem ser compreendidos não como uma verdade absoluta, mas como uma aproximação quantitativa e robusta dos padrões retóricos dominantes no período, cujas inferências são válidas ao nível macro das tendências e comparações entre grupos.

Para apresentar estes achados de forma lógica e construir uma argumentação coesa, este capítulo está organizado em duas grandes seções. A primeira, intitulada "Aspectos Estáticos: A Estrutura da Retórica Parlamentar", dedica-se a mapear os padrões fundamentais do discurso, analisando a influência da ideologia, do contexto institucional e, através de uma Análise Fatorial, as "famílias de argumentos" que revelam quais apelos morais e populistas tendem a ser usados em conjunto.

A segunda seção, "Aspectos Dinâmicos: A Retórica como Estratégia em Ação", analisa como os atores políticos utilizam estas estruturas em resposta a incentivos estratégicos e ao contexto histórico, explorando a dinâmica entre governo e oposição, os efeitos de interação e a evolução do discurso em tempos de crise. Esta progressão do estático para o dinâmico permite uma compreensão que vai da "anatomia" à "fisiologia" do discurso político no Brasil.

## **6.1 Aspectos Estáticos: A Estrutura da Retórica Parlamentar**

### **6.1.1 Hipótese 1: A Hipótese da Matriz Moral Ideológica**

A primeira hipótese da pesquisa postula que os espectros ideológicos mobilizam os fundamentos morais de maneiras distintas, com a Esquerda a privilegiar os fundamentos individualizantes (Cuidado/Dano e Justiça/Trapaça) e a Direita, os aglutinadores (Lealdade/Traição, Autoridade/Subversão e Pureza/Degradação). Para testar esta hipótese, a análise foi conduzida em três etapas. Primeiramente, foram criados e comparados dois índices agregados (Individualizante e Aglutinador) para testar a hipótese principal. Em seguida, foi realizada uma análise descritiva e de diferença de médias para cada um dos cinco fundamentos individuais, a fim de detalhar e aprofundar os achados. A terceira etapa envolve a clusterização dos partidos com base nos preceitos morais e de populismo para analisar possíveis grupos de dimensões discursivas agrupados pelo comportamento empírico dos partidos.

Para a verificação estatística formal da Hipótese 1, os cinco espectros ideológicos foram agregados em três blocos analíticos para aumentar a robustez da comparação: Esquerda (agrupando extrema esquerda e esquerda), Centro, e Direita (agrupando direita e extrema direita). A diferença nas médias dos Índices Individualizante e Aglutinador entre estes três blocos foi então avaliada por meio de uma Análise de Variância (ANOVA), para determinar se existia uma variação geral significativa. Nos casos em que a ANOVA se mostrou significativa, foi conduzido um teste post-hoc de Tukey HSD, que permite identificar com precisão quais pares de blocos (e.g., Esquerda vs. Direita; Direita vs. Centro) diferem significativamente entre si. Os resultados completos destes testes, incluindo as estatísticas e os p-valores para cada comparação, encontram-se detalhados no Anexo III.

#### **6.1.1.1 Análise dos Índices Agregados**

O Índice Individualizante foi criado a partir da média das pontuações de Cuidado/Dano e Justiça/Trapaça, enquanto o Índice Aglutinador corresponde à média das pontuações de Lealdade, Autoridade e Pureza. A análise comparativa das médias destes índices para os espectros individualmente (Tabela 6.1 e Figura 6.1) confirma a hipótese. O bloco da Esquerda apresenta uma pontuação média no Índice Individualizante superior à dos outros blocos (ANOVA,  $p < 0.001$ ). Para o Índice Aglutinador, observa-se uma notável convergência, com a

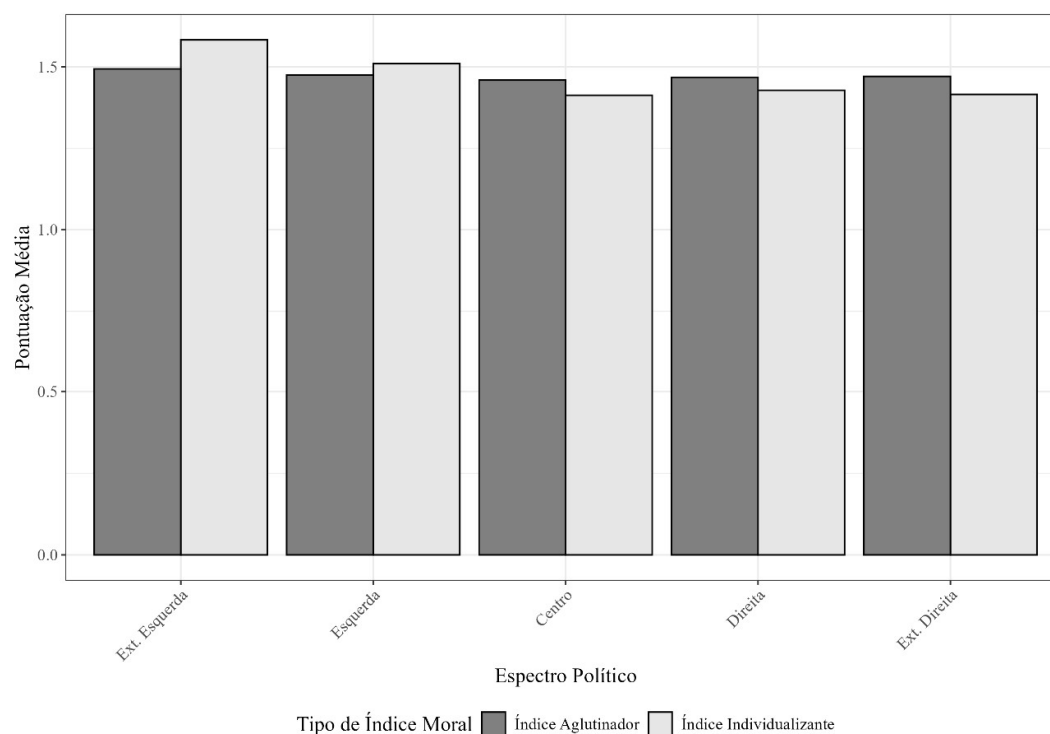
Esquerda a apresentar uma média inferior à dos blocos de Centro e Direita, que se mostram muito similares entre si (ver Anexo III).

**Tabela 6.1:** Pontuação Média dos Índices Morais Agregados por Espectro Político

Espectro	Índice Individualizante	Índice Aglutinador
Ext. Esquerda	1.583	1.494
Esquerda	1.510	1.475
Centro	1.413	1.459
Direita	1.428	1.468
Ext. Direita	1.416	1.471

**Fonte:** elaborada pelo autor.

**Figura 6.1:** Comparação dos Índices Morais Agregados por Espectro Político



**Fonte:** elaborada pelo autor

### 6.1.1.2 Análise dos Índices Desagregados

Ao desagregar a análise (Tabela 6.2 e Figura 6.2), observam-se os padrões que dão origem aos resultados dos índices. A extrema esquerda e a esquerda de fato lideram com as

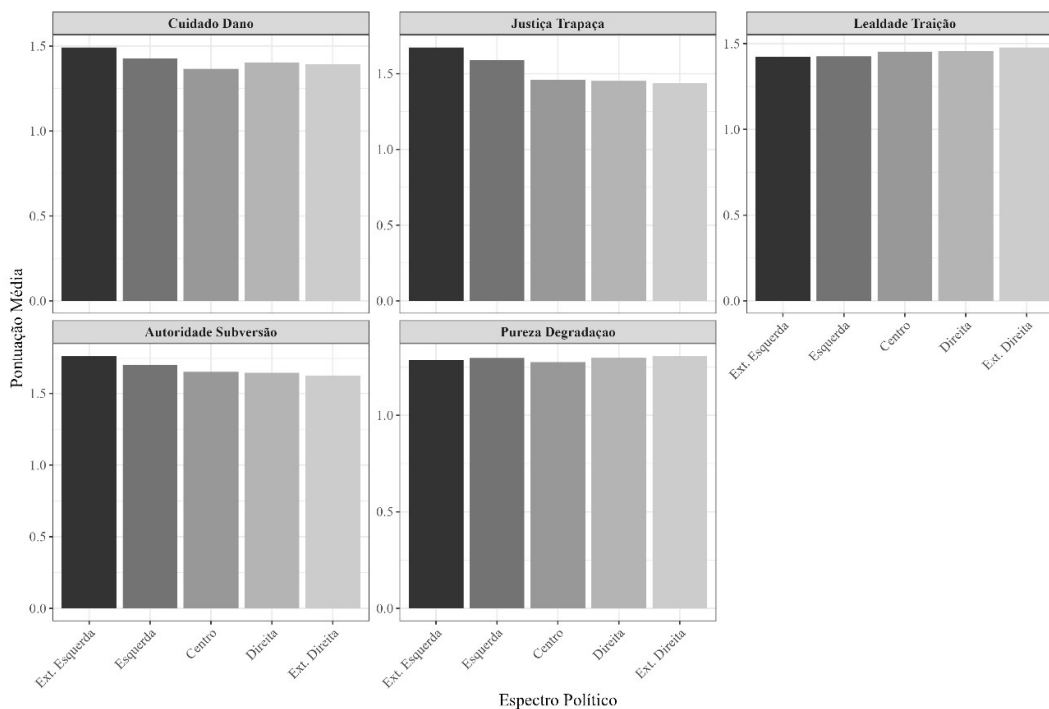
maiores médias em Cuidado/Dano e Justiça/Trapaça. A extrema direita apresenta a maior média em Lealdade/Traição, e partilha com a direita as maiores médias em Pureza/Degradação, confirmando a estrutura geral da hipótese. O achado mais notável é a alta pontuação da esquerda no fundamento de Autoridade/Subversão, que, como discutido, pode refletir um apelo estratégico às instituições e à ordem constitucional para a defesa de direitos, uma nuance que a análise agregada não captura.

**Tabela 6.2:** Pontuação Média dos Fundamentos Morais Individuais por Espectro Político

Espectro	Ext. Esquerda	Esquerda	Centro	Direita	Ext. Direita
Cuidado/Dano	1.49	1.43	1.37	1.4	1.39
Justiça/Trapaça	1.67	1.59	1.46	1.45	1.44
Lealdade/Traição	1.42	1.43	1.45	1.45	1.48
Autoridade/Subversão	1.77	1.7	1.65	1.64	1.62
Pureza/Degradação	1.29	1.3	1.28	1.31	1.31
POP antielite	1.36	1.34	1.32	1.32	1.33
POP apelo ao povo	2.27	2.08	1.95	1.88	1.89
POP Antagonismo	2.38	2.3	2.16	2.15	2.14

**Fonte:** elaborada pelo autor.

**Figura 6.2:** Comparação dos Fundamentos Morais Individuais por Espectro Político



**Fonte:** elaborada pelo autor.

A análise descritiva das pontuações médias por espectro político, apresentada na Tabela 6.2 oferece um suporte empírico para a Hipótese 1, a despeito da baixa magnitude, revelando a existência de distintas "matrizes morais" associadas a cada grupo ideológico. Conforme previsto pela teoria, os fundamentos individualizantes são significativamente mais proeminentes à esquerda do espectro. A 'extrema esquerda' e a 'esquerda' registram as maiores médias nas categorias Cuidado/Dano (1.49 e 1.43, respectivamente) e Justiça/Trapaça (1.67 e 1.59), indicando uma ênfase discursiva na proteção contra o dano e na defesa de direitos e da equidade. Em contrapartida, os fundamentos aglutinadores são mais salientes à direita, com a 'extrema direita' a liderar em Lealdade/Traição (1.48) e a partilhar com a 'direita' a maior média em Pureza/Degradação (1.31), o que sugere um foco na coesão do grupo e em valores morais tradicionais. Um achado particularmente notável e contraintuitivo é a proeminência do apelo à Autoridade/Subversão na 'extrema esquerda' (1.77), sugerindo que, em vez de um discurso puramente subversivo, este grupo pode mobilizar a retórica da ordem e das instituições, possivelmente para enquadrar suas demandas e defender direitos estabelecidos. Na sequência, veremos como esse achado pode estar conectado com a defesa das instituições frente a onda bolsonarista.

### **6.1.1.3 Análise de Cluster dos preceitos morais e de populismo**

Como apresentado no início da seção de resultados, reconhece-se a pequena dimensão das diferenças constatadas nos resultados. No entanto, além de os explorar sobre diferentes aspectos nas próximas páginas, ressalta-se a dimensão temporal usada e o tamanho da amostra. Ao longo de cinco legislatura (20 anos) para mais de 350.000 discursos, as diferenças diluem-se. Portanto, surgem questões a respeito da importância da ideologia para a assinatura em certo preceito moral ou de populismo para o caso brasileiro. A fim de conduzir testes baseados em constatações empíricas, desenvolve-se uma análise de cluster com base na qual busca-se a confirmação da Hipótese 1 através da formação de grupos de partidos que utilizam a mesma "sesta" de preceitos morais e de populismo.

Enquanto a análise anterior demonstrou a existência de diferenças estatisticamente significativas, porém de pequena magnitude, entre os espectros ideológicos, a Análise Fatorial e a subsequente clusterização hierárquica nos permitem testar a questão de uma forma mais robusta e conduzida pelos próprios dados. Em vez de impor categorias ideológicas pré-

definidas, esta técnica agrupa os partidos com base na similaridade de suas "assinaturas retóricas" completas. O resultado desafia e refina a ideia de que a ideologia é o único princípio organizador do discurso.

Para testar empiricamente se os partidos se agrupam com base em suas "assinaturas retóricas", foi empregada a técnica de clusterização hierárquica aglomerativa. Este método estatístico agrupa objetos (neste caso, os partidos) em clusters com base na sua similaridade através de um conjunto de variáveis (as oito pontuações médias de retórica). Especificamente, foi utilizado o método de ligação de Ward (Ward's method), uma abordagem que, a cada passo, agrupa os dois clusters cuja fusão resulta no menor aumento da variância intracluster, buscando assim criar os grupos mais homogêneos e compactos possíveis. A dissimilaridade entre os perfis retóricos de cada partido foi calculada utilizando a distância Euclidiana no espaço de oito dimensões. A análise foi conduzida no ambiente R, com o auxílio do pacote *pheatmap* (v1.0.12) para a execução do algoritmo e para a visualização do dendrograma, e a função *cutree* do pacote *base* para a extração final dos quatro clusters previamente definidos pela Análise Paralela. Esta abordagem é um método padrão e robusto para a identificação de tipologias em dados multivariados (HASTIE, 2009).

Os resultados apontam para a formação de 4 grupos. Contudo, para garantir que os clusters resultantes não são meros artefatos estatísticos, mas representam tipologias reais e significativas, uma etapa de validação externa é metodologicamente crucial (ALDENDERFER; BLASHFIELD, 1984). Para este fim, foi conduzida uma Análise de Variância (ANOVA) multivariada, utilizando a pertença ao cluster (a tipologia de 1 a 4) como variável independente para testar seu efeito sobre as oito variáveis retóricas originais. Esta abordagem permite verificar se os clusters, criados de forma agnóstica, correspondem de fato a perfis de discurso com médias estatisticamente distintas. A confirmação de diferenças significativas através deste método confere validade de construto à tipologia, demonstrando que os grupos identificados representam "famílias" de atores com "assinaturas retóricas" coerentes e empiricamente separáveis (EVERITT et al., 2011).

Para validar a estrutura de quatro clusters identificada, a pertença a cada cluster foi usada como variável de agrupamento numa Análise de Variância (ANOVA) para cada uma das oito dimensões retóricas. Os resultados, detalhados no Anexo IV, demonstram de forma inequívoca

a robustez da tipologia. Para todas as oito categorias de análise, o teste ANOVA revelou que a diferença entre as médias dos quatro clusters é altamente significativa (todos com  $p < 0.001$ ).

Embora a magnitude das diferenças descritivas varie, a significância estatística consistente através de todas as dimensões permite concluir que os quatro clusters não são agrupamentos aleatórios, mas representam de fato quatro perfis de discurso distintos e estatisticamente separáveis. O teste post-hoc de Tukey HSD, também no anexo, detalha as diferenças par a par, confirmando a "personalidade" retórica de cada grupo. Este passo de validação, portanto, confere alta confiabilidade à estrutura de clusters, permitindo que ela seja usada como uma tipologia válida para a análise subsequente do comportamento partidário.

A análise da composição ideológica de cada cluster (Tabela 4.X) revela que, embora alguns grupos apresentem coesão ideológica, outros são formados por partidos de espectros distintos. Este achado sugere que estilos de atuação política e posicionamentos estratégicos podem, em certos casos, criar afinidades retóricas mais fortes do que as etiquetas tradicionais de Esquerda-Direita.

**Tabela 6.3:** Composição Ideológica dos Clusters Partidários

<b>Cluster</b>	1	2	3	4
<b>Ext. Esquerda</b>	0	1	3	0
<b>Esquerda</b>	2	6	1	1
<b>Centro</b>	4	5	2	1
<b>Direita</b>	5	9	1	1
<b>Ext. Direita</b>	2	4	1	0

**Fonte:** elaborada pelo autor.

**Tabela 6.4:** Assinatura Retórica Média por Cluster

<b>Cluster</b>	1	2	3	4
<b>Cuidado Dano</b>	1.24	1.41	1.57	1.40
<b>Justiça Trapaça</b>	1.33	1.51	1.64	1.71
<b>Lealdade Traição</b>	1.31	1.46	1.56	1.50
<b>Autoridade Subversão</b>	1.44	1.61	1.78	1.89
<b>Pureza Degradação</b>	1.25	1.32	1.38	1.39
<b>POP antielite</b>	1.19	1.31	1.45	1.30
<b>POP apelo ao povo</b>	1.72	1.97	2.25	1.81
<b>POP Antagonismo</b>	1.87	2.13	2.38	2.37

**Fonte:** elaborada pelo autor.

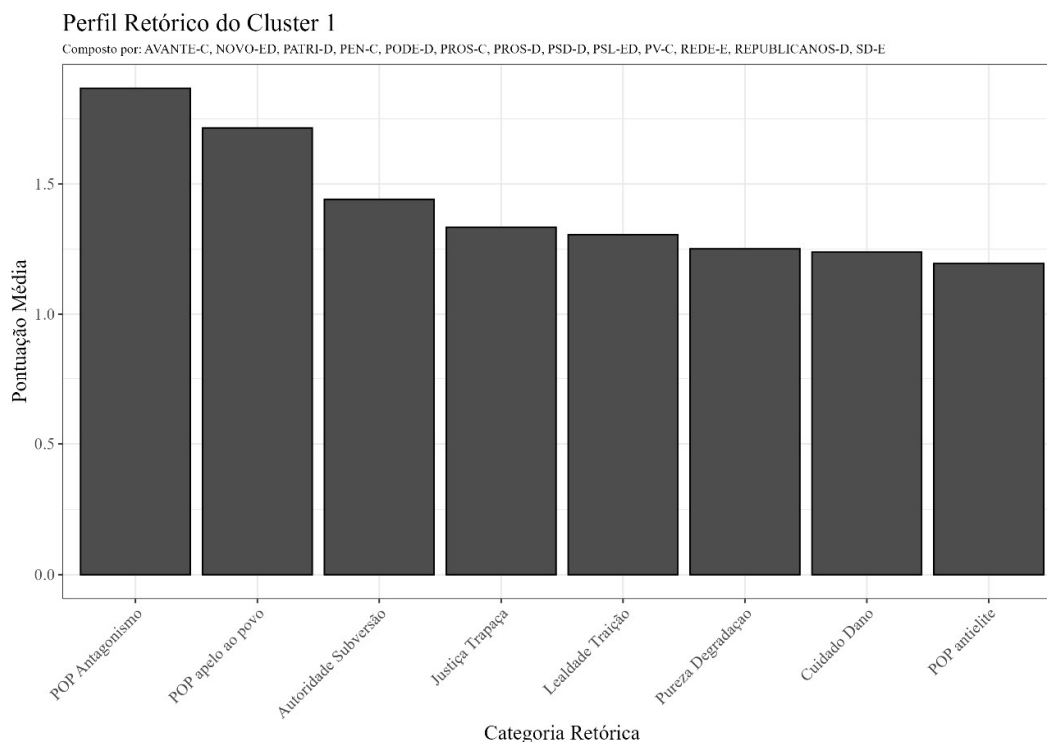
Em seguida, serão expostos os clusters em termos dos partidos que os compõem. Ressalta-se que o objetivo não é uma análise de natureza partidário-programática dos partidos. O objetivo é demonstrar como partidos que se separam ideologicamente, encontram-se em grupos similares quando o critério de junção é como usam a moralidade e o populismo. Será possível observar a incidência de um mesmo partido com diferentes espectros. Isso se deve a transição de uma legislatura para outra e, de certa forma, demonstra uma continuidade do partido que, apesar de “trocar” de espectro, continua a demonstrar uma consistência na forma como usa os preceitos morais e de populismo.

Os resultados aí demonstrados não são um diagnóstico de moralidade intrínseca a cada partido, muito menos um veredito a respeito do comportamento do partido. No entanto, confronta as noções mais básicas e preliminares de qualquer análise de preceitos morais e de populismo — partidos ideologicamente próximos devem usar, indubitavelmente, os mesmos apelos morais.

**Quadro 6.1:** Composição partidária e ideológica do Cluster 1

Partido	Espectro Político
AVANTE	centro
NOVO	extrema direita
PATRI	direita
PEN	centro
PODE	direita
PROS	centro
PROS	direita
PSD	direita
PSL	extrema direita
PV	centro
REDE	esquerda
REPUBLICANOS	direita
SD	esquerda

**Fonte:** elaborada pelo autor.

**Figura 6.3:** Representação das médias para o Cluster 1

**Fonte:** elaborada pelo autor.

A emergência deste cluster ideologicamente heterogêneo é, talvez, a descoberta mais significativa desta análise. A presença de partidos como o PV e a REDE ao lado do PSL e de outros partidos de direita desafia uma interpretação simplista da Hipótese 1 e revela uma dinâmica mais profunda. Este achado sugere que, para além da ideologia, estilos de atuação política podem criar afinidades retóricas. A união destes partidos pode ser compreendida pela postura de 'desafiante moralizador' do sistema, uma estratégia discursiva proeminente tanto na "nova direita" que ascendeu com Jair Bolsonaro, quanto na chamada "Terceira Via" personificada por Marina Silva.

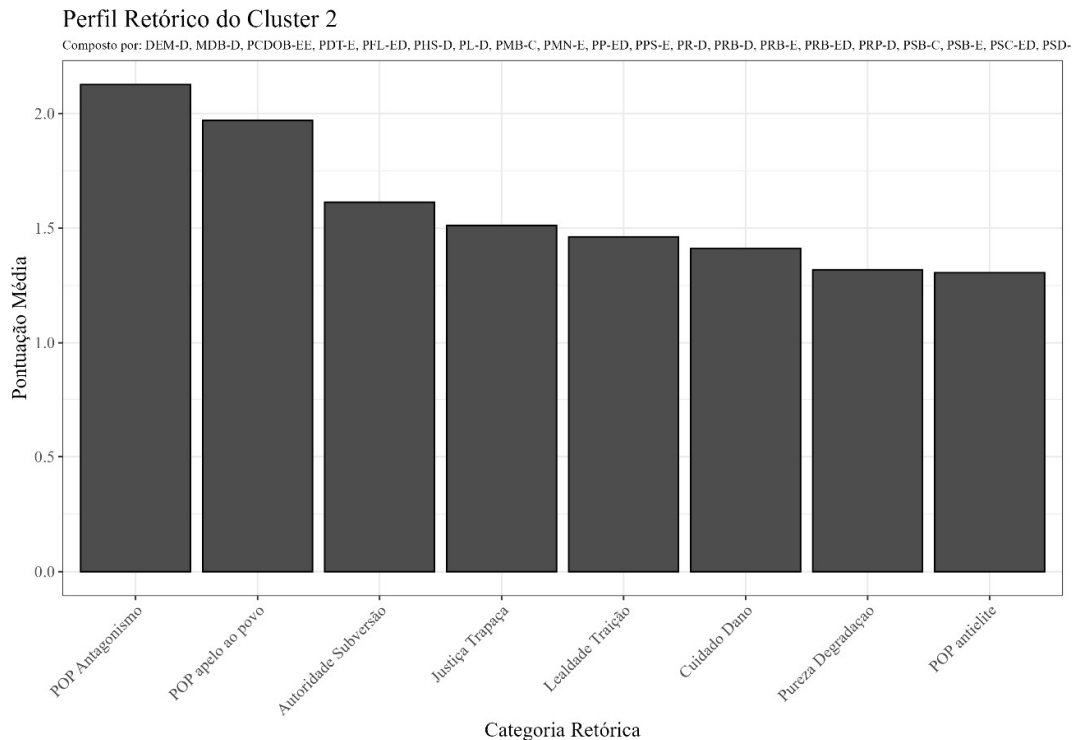
Estudos sobre o discurso de Marina Silva consistentemente apontam para uma retórica que busca se posicionar como uma alternativa moral à polarização tradicional, criticando o "fisiologismo" e a "velha política" tanto do PT quanto do PSDB (ALMEIDA, 2014; FUKS; MARQUES, 2017). Essa postura, que combina uma crítica sistêmica com fortes apelos a uma ética de sustentabilidade e pureza na gestão (muitas vezes com conotações religiosas), gera uma "assinatura retórica" que, em certas dimensões morais, se assemelha à de outros movimentos anti-establishment. Portanto, o que o cluster revela não é uma afinidade ideológica, mas uma

convergência de estilo: partidos que, por razões distintas, se opuseram aos governos do PT através de um enquadramento moralizador e de crítica às elites políticas tradicionais (SAMUELS; ZUCCO, 2018). A forma como um partido joga o "jogo" do poder, especialmente a partir de uma posição de oposição e de desafio ao sistema, pode, em certos contextos, ser um preditor mais forte da sua "cesta" de preceitos morais do que a sua localização no eixo esquerda-direita.

**Quadro 6.2:** Composição partidária e ideológica do Cluster 2

Partido	Espectro Político
DEM	direita
MDB	direita
PCDOB	extrema esquerda
PDT	esquerda
PFL	extrema direita
PHS	direita
PL	direita
PMB	centro
PMN	esquerda
PP	extrema direita
PPS	esquerda
PR	direita
PRB	direita
PRB	esquerda
PRB	extrema direita
PRP	direita
PSB	centro
PSB	esquerda
PSC	extrema direita
PSD	centro
PSDB	centro
PSDB	direita
PTB	direita
PTN	centro
PV	esquerda

**Fonte:** elaborada pelo autor.

**Figura 6.4:** Representação das médias para o Cluster 2

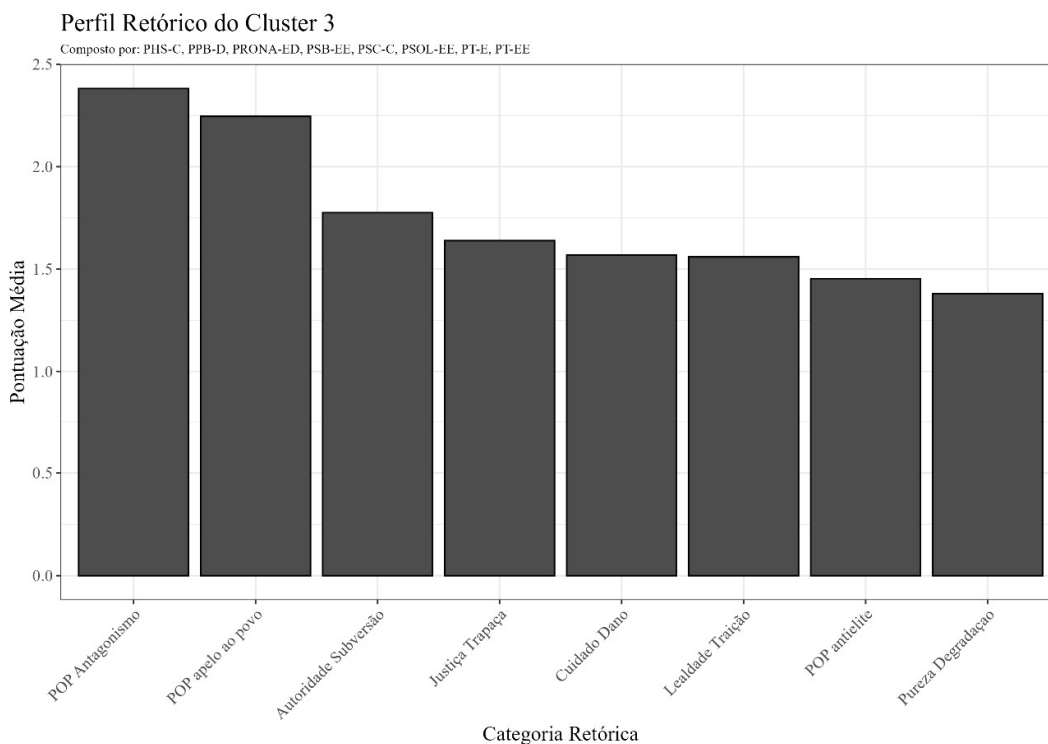
**Fonte:** elaborada pelo autor.

Esse cluster também desafia a noção ideológica de agrupamentos dos preceitos morais e de populismo. Existe uma quantidade grande de partidos tanto da direita como da esquerda. Nota-se a presença do PV com outra abordagem ideológica (movendo-se para o centro). Este cluster, embora ideologicamente diverso, é predominantemente composto por partidos de Centro e Direita que foram centrais para a governabilidade no período, como o MDB e o PSDB. A sua assinatura retórica é a da moderação. Como se pode observar na Figura 6.5, este grupo apresenta as pontuações médias mais baixas em quase todas as dimensões, especialmente nas categorias populistas mais agudas (POP antielite e POP Antagonismo). Este perfil de baixa intensidade retórica é consistente com a literatura sobre o presidencialismo de coalizão brasileiro, que descreve o "Centrão" e os partidos fisiológicos como atores cujo objetivo principal não é a mobilização ideológica, mas sim a participação no poder e a gestão da governabilidade (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2011). A sua retórica, portanto, tende a ser menos polarizada e mais pragmática, o que se reflete nestes resultados.

**Quadro 6.3:** Composição partidária e ideológica do Cluster 3

Partido	Espectro Político
PHS	centro
PPB	direita
PRONA	extrema direita
PSB	extrema esquerda
PSC	centro
PSOL	extrema esquerda
PT	esquerda
PT	extrema esquerda

**Fonte:** elaborado pelo autor.

**Figura 6.5:** Representação das médias para o Cluster 3

**Fonte:** elaborada pelo autor.

Este grupo demonstra a maior coesão ideológica, sendo composto quase exclusivamente por partidos de Esquerda e Extrema Esquerda, como o PT, o PSOL e o PCdoB. A sua assinatura retórica é a mais intensa do plenário e alinha-se perfeitamente com as suas plataformas programáticas históricas. O cluster apresenta as maiores médias nos fundamentos individualizantes de Cuidado/Dano e Justiça/Trapaça, refletindo um foco discursivo consistente na defesa de direitos, na proteção social e na denúncia de desigualdades (SAMUELS; ZUCCO,

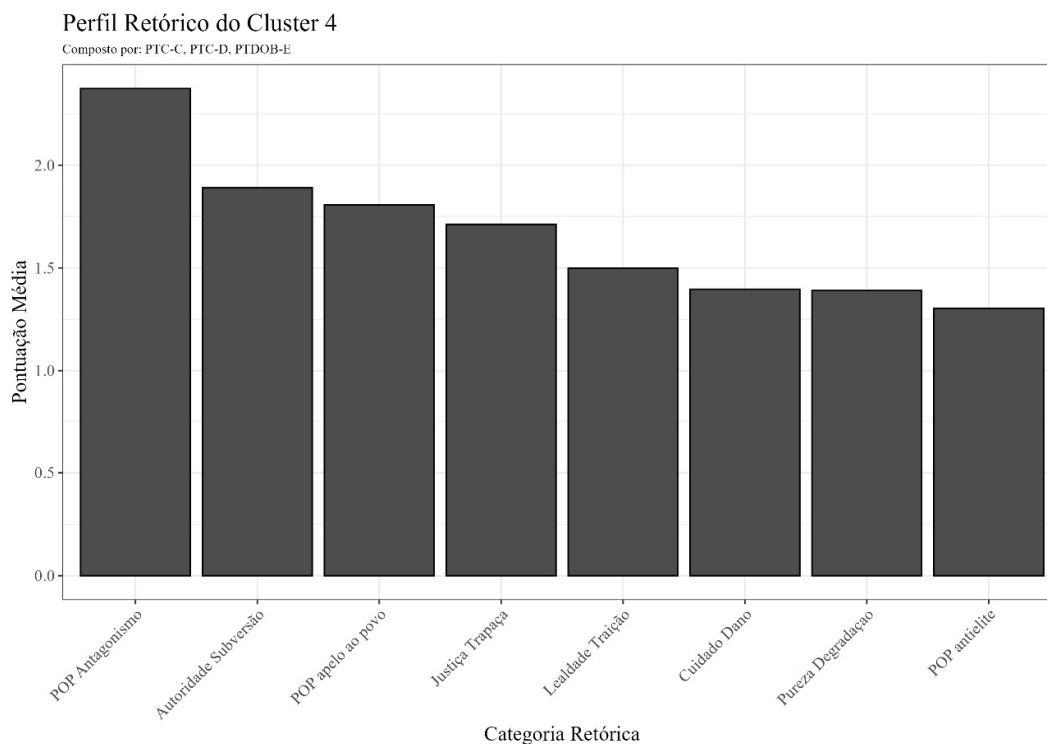
2018). Adicionalmente, a alta pontuação em POP apelo ao povo reforça a sua estratégia de se posicionar como o representante autêntico dos interesses populares.

**Quadro 6.4:** Composição partidária e ideológica do Cluster 4

Partido	Espectro Político
PTC	centro
PTC	direita
PTDOB	esquerda

**Fonte:** elaborado pelo autor.

**Figura 6.6:** Representação das médias para o Cluster 4



**Fonte:** elaborada pelo autor.

Este cluster, embora pequeno em número de partidos (PTC e PTDOB), revela um perfil retórico muito distinto e moderno. A sua principal característica é a combinação de apelos à ordem com uma retórica de confronto. O grupo distingue-se por apresentar as maiores médias nos fundamentos aglutinadores de Autoridade/Subversão e uma pontuação muito elevada em POP Antagonismo. Esta combinação é a marca da "nova direita" que emergiu no Brasil, que articula uma defesa da ordem e das instituições de força com uma estratégia populista de

polarização e de construção de um inimigo claro (ALONSO, 2022). Este achado sugere que, para este grupo, a mobilização da retórica não visa apenas a defesa de valores, mas também a energização da sua base através do conflito permanente.

Portanto, os resultados da análise de clusters, embora não anulem as tendências gerais observadas na Hipótese 1, refutam a ideia de que o espectro ideológico é o único ou principal fator a estruturar o discurso parlamentar. A análise revela que estilos de atuação criam "cestas" de preceitos morais e populistas que transcendem e relativizam as fronteiras ideológicas tradicionais. A ideologia importa, mas a forma como um partido joga o "jogo" do poder importa tanto quanto, ou até mais, para definir a sua verdadeira voz.

### **6.1.2 Hipótese 2: Gramática Institucional do Plenário**

A segunda hipótese da estrutura da retórica parlamentar postula que o contexto institucional condiciona a escolha das ferramentas discursivas. A análise confirma esta tese, revelando que os parlamentares, como atores racionais, modulam o seu discurso de acordo com os incentivos de cada arena. A investigação deste fenômeno foi realizada em três etapas: primeiro, a identificação do padrão geral de variação entre os momentos de fala; segundo, a análise detalhada da adaptação estratégica de cada partido; e terceiro, a síntese destes padrões a nível dos espectros ideológicos.

#### **6.1.2.2 O Fenômeno Geral: As "Caixas de Ferramentas" do Plenário**

A análise descritiva inicial, apresentada na Tabela 6.5, oferece um forte suporte preliminar para a Hipótese 2, que postula a existência de uma "gramática institucional" no plenário. Observa-se que os discursos proferidos nos momentos de posicionamento exibem um perfil retórico distinto daquele empregado nos momentos de deliberação. Conforme previsto, as pontuações médias para Cuidado/Dano (1.43 no Pequeno Expediente) e POP apelo ao povo (2.09 no Pequeno Expediente) são visivelmente mais altas nos momentos de posicionamento (Pequeno e Grande Expediente) do que na Ordem do Dia. Em contrapartida, e também alinhado à hipótese, a retórica de Justiça/Trapaça e Autoridade/Subversão atinge sua maior intensidade média precisamente na Ordem do Dia, com scores de 1.68 e 1.70, respectivamente. No entanto, as magnitudes das diferenças são muito pequenas, não sendo possível afirmar no mundo real

que representem um traço marcante e/ou significativo dos momentos de fala. Com exceção a OD (que apresenta os menores índices de preceitos morais e populismo) os demais momentos de fala se assemelham bastante, a despeito de diferenças em suas médias.

**Tabela 6.5:** Média dos preceitos morais e de populismo por momento de fala

	Pequeno Expediente	Grande Expediente	Ordem do Dia	Breves Comunicações
Cuidado Dano	1.64	1.72	1.26	1.50
Justiça Trapaça	1.71	1.92	1.37	1.60
Lealdade Traição	1.62	1.85	1.28	1.51
Autoridade Subversão	1.85	1.90	1.53	1.80
Pureza Degradação	1.44	1.64	1.17	1.35
POP antielite	1.49	1.57	1.22	1.37
POP apelo ao povo	2.39	2.45	1.71	2.25
POP Antagonismo	2.58	2.70	1.95	2.44

**Fonte:** elaborada pelo autor.

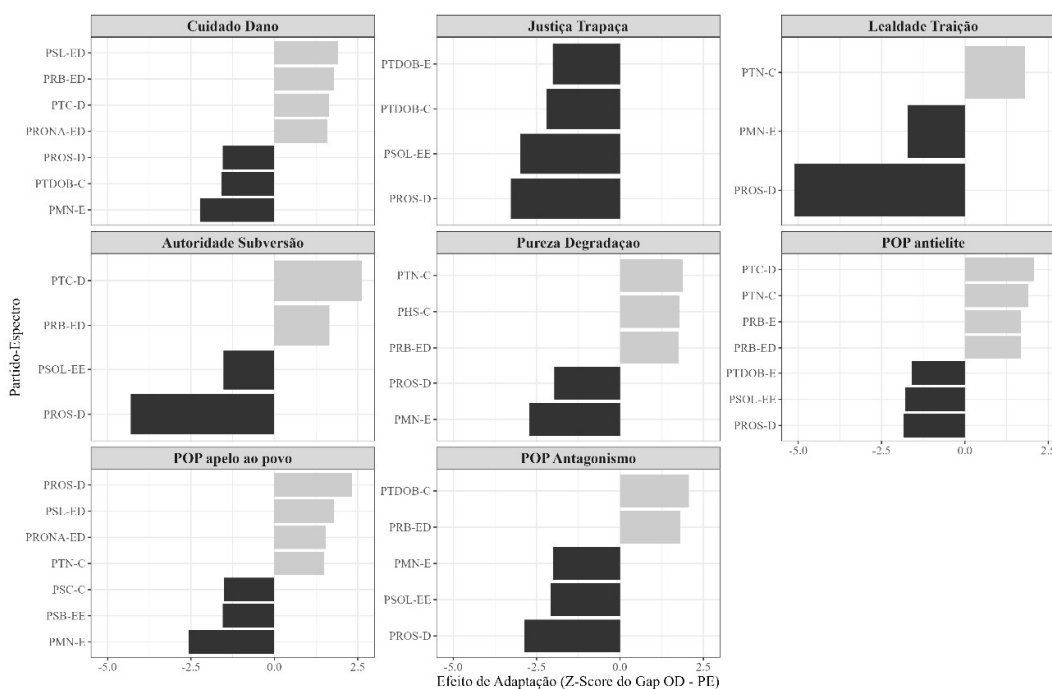
### 6.1.2.3 A Análise Detalhada: A Adaptação Estratégica dos Partidos

Uma vez estabelecido o padrão geral de que a retórica se altera entre os momentos de fala, a questão que se coloca é se este fenômeno de adaptação é homogêneo ou se é protagonizado de forma mais intensa por atores específicos. Para investigar esta questão, foi realizada uma análise do "gap quantitativo de adaptação", uma técnica que mede a magnitude da mudança na retórica de cada partido ao transitar entre os dois contextos mais contrastantes: o Pequeno Expediente (PE) e a Ordem do Dia (OD). A escolha destes dois momentos é teórica e metodologicamente deliberada: o Pequeno Expediente representa o "palco" por excelência do *position-taking*, onde o discurso é direcionado ao eleitorado; a Ordem do Dia, por sua vez, é a "arena" do *policy-making*, onde o discurso visa a deliberação e a persuasão dos pares. A comparação direta entre ambos permite isolar e medir o efeito da "gramática institucional" na estratégia discursiva.

Para garantir a comparabilidade e identificar os comportamentos verdadeiramente atípicos, a diferença bruta nas médias de cada partido (Média OD - Média PE) foi padronizada como um Z-score. Essa métrica quantifica o quão extremo (em unidades de desvio-padrão) é o comportamento de adaptação de um partido em relação à "adaptação média" de todos os outros,

um método que foca na magnitude do efeito e é menos sensível ao tamanho da amostra do que testes de significância tradicionais. O Gráfico 4.3 exibe os partidos com o comportamento de adaptação mais extremo ( $Z\text{-score} > |1.5|$ ). A análise revela que a adaptação não é uniforme, mas sim protagonizada por atores específicos. Partidos como o PSOL-EE e o PROS-D emergem como os que mais intensificam a retórica de Justiça/Trapaça e POP Antagonismo na OD, enquanto outros, como o PSL-ED, se destacam por reduzir drasticamente os apelos ao Cuidado/Dano.

**Figura 6.7:** Análise de Adaptação Retórica por Partido-Espectro (Gap OD - PE)



**Fonte:** elaborada pelo autor.

A figura 6.7, intitulada "Análise de Adaptação Retórica", é a demonstração visual dos partidos que mais apresentam mudanças de comportamento saindo do PE em direção a OD. Para interpretá-lo corretamente, é crucial entender o que cada elemento representa (quadro 6.5). Este gráfico não mede a pontuação *absoluta* de um partido, mas sim a magnitude e o sentido da sua *mudança* de comportamento ao transitar do Pequeno Expediente (PE) para a Ordem do Dia (OD), sempre em comparação com a mudança média de todos os outros partidos. Em resumo, tanto mais à direita (valores positivos) mais intensificada é a variável de preceito moral ou populismo na OD; mais à esquerda (valores negativos) mais intensificada é a variável de

preceito moral no PE. Em suma, este gráfico é um resumo da estratégia partidária entre a OD e o PE que nos permite identificar, para cada ferramenta retórica, quais partidos são os mais "camaleônicos" e qual é o sentido da sua transformação.

**Quadro 6.5:** Quadro explicativo dos resultados da análise de GAP

Elemento Gráfico	O Que Significa	Exemplo Prático
Barras para a Direita (Valores Positivos)	Indicam uma intensificação da retórica na Ordem do Dia (OD) que é mais acentuada do que a média de adaptação do plenário.	Um partido com uma barra longa para a direita em Justiça/Trapaça é um "especialista" em amplificar o discurso sobre regras e legalidade quando o debate se torna deliberativo.
Barras para a Esquerda (Valores Negativos)	Indicam uma redução da retórica na OD que é mais acentuada do que a média.	Um partido com uma barra longa para a esquerda em Cuidado/Dano pratica um "abandono estratégico" deste tema ao sair do "palco" do Pequeno Expediente para a "arena" da OD.
O Comprimento da Barra	Representa a magnitude do quão extremo e atípico é o comportamento de adaptação daquele partido em relação à norma.	Barras mais longas, em qualquer direção, indicam os atores com as estratégias de adaptação mais radicais e especializadas para aquela dimensão do discurso.

**Fonte:** elaborado pelo autor.

A figura não apresenta um padrão claro baseado na ideologia com relação aos partidos que mais alteram o seu comportamento entre os dois momentos. No intuito de avaliar se os espectros políticos se destacam nessa transição, a próxima seção apresentará esses resultados.

#### 6.1.2.4 A Síntese: Perfis de Adaptação por Espectro Político

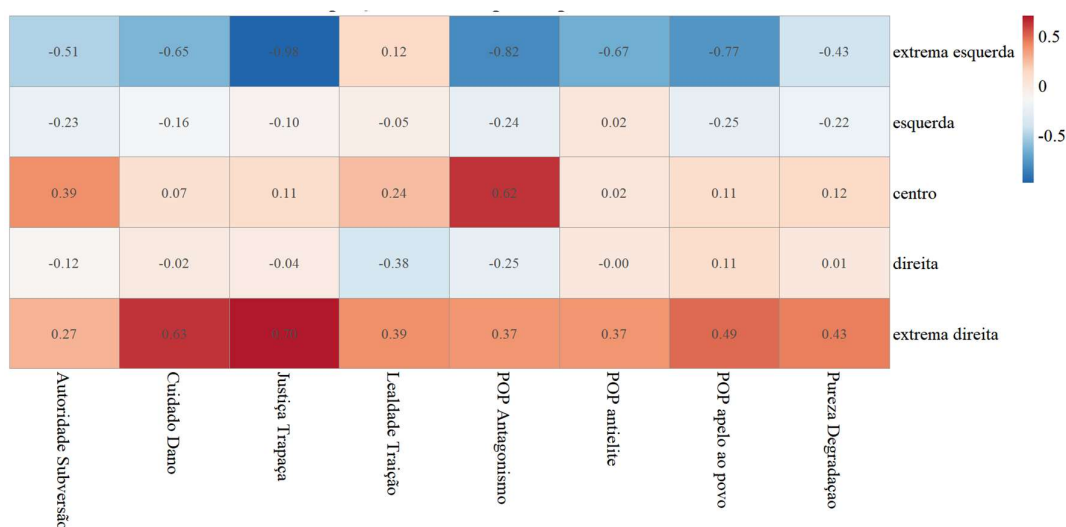
Finalmente, ao agregar o comportamento individual dos partidos, percebe-se que estas estratégias de adaptação seguem uma lógica ideológica clara. A tabela e o gráfico (heatmap) a seguir apresentam o "Efeito de Adaptação Médio" para cada bloco. A análise visual do heatmap torna a distinção entre as estratégias explícita.

**Tabela 6.6:** Efeito de Adaptação Médio (Z-Score) por Espectro Político

Espectro	Ext. Esquerda	Esquerda	Centro	Direita	Ext. Direita
<b>Autoridade Subversão</b>	-0.51	-0.23	0.39	-0.12	0.27
<b>Cuidado Dano</b>	-0.65	-0.16	0.07	-0.02	0.63
<b>Justiça Trapaça</b>	-0.98	-0.10	0.11	-0.04	0.70
<b>Lealdade Traição</b>	0.12	-0.05	0.24	-0.38	0.39
<b>POP Antagonismo</b>	-0.82	-0.24	0.62	-0.25	0.37
<b>POP antielite</b>	-0.67	0.02	0.02	0.00	0.37
<b>POP apelo ao povo</b>	-0.77	-0.25	0.11	0.11	0.49
<b>Pureza Degradação</b>	-0.43	-0.22	0.12	0.01	0.43

**Fonte:** elaborada pelo autor.

**Nota:** valores mais positivos, maior quantidade de adaptação na OD, valores mais negativos, maior quantidade de adaptação no PE.

**Figura 6.8:** Heatmap do Efeito de Adaptação Médio por Espectro Político

**Fonte:** elaborada pelo autor.

**Nota:** Cores mais vermelhas significam intensificação na OD, e as cores mais azuis representam intensificação no PE.

O bloco da Esquerda (extrema esquerda e esquerda) destaca-se por uma "adaptação combativa" no PE. As células azuis (indicando forte declínio dos preceitos na OD) concentram-se neste grupo para quase todas as categorias. Este perfil sugere uma troca estratégica de

ferramentas: abandona-se a retórica “neutra” e intensifica-se a de confronto moral e populista ao entrarem na arena do PE.

Em contrapartida, a extrema direita tem na OD os preceitos morais e de populismo intensificados. Aparentemente, nos momentos de deliberação, esse grupo apresenta uma maior incidência em relação ao PE, tendo um comportamento diametralmente oposto a extrema esquerda. Em suma, a "gramática do plenário" não apenas existe, mas é "falada" com sotaques estratégicos distintos por cada campo ideológico, tendo a extrema esquerda uma mudança drástica de intensificação dos preceitos morais e de populismo no PE e a extrema direita uma intensificação em sentido oposto dos preceitos na OD. O centro destaca-se por enfatizar o antagonismo na OD.

### **6.1.3 Hipótese 3: A Hipótese da Afinidade Eletiva entre Populismo e Moralidade de Grupo**

A Hipótese 3 postula que a retórica populista, por sua natureza maniqueísta, não é mobilizada de forma isolada, mas possui uma "afinidade eletiva" com apelos morais de grupo. A expectativa teórica é que os discursos populistas se associassem aos fundamentos de Lealdade/Traição e Pureza/Degradação, formando síndromes discursivas coerentes. Para ir além da análise de correlações par a par e investigar a estrutura subjacente do discurso, foi realizada uma Análise Fatorial Exploratória (AFE) (HAIR, 2009).

Esta abordagem se alinha à análise de texto como dados, que busca identificar padrões significativos e estruturas latentes em grandes volumes de texto político. A AFE, especificamente, é uma técnica estatística que examina os padrões de correlação entre um conjunto de variáveis para revelar "fatores" latentes — dimensões não observáveis que agrupam as variáveis que frequentemente variam juntas. Em suma, a AFE permite identificar se existem "pacotes" retóricos, validando empiricamente a estrutura da argumentação moral e populista no plenário (FABRIGAR et al., 1999).

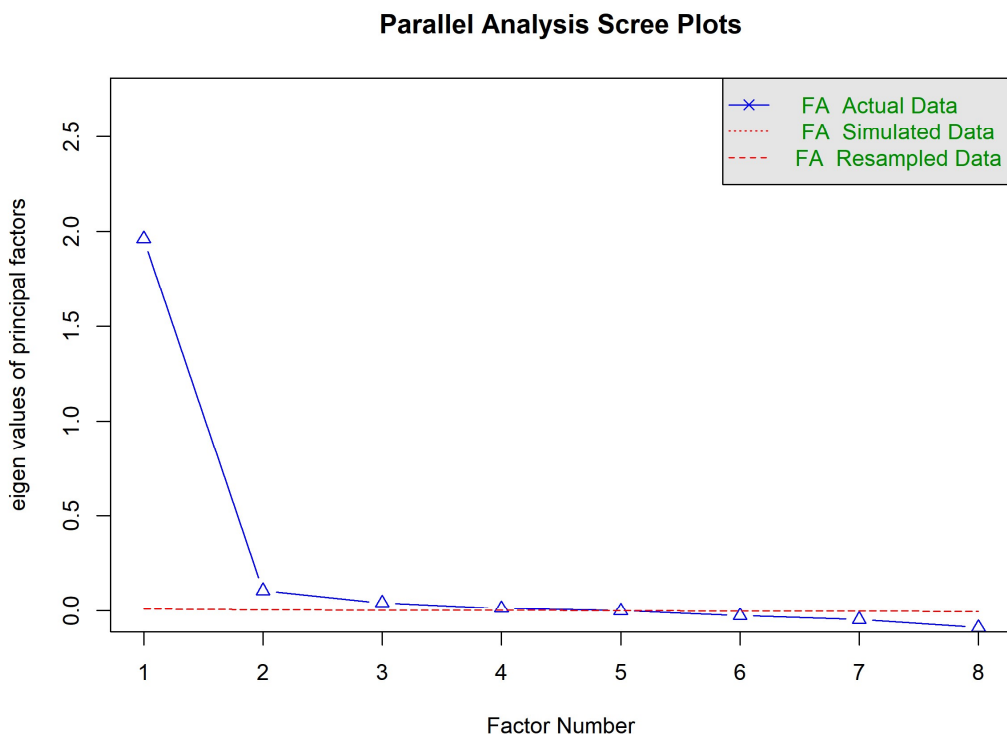
#### **6.1.3.1 Validação da Adequação da Análise Fatorial**

A validade de qualquer análise de conteúdo quantitativa depende de etapas rigorosas de validação do processo de mensuração. Antes de proceder à extração dos fatores, a adequação da matriz de correlação dos dados foi verificada através de dois testes padrão. O Teste de Esfericidade de Bartlett rejeitou a hipótese nula de que as variáveis não são correlacionadas ( $p < 0.001$ ), indicando a existência de padrões de correlação a serem investigados. Adicionalmente, o Teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), que mede a adequação da amostra, resultou num valor geral de 0.63, considerado "aceitável", o que confirma que os dados são fatorizáveis. Ambos os testes, portanto, validam a pertinência da aplicação da AFE.

### 6.1.3.2 A Estrutura Fatorial da Retórica Parlamentar

Para determinar o número de fatores a serem extraídos, foi utilizada a Análise Paralela, um método robusto que compara os autovalores dos dados empíricos com os de dados aleatórios. Conforme ilustrado na Figura 6.9, a análise sugeriu a extração de quatro fatores, que juntos explicam 34.7% da variância total dos dados.

**Figura 6.9:** Análise visual dos valores eigen e do número de fatores sugeridos



**Fonte:** elaborada pelo autor.

A análise fatorial foi conduzida com o método de extração *minimum residual* (minres) e rotação oblíqua (*oblimin*), adequada para casos em que se espera que os fatores sejam correlacionados. A matriz de cargas fatoriais resultante (Tabela 6.7) revela uma estrutura clara com quatro "síndromes retóricas".

**Tabela 6.7:** Matriz de Cargas Fatoriais após Rotação Oblimin

Variável	MR2	MR1	MR3	MR4
Cuidado Dano	1.000	-0.002	0.000	-0.004
Justiça Trapaça	0.002	0.009	0.733	0.004
Lealdade Traição	0.039	0.247	-0.025	0.314
Autoridade Subversão	-0.009	0.609	0.039	-0.062
Pureza Degradação	0.028	-0.022	0.114	0.469
POP antielite	0.058	0.194	0.036	0.103
POP apelo ao povo	0.064	0.305	-0.019	0.273
POP Antagonismo	0.044	0.468	0.044	0.122

**Fonte:** elaborada pelo autor.

A análise revela que as oito variáveis se agrupam em quatro estilos de discurso distintos e conceitualmente coerentes:

**Quadro 6.6:** Análise dos fatores gerados

Fator (Nome dado)	Variáveis Principais	Interpretação e Descrição
1. A Retórica do Cuidado	Cuidado/Dano	Representa a mobilização de apelos à empatia, compaixão e proteção dos vulneráveis como uma dimensão autônoma e singular do discurso.
2. A Retórica da Ordem e do Conflito	Autoridade/Subversão, POP Antagonismo, POP apelo ao povo	Constitui um estilo de confronto que se legitima pela defesa da ordem e das instituições, ao mesmo tempo que constrói um antagonismo claro contra um adversário.
3. A Retórica da Justiça e das Regras	Justiça/Trapaça	É um discurso focado em regras, leis, direitos, equidade e corrupção, que opera como uma dimensão independente e altamente especializada da retórica.

4. A Retórica da Moralidade Conservadora	Pureza/Degradação, Lealdade/Traição	Forma o "pacote" do discurso conservador, combinando a defesa da nação e do grupo (Lealdade) com uma linguagem sobre moralidade, tradição e pureza.
--	-------------------------------------	---

Fonte: elaborado pelo autor.

### 6.1.3.3 Análise de Confiabilidade dos Fatores (Alpha de Cronbach)

Para testar a robustez dos fatores extraídos, um passo essencial na validação de instrumentos de medição em análise de conteúdo (KRIPPENDORFF, 2018), foi calculada a consistência interna de cada "pacote" de variáveis através do coeficiente Alpha de Cronbach (CRONBACH, 1951). O fator "Ordem e Conflito" alcançou um Alpha de 0.58, enquanto o fator "Moralidade Conservadora" registrou um Alpha de 0.49.

**Tabela 6.8:** Resultados de Alpha de Cronbach

Fator (Nome Conceitual)	Variáveis Incluídas	Alpha de Cronbach
Ordem e Conflito	Autoridade Subversão, POP Antagonismo, POP apelo ao povo	0.58
Moralidade Conservadora	Pureza Degradação, Lealdade Traição	0.49

Fonte: elaborada pelo autor.

Embora estes valores estejam abaixo do limiar de 0.7 tradicionalmente considerado ideal (TAVAKOL; DENNICK, 2011), eles devem ser interpretados no contexto da natureza complexa do discurso político espontâneo, onde mesmo codificadores humanos raramente atingem concordância perfeita. Diferentemente de itens de um questionário, as categorias retóricas não são desenhadas para serem sinônimos. Um apelo à Autoridade é conceitualmente diferente de um apelo ao Antagonismo, ainda que frequentemente apareçam juntos.

Portanto, os valores de Alpha moderados são, na verdade, um achado revelador: eles indicam que, embora as variáveis dentro de cada fator estejam correlacionadas e formem síndromes retóricas coerentes, elas mantêm uma independência conceitual significativa. A consistência é suficiente para validar a estrutura encontrada como um padrão real e não aleatório no discurso parlamentar.

A Análise Fatorial confirma parcialmente e, mais importante, refina a Hipótese 3. Os resultados demonstram de forma inequívoca que existe uma "afinidade eletiva" entre os preceitos morais de grupo, validando a existência de uma "Retórica da Moralidade Conservadora" (Fator 4) que une os apelos à Lealdade e à Pureza.

No entanto, a análise revela uma nuance crucial que desafia a formulação original da hipótese: este pacote de moralidade de grupo não se associa diretamente, na estrutura latente do discurso, com as principais ferramentas do populismo (como Antagonismo ou Antielite). Em vez disso, o Antagonismo populista forma uma síndrome distinta com o apelo à Autoridade (Fator 2).

Isso sugere que, embora a moralidade de grupo e a retórica populista de confronto sejam estratégias presentes no parlamento, elas funcionam como "caixas de ferramentas" conceitualmente distintas. Elas podem ser (e frequentemente são) mobilizadas por um mesmo ator em um mesmo discurso, mas não estão fundidas em uma única e inseparável estrutura retórica. A identificação destas macroestruturas discursivas demonstra o potencial da análise de texto em larga escala para ir além da frequência de palavras e revelar os "pacotes" argumentativos que definem a disputa política.

## **6.2 Aspectos Dinâmicos: A Retórica como Estratégia em Ação**

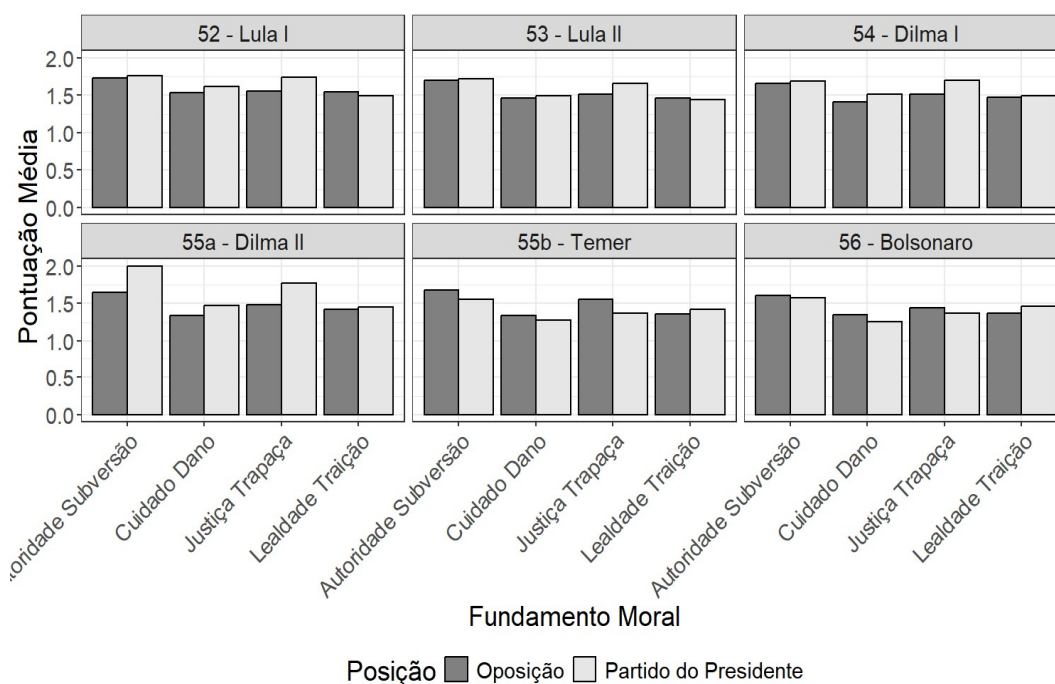
### **6.2.1 Hipótese 4: Retórica Posicional**

A quarta hipótese da pesquisa postula que a retórica moral é estrategicamente condicionada pela posição de um ator em relação ao Poder Executivo. Para testar esta hipótese, a análise foi segmentada por período presidencial, comparando-se a pontuação média do "Partido do Presidente" com a da "Oposição" em cada era. Os resultados confirmam a hipótese, mas revelam uma dinâmica complexa que evidencia a natureza estratégica do discurso.

Para testar formalmente a Hipótese 4, que postula uma diferença na retórica entre o partido do Presidente e a Oposição, foi conduzido um Teste T de amostras independentes, a técnica estatística padrão para comparar as médias de duas populações distintas (AGRESTI, 2017). O teste foi aplicado todos os preceitos morais e de populismo em cada um dos seis

períodos presidenciais analisados. Este procedimento avalia se a diferença observada nas pontuações médias entre os dois grupos é estatisticamente significativa. Para cada teste, foi avaliado o p-valor, que indica a probabilidade de a diferença encontrada ser fruto do acaso. Adotou-se o limiar padrão das ciências sociais de  $p < 0.05$  para rejeitar a hipótese nula e considerar uma diferença como estatisticamente significativa. Os resultados completos destes testes, que sustentam a análise apresentada nesta seção, encontram-se detalhados no Anexo V.

**Figura 6.10:** Comparação da Retórica Moral entre Partido do Presidente e Oposição por Período



**Fonte:** elaborada pelo autor.

### 6.2.1.1 Período dos Governos do PT (2003-2016): A Centralidade da Retórica Governista

Durante os governos de Lula I, Lula II e Dilma I, emerge um padrão consistente. Embora as diferenças descritivas nas médias sejam, em muitos casos, subtis, os testes estatísticos confirmam que o Partido do Presidente (PT) apresenta uma intensidade retórica significativamente superior à da Oposição em quase todos os fundamentos analisados ( $p < 0.001$  para a maioria dos casos). A Oposição, no período, adota uma postura discursiva de menor intensidade moral. No entanto, a estrutura da hipótese já se mostra presente: o PT, como partido governante, utiliza os apelos à Lealdade/Traição e Autoridade/Subversão de forma estatisticamente mais proeminente do que a Oposição, confirmando o seu uso como ferramentas

de defesa da governabilidade. O fato de o PT também pontuar mais alto em Cuidado e Justiça neste período pode ser interpretado como uma estratégia de enquadrar as suas próprias políticas sociais e de combate à desigualdades como as pautas centrais do debate.

#### **6.2.1.2 A Inversão (2016-2023): A Confirmação da Hipótese**

O ponto de viragem ocorre com o impeachment e a ascensão do governo Temer (Legislatura 55b). Neste momento, com a inversão de papéis, a dinâmica retórica altera-se de forma dramática, confirmando a tese central da hipótese. A Oposição (agora incluindo o PT) passa a ter uma pontuação média em Cuidado/Dano e Justiça/Trapaça estatisticamente superior à do Partido do Presidente (MDB), como se pode observar nos resultados do Teste T ( $p < 0.001$  para ambos). O novo partido no poder (MDB) passa a utilizar a retórica da Autoridade/Subversão de forma significativamente mais intensa que a nova Oposição.

Este padrão consolida-se e torna-se ainda mais claro durante o governo Bolsonaro (Legislatura 56). A Oposição mantém-se como a principal utilizadora dos discursos de Cuidado/Dano e Justiça/Trapaça ( $p < 0.001$ ). Em contrapartida, o Partido do Presidente (PSL/PL) destaca-se pelo uso significativamente mais intenso dos apelos à Lealdade/Traição e à Autoridade/Subversão ( $p < 0.001$ ).

Os resultados, portanto, oferecem um robusto suporte empírico para a Hipótese 4. Conforme previsto, a análise demonstrou que os partidos no poder recorrem estrategicamente aos fundamentos de Lealdade e Autoridade para defender a coesão da base governista. A 'dança' retórica observada, especialmente a inversão abrupta dos padrões discursivos em 2016, serve como a prova empírica mais forte de que a Oposição, por sua vez, se apropria dos preceitos de Cuidado e Justiça como principais ferramentas de crítica e fiscalização. Fica demonstrado que a retórica moral não é uma característica ideológica estática, mas sim uma ferramenta estratégica e posicional, cujo uso é determinado pelo lugar que o ator ocupa no jogo político

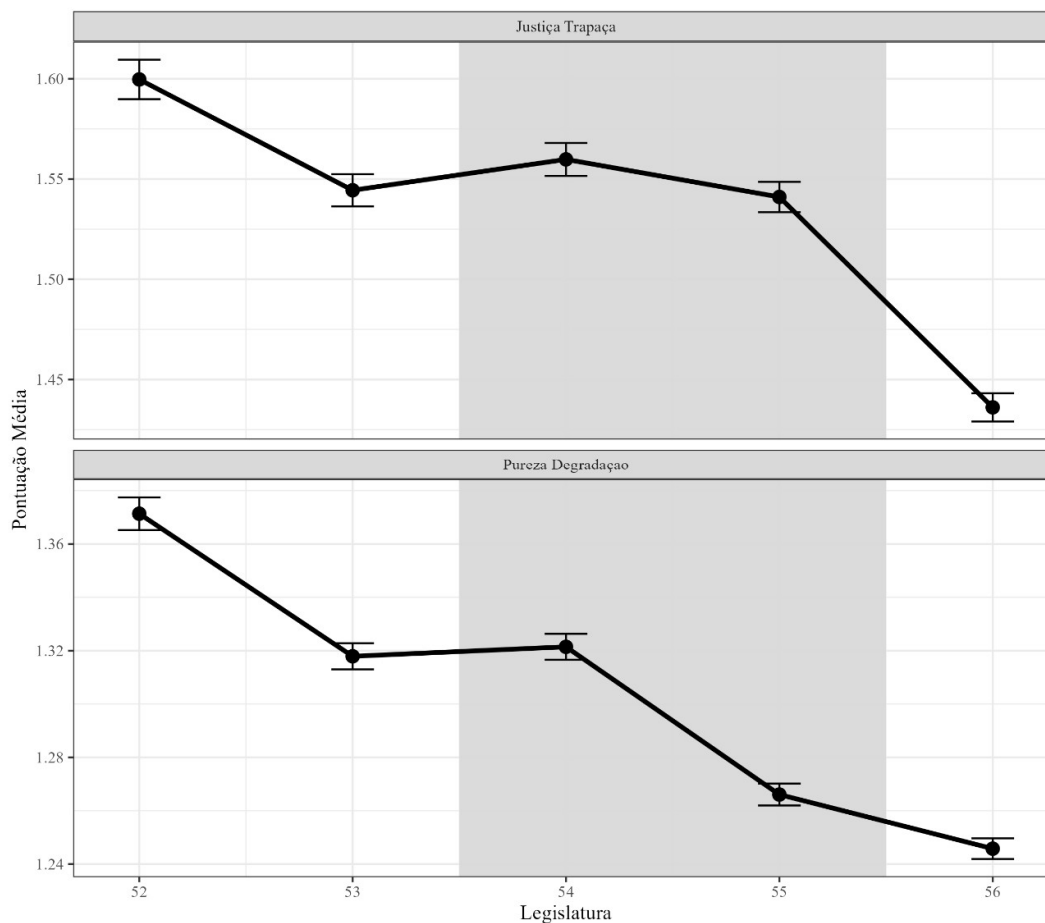
#### **6.2.2 Hipótese 5: Conjuntura Crítica**

A quinta hipótese da pesquisa postula que a retórica parlamentar é permeável a crises nacionais, prevendo um aumento significativo nos apelos à Justiça/Trapaça e

Pureza/Degradação durante as legislaturas 54 e 55, período que coincide com o auge da Operação Lava Jato e a crise do impeachment. No entanto, esta visão agregada é metodologicamente insuficiente e mascara a verdadeira dinâmica em jogo. Uma análise desagregada entre 'Partido do Presidente' e 'Oposição' — a mesma que revelou a força da retórica posicional na Hipótese 4 — não só refuta a hipótese na sua forma original, como revela que a crise foi instrumentalizada de formas radicalmente distintas por cada grupo.

Para a validação estatística formal dos padrões observados na Hipótese 5, foi empregada a técnica de Análise de Variância de duas vias (Two-Way ANOVA). Esta técnica foi escolhida por ser o método estatístico padrão e mais adequado para avaliar o impacto de duas variáveis categóricas independentes (neste caso, a legislatura e a posição do partido) sobre uma variável dependente contínua (a pontuação de cada preceito). A principal vantagem da ANOVA de duas vias é a sua capacidade de testar não apenas os "efeitos principais" de cada variável isoladamente, mas também, e mais crucialmente, o "efeito de interação" entre elas (TABACHNICK; FIDELL, 2013). Um efeito de interação significativo, neste contexto, seria a prova estatística de que a diferença de retórica entre o Governo e a Oposição não é constante, mas sim que ela muda significativamente ao longo das diferentes legislaturas. Desta forma, o teste permite validar de forma robusta a análise da "dança" retórica observada nos gráficos, confirmando que os padrões de mudança não são aleatórios. Os resultados desses testes encontram-se no Anexo VI.

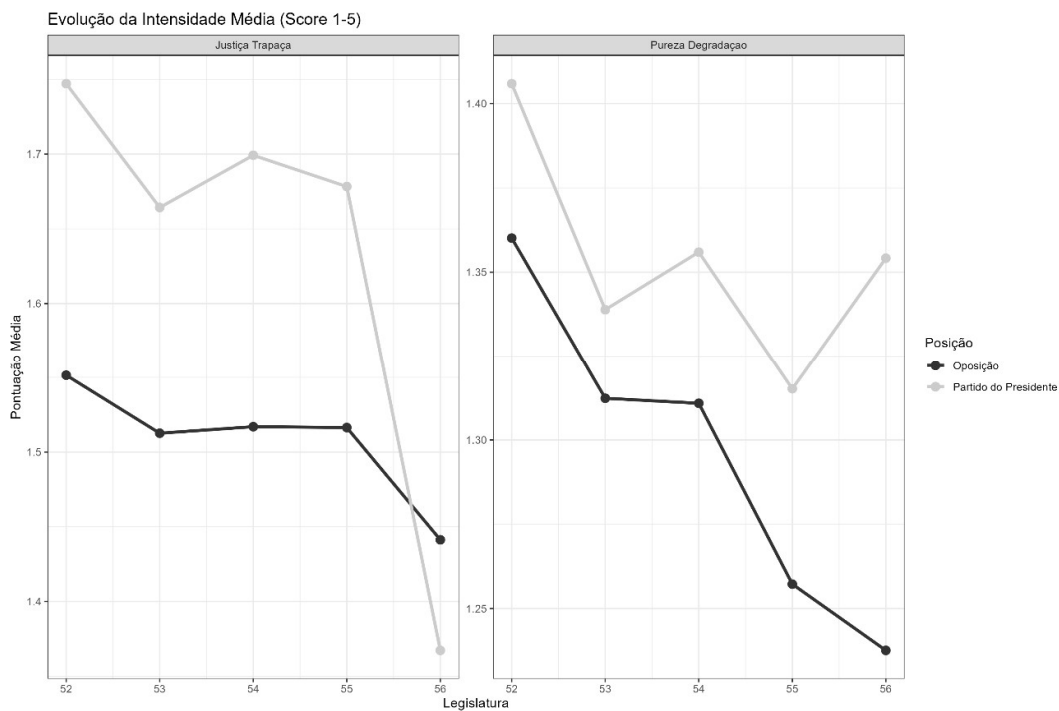
**Figura 6.11:** Análise das médias das variáveis de interesse no período



**Fonte:** elaborada pelo autor.

Na figura 6.12, nota-se que apesar de uma queda histórica da legislatura 52 (Lula I) para a 53 (Lula II), o período de crise parece não apresentar crescimento considerável. No entanto, a figura x conta uma outra história, na qual o recorte entre Governo e Oposição (que em última instância representa a posição do PT no cenário de crise) demonstra que o partido do presidente, PT, aumenta o índice de Pureza/Degradação e de Justiça/Trapaça. Apesar disso, nenhum dos índices volta a reverter uma tendência histórica de queda, com a exceção de Pureza/Degradação, posteriormente, na legislatura 56 (Bolsonaro). Aparentemente, o discurso de Justiça e Pureza foram instrumentos retóricos para que o partido no Poder pudesse exercer a sua defesa.

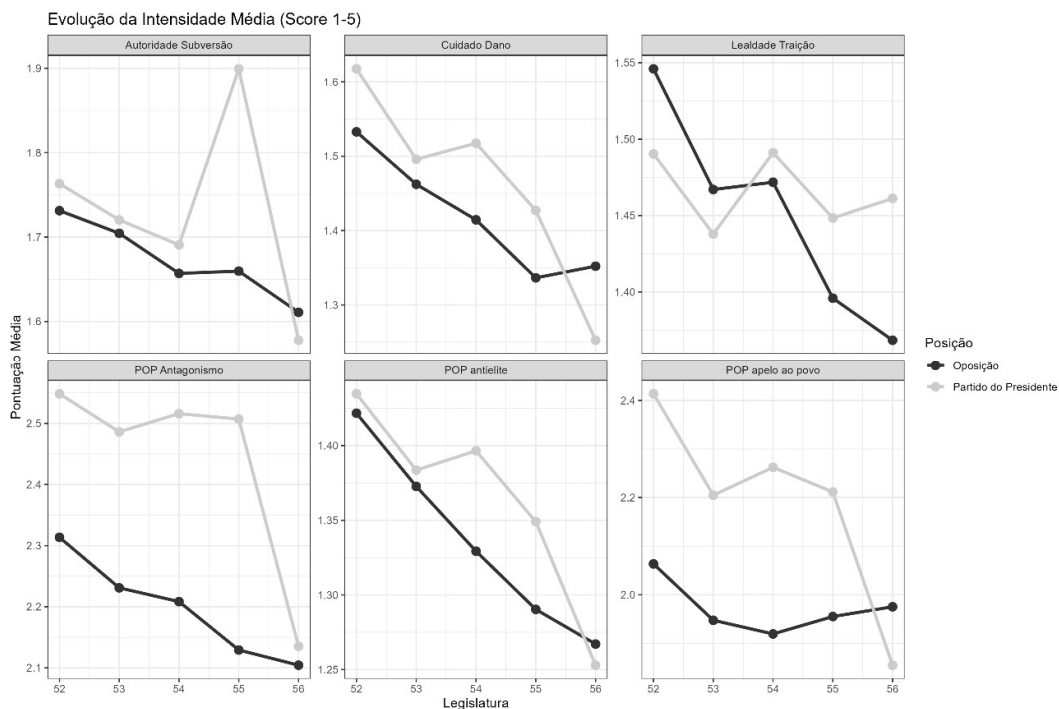
**Figura 6.12:** Análise das variáveis de interesse considerando Governo x Oposição



**Fonte:** elaborada pelo autor.

Na sequência, são mostrados os comportamentos para os demais preceitos morais e de populismo. O destaque fica para a dimensão de Autoridade/Subversão que cresce durante a legislatura 55 (durante o Impeachment). Além disso, as variáveis de Populismo apelo ao povo e Lealdade/Traição que demonstra uma ascensão quando o PT se torna oposição ao Bolsonaro. O restante, demonstra tendência de queda.

**Figura 6.13:** Análise das demais variáveis considerando Governo x Oposição



**Fonte:** elaborada pelo autor.

Conforme visualizado, a retórica de Justiça/Trapaça é uma ferramenta empregada de forma consistentemente mais intensa pelo PT como partido governista, em comparação a Oposição ao longo de quase todo o período. E exceção fica quando o PT exerce a Oposição no ciclo de governo bolsonarista.

Em suma, vê-se que mesmo frente a uma conjuntura crítica, o aspecto de posição em relação ao Governo revela como os atores envolvidos utilizam de um leque distinto de preceitos morais e de populismo. Aparentemente não houve uma “contaminação” na Câmara dos Deputados por conta desses eventos capaz de reverter uma tendência histórica de queda da média geral. Isso, no entanto, não quer dizer que a Casa se tornou menos moral e populista em seus discursos, apenas mostra a complexidade de como diferentes atores nesse cenário se utilizaram dessas ferramentas retóricas. O caso chave é o do PT que mesmo em um cenário de queda histórica dos preceitos, apresenta ascensão e até mesmo destaque (como o caso da dimensão de Populismo apelo ao povo quando vira oposição ao Bolsonaro).

## **7. Discussão: A Gramática Estratégica do Discurso Moral no Parlamento Brasileiro**

A presente tese partiu de uma investigação sobre a presença e a função dos fundamentos morais no discurso da Câmara dos Deputados brasileira. Os resultados, tomados em conjunto, convergem para uma conclusão central: a retórica moral no parlamento não é primariamente uma expressão estática de ideologias fixas, mas sim uma ferramenta estratégica, fluida e altamente sensível ao contexto, cujo uso é moldado por uma gramática subjacente definida por três forças principais: a posição em relação ao poder, as regras institucionais do plenário e os pacotes retóricos disponíveis.

### **7.1 A Primazia da Estratégia Posicional sobre a Ideologia Estática**

A análise da Hipótese 1 revelou, de fato, a existência de distintas "matrizes morais". Parlamentares de esquerda mobilizam com maior frequência os fundamentos individualizantes (Cuidado/Dano e Justiça/Trapaça), enquanto os de centro e direita se distinguem pelo menor rechaço aos fundamentos aglutinadores (Lealdade/Traição, Autoridade/Subversão e Pureza/Degradação). Essa "assinatura" ideológica, no entanto, funciona mais como um vocabulário de base do que como um roteiro fixo. As análises das Hipóteses 2 e 5 demonstraram de forma contundente que a força mais poderosa a ditar a escolha retórica é a posição de um ator em relação ao poder Executivo.

A evidência mais eloquente deste fenômeno foi a "inversão" retórica de 2016. Com o impeachment, partidos que antes, no governo, utilizavam apelos à Lealdade e à Autoridade para garantir a governabilidade, passaram, na oposição, a empregar a retórica do Cuidado e da Justiça como armas de crítica e fiscalização, enquanto os novos ocupantes do poder adotaram o padrão discursivo anterior. Este "experimento natural" provou que o papel institucional de um partido é um preditor mais forte de sua estratégia discursiva do que sua ideologia de base, corroborando a tese de que a comunicação política é usada de forma estratégica.

A análise da "conjuntura crítica" da Operação Lava Jato (Hipótese 5) reforçou este achado de maneira decisiva. Contrariando a expectativa de que a crise geraria uma "febre" de discursos sobre Justiça em todo o plenário, a análise desagregada revelou que o pico na retórica de Justiça/Trapaça foi impulsionado quase que exclusivamente pelo próprio partido no governo (PT), como uma provável estratégia de enquadrar o debate e se defender de acusações. A crise

não anulou a lógica posicional; pelo contrário, foi filtrada e instrumentalizada por ela. A preponderância do Executivo e do partido do presidente no sistema político brasileiro, vastamente documentada na literatura em termos de poder de agenda e disciplina partidária (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2011), manifesta-se, portanto, também no campo discursivo, com o governo atuando como o principal enquadrador dos grandes temas nacionais.

## **7.2. A "Gramática do Plenário": Como as Regras do Jogo Moldam a Fala**

Se a lógica posicional (governo vs. oposição) define a macroestratégia, as regras institucionais do jogo parlamentar ditam a tática discursiva no dia a dia. A análise da Hipótese 6 revelou a existência de uma "gramática institucional do plenário", onde diferentes momentos de fala ativam diferentes "caixas de ferramentas" retóricas. O debate parlamentar não é monolítico; ele se desdobra em, pelo menos, dois palcos distintos com funções diferentes.

O primeiro é o "palco do posicionamento", que compreende o Pequeno e o Grande Expediente. Nestes momentos, de maior liberdade e menor constrangimento partidário (MOREIRA, 2019), os parlamentares falam primariamente para suas bases eleitorais. Conforme previsto, é neste palco que florescem os discursos de Cuidado/Dano e POP apelo ao povo, ferramentas de conexão empática e de construção de identidade com o eleitor.

O segundo é a "arena da deliberação", a Ordem do Dia, onde o objetivo é o combate legislativo direto para aprovar ou rejeitar matérias. A transição para esta arena provoca uma mudança estratégica no discurso: os apelos de conexão são abandonados e dão lugar às armas da disputa, notadamente a retórica da Justiça/Trapaça (invocando a legalidade e as regras) e do POP Antagonismo (construindo o adversário). Esta adaptação não é uniforme. A análise revelou "sotaques" ideológicos, com a esquerda demonstrando uma "adaptação combativa", intensificando massivamente o discurso de confronto e de apelo às regras durante a deliberação, uma estratégia distinta da consistência retórica da maioria dos partidos de centro e direita.

## **7.3 O Populismo e suas Afinidades**

Finalmente, a tese buscou entender como a retórica populista se articula com os enquadramentos morais. A análise fatorial (Hipótese 3) desafiou a noção de que o populismo e

a moralidade de grupo formam um pacote único e inseparável. Os resultados revelaram uma estrutura mais complexa, identificando quatro grupos retóricos principais que funcionam como "pacotes" de ferramentas que os atores podem combinar.

A descoberta mais relevante foi a separação de dois grandes grupos: a "Retórica da Ordem e do Conflito", que agrupa o apelo à Autoridade com o Antagonismo populista, e a "Retórica da Moralidade Conservadora", que une os fundamentos de Pureza e Lealdade. Isso indica que a defesa da "ordem" contra os "inimigos" e a defesa da "nação pura" contra os "traidores" são estratégias conceitualmente distintas, embora possam ser usadas em conjunto.

Esta desconstrução permitiu identificar diferentes "estilos de populismo" no Brasil. A análise dos discursos de alto populismo revelou que, enquanto o populismo de esquerda (PT) se ancora em fundamentos de Justiça social e Cuidado com os vulneráveis, o populismo da nova direita (PSL/PL) se distingue pela intensa mobilização dos fundamentos de Lealdade nacionalista e Pureza moral. O populismo, portanto, não é um discurso monolítico; sua "assinatura moral" revela a natureza do projeto político que o sustenta. Além disso, a análise histórica demonstrou como a apropriação desta retórica é, também ela, posicional. Durante o governo Bolsonaro, foi a oposição de esquerda que, dentro do plenário, se tornou a principal usuária das ferramentas populistas (antielite, apelo ao povo e antagonismo) como arma de combate, criando um ambiente de confronto populista generalizado.

Em suma, os achados da tese pintam um retrato do discurso parlamentar como um campo de disputas estratégicas, onde atores racionais, munidos de vocabulários ideológicos distintos, selecionam ferramentas retóricas de diferentes "caixas de ferramentas" (Cuidado, Justiça, Ordem, Moralidade) de acordo com sua posição de poder e com as regras da arena em que se encontram, para travar a batalha pela definição da realidade política.

## **8. Conclusão**

Esta tese se propôs a mapear, mensurar e interpretar o papel da retórica moral e populista no discurso parlamentar brasileiro de 2003 a 2022. A análise de mais de 370 mil pronunciamentos, realizada através de uma metodologia híbrida que combina teoria política, análise de conteúdo e aprendizado de máquina, revelou que o discurso moral, longe de ser um

mero adorno retórico ou uma expressão automática da ideologia, funciona como um repertório de ferramentas estratégicas, cuja mobilização é governada pela lógica posicional do sistema político e pelas regras institucionais do debate.

Os principais achados podem ser sintetizados em quatro pontos:

1. A Posição sobrepõe-se à Ideologia: O fator mais determinante para a escolha do enquadramento moral de um parlamentar não é sua ideologia de base, mas sim sua posição de pertencimento ao governo ou à oposição. A "inversão" retórica observada após o impeachment de 2016 é a prova empírica mais contundente deste princípio.
2. A Instituição Dita a Tática: As regras formais da Câmara dos Deputados criam uma "gramática institucional" que força os atores a adaptarem seu discurso. A retórica de conexão com o eleitor (Cuidado, Apelo ao Povo) é reservada para o "palco" do Pequeno Expediente, enquanto as armas do combate legislativo (Justiça, Antagonismo) são acionadas na "arena" da Ordem do Dia, sendo moderada por comportamentos partidários e ideologia.
3. A Crise Não Anula a Estratégia: A avassaladora crise da Operação Lava Jato não produziu um discurso moral homogêneo no plenário. Pelo contrário, a crise foi assimilada e instrumentalizada segundo a mesma lógica posicional, servindo como arma retórica para o governo da época, enquanto outras tendências discursivas, como o declínio da retórica da Pureza, seguiram seu curso de longo prazo.
4. O Populismo Possui "Assinaturas Morais": O discurso populista não é monolítico. Ele se articula com diferentes fundamentos morais que revelam a natureza de seu projeto político, existindo no Brasil ao menos três estilos distintos: um populismo de esquerda (ancorado na Justiça Social e no apelo ao povo), um de direita tradicional (focado no Antagonismo) e um de nova direita (baseado na Lealdade e na Pureza).

As contribuições originais desta tese se dão em duas frentes. Para os estudos legislativos, oferece o primeiro mapa quantitativo de larga escala da evolução do enquadramento moral no Congresso, analisando quase duas décadas de discursos parlamentares da Câmara dos

Deputados, utilizando técnicas de aprendizado de máquina supervisionado para identificar padrões de ativação dos fundamentos morais e de enquadramentos populistas.

Para os estudos sobre discurso político e moralidade, a pesquisa sustenta que, no Parlamento, os fundamentos morais não operam primordialmente como marcas identitárias profundas, mas como instrumentos retóricos disponíveis, acionados de modo seletivo conforme a arena regimental, a posição em relação ao governo, o contexto político e os custos associados à fala. Ideologia continua relevante — sobretudo como linguagem organizadora das elites partidárias —, mas seu papel é mediado por uma arquitetura institucional que define quando, como e com que intensidade certos enquadramentos morais podem ser mobilizados. O resultado é um padrão de uso da moralidade que se revela mais estratégico do que disposicional, mais sensível às regras do jogo do que a alinhamentos ideológicos rígidos.

Ao adotar essa perspectiva, a tese propõe uma inserção crítica da Moral Foundations Theory no debate da ciência política brasileira. Em vez de rejeitar a MFT ou aplicá-la de forma acrítica, o trabalho a reposiciona: os fundamentos morais são tratados como métrica empírica poderosa para identificar a moralização do discurso, mas não como explicação causal suficiente do comportamento das elites. A moralidade, tal como aparece no discurso parlamentar, é compreendida como fenômeno político-institucionalmente mediado, e não como simples expressão de intuições psicológicas individuais.

Essa escolha teórica dialoga diretamente com a tradição institucionalista brasileira, que há décadas demonstra o peso das regras, das arenas decisórias e das coalizões na organização da ação parlamentar. Ao integrar essa literatura com abordagens contemporâneas sobre moralidade política, o trabalho avança uma agenda ainda pouco explorada no país: a análise sistemática da moralização do discurso legislativo em larga escala, articulando psicologia moral, ideologia partidária e instituições políticas.

Dessa forma, compreender a política brasileira contemporânea exige olhar simultaneamente para o que é dito, como é dito e onde é dito. A moralidade importa — mas importa menos como essência ideológica e mais como estratégia de linguagem política. Ao evidenciar esse deslocamento, o trabalho não apenas amplia o uso da MFT no campo, como também contribui para uma compreensão mais sofisticada do funcionamento discursivo das instituições representativas no Brasil. Em última análise, esta tese revela que, sob o aparente caos do debate

parlamentar, existe uma ordem, uma gramática moldada pela estratégia e pelas instituições. Compreender essa gramática é fundamental para decifrar como, através das palavras, se constrói, se disputa e se exerce o poder político.

Naturalmente, este estudo possui limitações. A análise se concentrou no discurso proferido na Câmara dos Deputados, não investigando o Senado ou a conexão direta entre a fala e o comportamento de votação. A classificação do alinhamento governista através do partido do presidente, embora justificada, é uma simplificação da complexa dinâmica do presidencialismo de coalizão. O método de leitura de discursos em larga escala que mistura a leitura humana e a programação também apresenta possíveis riscos. Além disso, o léxico de certas categorias morais pode apresentar desafios para que sejam delimitados de maneira clara e não confundidos com os demais.

Estas limitações abrem uma agenda para futuras pesquisas. Estudos futuros poderiam aplicar a mesma metodologia para comparar a Câmara com o Senado, ou o Brasil com outros países de presidencialismo de coalizão. Seria de grande valia investigar os efeitos desta retórica na opinião pública e na cobertura da mídia. Além disso, leituras sistemáticas com grupos de pesquisadores para treinamentos de modelos ou uma amostra representativa de todos os discursos da Câmara lidas integralmente poderiam mitigar os riscos trazidos por uma abordagem iterativa entre humano e máquina. Finalmente, análises qualitativas de discursos específicos podem aprofundar e dar mais textura aos padrões quantitativos aqui identificados.

## 9. Referências bibliográficas

### Paradigma racionalista e comportamento político

CONVERSE, Philip E. *The Nature of Belief Systems in Mass Publics*. In: APTER, David E. (ed.). *Ideology and Discontent*. New York: Free Press, 1964.

DOWNS, Anthony. *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper & Row, 1957.

LODGE, Milton; TABER, Charles. *The Rationalizing Voter*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

MARCUS, George E.; NEUMAN, W. Russell; MACKUEN, Michael. *Affective Intelligence and Political Judgment*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

SIMON, Herbert A. *Models of Man: Social and Rational*. New York: Wiley, 1957.

WESTEN, Drew. *The Political Brain: The Role of Emotion in Deciding the Fate of the Nation*. New York: PublicAffairs, 2007.

### Paradigma moral e psicologia política

CHAPMAN, H. A.; ANDERSON, A. K. Things rank and gross in nature: A review and synthesis of moral disgust. *Psychological Bulletin*, v. 139, n. 2, p. 300–327, mar. 2013

CHAPMAN, Hanah A.; ANDERSON, Adam K. “Understanding Disgust.” *Annals of the New York Academy of Sciences*, v. 1251, p. 62–76, 2012.

GRAHAM, Jesse; HAIDT, Jonathan; NOSEK, Brian A. “Liberals and Conservatives Rely on Different Sets of Moral Foundations.” *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 96, n. 5, p. 1029–1046, 2009.

GREENE, Joshua. *Moral Tribes: Emotion, Reason, and the Gap Between Us and Them*. New York: Penguin, 2013.

HAIDT, Jonathan. *The Righteous Mind: Why Good People Are Divided by Politics and Religion*. New York: Pantheon Books, 2012.

HAIDT, Jonathan; GRAHAM, Jesse. “When Morality Opposes Justice: Conservatives Have Moral Intuitions that Liberals May Not Recognize.” *Social Justice Research*, v. 20, p. 98–116, 2007.

KAHNEMAN, Daniel. *Thinking, Fast and Slow*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2011.

LAKOFF, George. *Moral Politics: How Liberals and Conservatives Think*. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

NUSSBAUM, Martha. *Hiding from Humanity: Disgust, Shame, and the Law*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

SILVA, Joscimar S. Em I. Crespo Martínez (dir). “*Diccionario Multimedia de Diccionario Multimedia de Polarización Política y Afectiva*”, 2025. Disponível em: <https://polarizacion.alice-comunicacionpolitica.com/voz/convicciones-morales/>

### **Ideologia e comportamento político (eleitorado e elites)**

BORGES, A. The Illusion of Electoral Stability: From Party System Erosion to Right-Wing Populism in Brazil. *Journal of Politics in Latin America*, v. 13, n. 2, p. 166–191, 2021.

OLIVEIRA, C.; TURGEON, M. “Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro.” *Opinião Pública*, v. 21, p. 574–600, 2015.

RENNÓ, Lucio R. “The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections.” *Latin American Politics and Society*, v. 62, n. 4, p. 1–23, 2020.

RENNÓ, Lucio; CABELLO, Andrea. “As bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, p. 39–60, 2010.

SAMUELS, David; ZUCCO Jr., Cesar. “Lulismo, Petismo, and the Future of Brazilian Politics.” *Journal of Politics in Latin America*, v. 6, n. 3, p. 129–158, 2014.

SINGER, André. *Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo*. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 83, p. 83–102, 2009.

ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Márcio; ZEINE, Lucas. “Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião.” *Opinião Pública*, v. 28, n. 1, p. 62–91, 2022.

MASON, Lilliana. *Uncivil Agreement: How Politics Became Our Identity*. Chicago: University of Chicago Press, 2018.

IYENGAR, Shanto; WESTWOOD, Sean J. “Fear and Loathing Across Party Lines: New Evidence on Group Polarization.” *Public Opinion Quarterly*, v. 76, n. 3, p. 405–431, 2012.

RENNO, Lucio R. *O crescimento da direita e o voto em Bolsonaro em 2018: valores, instituições e economia*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 36, p. 1–28, 2020.

ZUCCO Jr., Cesar; POWER, Timothy J. “It’s My Party and I’ll Lie if I Want To: Elite Ideological Obfuscation in Post-Authoritarian Settings.” *Party Politics*, v. 31, n. 2, p. 310–322.

## Populismo

CANOVAN, M. Trust the people! Populism and the two faces of democracy. *Political studies*, v. 47, n. 1, p. 2–16, 1999.

MUDDE, C. The Populist Zeitgeist Populism. *Government and Opposition*, p. 541–563, 2004.

MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. *Populism: A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

MÜLLER, J.-W. *What Is Populism?* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

TAGGART, Paul. *Populism*. Buckingham: Open University Press, 2000. LACLAU, Ernesto. *On Populist Reason*. London: Verso, 2005.

SINGER, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011–2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

## Instituições, elites e comportamento parlamentar

ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de Coalizão: Raízes e Evolução do Modelo Político Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

AMORIM NETO, O. O que o presidencialismo de coalizão tem a ver com a crise atual? In: VELLOSO, J. P. DOS R. (Ed.). *A crise interditou o futuro?* Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2017. p. 35–46.

AMORIM NETO, O.; TAFNER, P. Governos de Coalizão e Mecanismos de Alarme de Incêndio no Controle Legislativo das Medidas Provisórias. *Dados*, v. 45, n. 1, p. 5–38, 2002.

AMORIM NETO, Octavio. *Presidencialismo e Governabilidade nas Américas*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

BAIÃO, A.; COUTO, C. Pork barrel efficacy: The importance of budgetary amendments and allied mayors in the election of deputies A eficácia do pork barrel: A importância de emendas orçamentárias e prefeitos aliados na eleição de deputados. *Opinio Publica*, v. 23, n. 3, 2017..

CHASQUETTI, D. Democracia, multipartidismo y coaliciones en América Latina: evaluando la difícil combinación. *Lateinamerika Analysen*, v. 3, p. 67–92, 2002.

COUTO, L.; SOARES, A.; LIVRAMENTO, B. Presidencialismo de coalizão: conceito e aplicação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 34, 202

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. “Poder de Agenda e Políticas Públicas no Presidencialismo de Coalizão.” *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, p. 13–23, 2011.
- NICOLAU, Jairo. *Representantes de Quem? Os (Des)caminhos do Seu Voto da Urna à Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- POWER, Timothy J.; ZUCCO Jr., Cesar. “Elite Preferences in a Consolidating Democracy: The Brazilian Legislative Surveys, 1990–2009.” *Latin American Politics and Society*, v. 52, n. 4, p. 1–27, 2010.
- BARRAGÁN, M.; RIVAS PÉREZ, C.; RIVAS OTERO, J. M. “PELA-USAL: A Methodological Tool for the Study of Elites.” In: ALCÁNTARA, M.; GARCÍA MONTERO, M.; RIVAS PÉREZ, C. (eds). *Politics and Political Elites in Latin America*. Cham: Springer, 2020.
- SANTOS, Fabiano. *O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão*. Belo Horizonte: UFMG, 2003
- MELO, Marcus André; PEREIRA, Carlos. *Making Brazil Work: Checking the President in a Multiparty System*. New York: Palgrave Macmillan, 2016.
- VASSELAI, Fabrício; MIGNOZZETTI, Umberto. “Coalizões sem Coalizão? O Legislativo após as Emendas Impositivas.” *Revista de Ciência Política*, v. 24, p. 23–41, 2014.
- COUTO, Cláudio Gonçalves; SOARES, Marjorie; LIVRAMENTO, Rodrigo. “Coalizões de Governo no Brasil Pós-1988.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 107, 2021.

### **Complementares e metodológicas**

- ALMEIDA, R. DE. *A política no púlpito: a ascensão de Marina Silva e do fundamentalismo evangélico no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.
- ALONSO, A. *Jair Bolsonaro: o fascismo brasileiro em um mundo em crise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- AGRESTI, A. *Statistical methods for the social sciences*. Bos: Pearson, 2017.
- ALDENDERFER, M. S.; BLASHFIELD, R. K. *Cluster analysis*. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1984.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CHEN, T. et al. Xgboost: extreme gradient boosting. R package version 0.4-2, v. 1, n. 4, p. 1–4, 2015.
- CHEN, T. et al. Package ‘xgboost’. R version, v. 90, n. 1–66, p. 40, 2019.
- COCHRAN, W. G. *Sampling techniques*. New York: John Wiley & Sons, 1977.

- COHEN, J. A Coefficient of Agreement for Nominal Scales. *Educational and Psychological Measurement*, v. 20, n. 1, p. 37–46, 1 abr. 1960.
- CRONBACH, L. J. Coefficient alpha and the internal structure of tests. *psychometrika*, v. 16, n. 3, p. 297–334, 1951.
- EVERITT, B. S. et al. *Cluster analysis*. 5th. ed. Chichester: Wiley, 2011.
- FABRIGAR, L. R. et al. Evaluating the use of exploratory factor analysis in psychological research. *Psychological methods*, v. 4, n. 3, p. 272, 1999.
- FEINERER, I.; HORNIK, K.; MEYER, D. Text Mining Infrastructure in R. *Journal of Statistical Software*, v. 25, n. 5, 2008.
- GRIMMER, J.; STEWART, B. M. Text as Data: The Promise and Pitfalls of Automatic Content Analysis Methods for Political Texts. *Political Analysis*, v. 21, n. 3, p. 267–297, 4 jan. 2013.
- HAIR, J. F. *Multivariate data analysis*. 7th. ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2009.
- HASTIE, T. *The elements of statistical learning: data mining, inference, and prediction* New YorkSpringer, , 2009.
- COHEN, J. A Coefficient of Agreement for Nominal Scales. *Educational and Psychological Measurement*, v. 20, n. 1, p. 37–46, 1 abr. 1960.
- KRIPPENDORFF, Klaus. *Content Analysis: An Introduction to Its Methodology*. Thousand Oaks: Sage, 2018.
- KING, A. Agendas, Alternatives, and Public Policies. *Journal of Public Policy*, v. 5, n. 2, p. 281–283, 28 maio 1985.
- KING, Gary. “The Methodology of Political Research: A Retrospective.” *Political Analysis*, v. 1, n. 1, 1985
- KUHN, M.; WICKHAM, H. *Tidymodels: a collection of packages for modeling and machine learning using tidyverse principles* Boston, MA, USA, , 2020.
- LAVER, Michael; BENOIT, Kenneth; GARRY, John. “Extracting Policy Positions from Political Texts Using Words as Data.” *American Political Science Review*, v. 97, n. 2, p. 311–331, 2003.
- MUNZERT, S. et al. *Automated Data Collection with R*. Chichester, UK: John Wiley & Sons, Ltd, 2014.
- NEUENDORF, K. A. *The content analysis guidebook*. Thousand Oaks, CA: sage, 2017.
- GRIMMER, Justin; STEWART, Brandon. *Text as Data: A New Framework for Machine Learning and the Social Sciences*. Princeton: Princeton University Press, 2022.
- KINNEAR, Thomas; TAYLOR, James. *Research Methods in the Behavioral Sciences*.

New York: McGraw-Hill, 1996.

TAROUCO, G. DA S.; MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e politica*, v. 21, p. 149–165, 2013.

TAVAKOL, M.; DENNICK, R. Making sense of Cronbach's alpha. *International journal of medical education*, v. 2, p. 53, 2011.

WILKERSON, J.; CASAS, A. Large-Scale Computerized Text Analysis in Political Science: Opportunities and Challenges. *Annual Review of Political Science*, v. 20, n. 1, p. 529–544, 11 maio 2017

## 10. Anexos

Todas as tabelas e quadros presentes na seção foram feitos pelo autor utilizando dados da própria pesquisa e de referenciais citadas ao longo da tese.

### 10.1 ANEXO I: Base de dados de ideologia utilizada

**Tabela 10.1:** Tabela do referencial de Borges (2021)

election	party	scalePZorig	sdPZ	ideologyPZ	ideoBKWB	ideology
2002	PCdoB	-0.880865449	0.040986071	2.131778235	4.961538315	2.131778235
2002	PDT	-0.470874951	0.03605725	6.026687966	8.38	6.026687966
2002	PFL	0.739282775	0.040962051	17.52318636	17.33333397	17.52318636
2002	PMDB	0.171824563	0.035265488	12.13233335	11.5	12.13233335
2002	PP	0.811036928	0.042416117	18.20485082	16.7826	18.20485082
2002	PPS	-0.379390106	NA	6.895793993	10.375	6.895793993
2002	PR	0.443804842	0.0370798	14.716146	14.75	14.716146
2002	PRONA	NA	NA	NA	16.7	16.7
2002	PSB	-0.612731068	0.03778627	4.679054854	7.5	4.679054854
2002	PSC	NA	NA	NA	11.6	11.6
2002	PSD	NA	NA	NA	16.7	16.7
2002	PSDB	0.199155109	0.035651852	12.39197354	13.4615	12.39197354
2002	PSL	NA	NA	NA	16.7	16.7
2002	PST	NA	NA	NA	15	15
2002	PT	-0.775332934	0.039392147	3.134337127	6.3703704	3.134337127
2002	PTB	0.479287163	0.03791351	15.05322805	13.6	15.05322805
2002	PV	NA	NA	NA	7.360000134	7.360000134
2006	PCdoB	-0.722732986	0.043610355	3.634036633	4.961538315	3.634036633
2006	PDT	-0.330554151	0.039682373	7.359735566	8.38	7.359735566
2006	PFL	0.685091097	0.044710966	17.00836542	17.33333397	17.00836542
2006	PHS	NA	NA	NA	11.6	11.6
2006	PMDB	0.134856179	0.039966744	11.7811337	11.5	11.7811337
2006	PMN	NA	NA	NA	5.7	5.7
2006	PP	0.693809899	0.045232917	17.09119404	16.78260803	17.09119404
2006	PPS	-0.387471591	NA	6.819019886	10.375	6.819019886
2006	PR	0.438231504	0.041666884	14.66319929	14.75	14.66319929
2006	PRB	NA	NA	NA	15	15
2006	PRONA	NA	NA	NA	16.7	16.7
2006	PSB	-0.517011719	0.041003786	5.58838867	7.5	5.58838867
2006	PSC	NA	NA	NA	11.6	11.6
2006	PSDB	0.164331755	0.039173882	12.06115167	13.4615	12.06115167
2006	PSOL	NA	NA	NA	2.95	2.95
2006	PT	-0.50272589	0.041001785	5.724104045	6.3703704	5.724104045

PT do						
2006	B	NA	NA	NA	11.6	11.6
2006	PTB	0.395317982	0.041364199	14.25552083	13.6	14.25552083
2006	PTC	NA	NA	NA	11.6	11.6
2006	PV	NA	NA	NA	7.360000134	7.360000134
2010	PCdoB	-0.697626307	0.039963858	3.872550084	4.333333492	3.872550084
2010	PDT	-0.338145241	0.036216455	7.287620211	6.714285851	7.287620211
2010	PFL	0.677744066	0.042517679	16.93856863	16.7142849	16.93856863
2010	PMDB	0.093615786	0.035977861	11.38934997	10.64999962	11.38934997
2010	PP	0.56704964	0.040336126	15.88697158	16.52380943	15.88697158
2010	PPS	-0.150735144	NA	9.068016132	9.631579399	9.068016132
2010	PR	0.366156552	0.037884753	13.97848724	14.69999981	13.97848724
2010	PSB	-0.454672895	0.037098241	6.180607498	6.857142925	6.180607498
2010	PSC	NA	NA	NA	15.83333302	15.83333302
2010	PSDB	0.127867865	0.036639226	11.71474472	12	11.71474472
2010	PSOL	-0.922656598	0.044746806	1.734762319	2.857142925	1.734762319
2010	PT	-0.499251498	0.037944569	5.757110769	5.428571224	5.757110769
2010	PTB	0.31632851	0.036789385	13.50512085	13.60000038	13.50512085
2010	PV	-0.227688798	0.035631536	8.336956419	8.157895088	8.336956419
2014	PCdoB	-0.714230492	0.039048601	3.714810326	3.666666746	3.714810326
2014	PDT	-0.308103757	0.036251522	7.573014309	8.5	7.573014309
2014	PFL	0.816904204	0.044189099	18.26058994	17.58823586	18.26058994
2014	PMDB	0.20643262	0.036346548	12.46110989	11.72222233	12.46110989
2014	PP	0.597069426	0.03941365	16.17215955	16.94444466	16.17215955
2014	PPS	-0.189457571	NA	8.700153076	10.125	8.700153076
2014	PR	0.458633006	0.036827905	14.85701356	16.5625	14.85701356
2014	PRB	NA	NA	NA	15.92307663	15.92307663
2014	PROS	0.050079186	0.065593005	10.97575227	13.5	10.97575227
2014	PSB	-0.135201724	0.035198581	9.215583622	8.333333015	9.215583622
2014	PSC	NA	NA	NA	17.25	17.25
2014	PSD	0.396862567	0.039005917	14.27019439	13.61538506	14.27019439
2014	PSDB	0.246781894	0.037618804	12.84442799	13.83333302	12.84442799
2014	PSOL	-0.934673128	0.0431104	1.620605284	2.777777672	1.620605284
2014	PT	-0.501703959	0.037508649	5.73381239	6.222222328	5.73381239
2014	PTB	0.349969079	0.037054815	13.82470625	13.1875	13.82470625
2014	PV	-0.202233419	0.036140353	8.57878252	9.133333206	8.57878252
2014	SD	0.187381607	0.06597098	12.28012527	NA	12.28012527
2018	NOVO	NA	NA	NA	18.30769231	18.30769231
2018	PCdoB	-0.694711048	0.040265383	3.900245044	NA	3.900245044
2018	PDT	-0.36680722	0.035949674	7.01533141	6.660869565	7.01533141
2018	PFL	0.757351411	0.041336267	17.6948384	18.08695652	17.6948384
2018	PMDB	0.41176845	0.036260135	14.41180028	14.66086957	14.41180028
2018	PODE	0.295052834	0.068225332	13.30300192	15.95098039	13.30300192
2018	PP	0.63446211	0.041381201	16.52739005	17	16.52739005
2018	PR	0.434717521	0.038566364	14.62981645	17.05357143	14.62981645
2018	PRB	0.447761826	0.036898654	14.75373735	16.80769231	14.75373735
2018	PROS	0.050079186	0.065593005	10.97575227	NA	10.97575227
2018	PSB	-0.399928751	0.036590802	6.700676866	7.973451327	6.700676866

2018	PSC	0.562430384	0.038944935	15.84308865	NA	15.84308865
2018	PSD	0.420726722	0.037619344	14.49690386	15.81481481	14.49690386
2018	PSDB	0.501366503	0.038644241	15.26298178	14.77192982	15.26298178
2018	PSL	NA	NA	NA	18.35483871	18.35483871
2018	PSOL	-0.852792616	0.042941616	2.398470148	1.657894737	2.398470148
2018	PT	-0.626976124	0.038789219	4.543726822	5.043859649	4.543726822
2018	PTB	0.2271941	0.034934281	12.65834395	13.88392857	12.65834395
2018	PV	-0.036814565	0.034083979	10.15026163	9.769230769	10.15026163
2018	REDE	-0.51565779	0.037143301	5.601250995	9.33333	5.601250995
2018	SD	0.187381607	0.06597098	12.28012527	NA	12.28012527

## 10.2 ANEXO II: Critérios detalhados de classificação da amostra de discursos

**Quadro 10.1:** Quadro com pontuação detalhada por categoria

Categoria	Pontuação	Descrição
1. Cuidado/Dano	1	Ausente: O discurso não menciona sofrimento ou bem-estar, ou, em casos extremos, sugere ações que podem causar dano sem justificção aparente.
	2	Leve/Implícito: Há uma menção superficial ou implícita de preocupação com o bem-estar ou a mitigação de um dano menor, mas não é um tema central.
	3	Moderado: O discurso expressa preocupação explícita com o sofrimento ou dano de um grupo específico, ou propõe medidas de cuidado/proteção de forma clara, mas não dominante.
	4	Forte: O discurso enfatiza fortemente o sofrimento ou dano de um grupo significativo, ou clama por ações urgentes e abrangentes para proteger e promover o bem-estar, com exemplos concretos.
	5	Dominante/Pervasivo: O sofrimento ou dano é o tema central e motivador do discurso, com linguagem emotiva e descrições vívidas das consequências negativas, e um clamor intenso por intervenção para cuidar e proteger.
2. Justiça/Trapaça	1	Ausente/Contrário: O discurso não aborda questões de justiça, ou, em casos extremos, defende práticas que podem ser vistas como desonestas ou desiguais.
	2	Leve/Implícito: Há uma menção sutil a princípios de equidade ou uma preocupação indireta com a correção de uma situação, sem grande ênfase.
	3	Moderado: O discurso aborda explicitamente uma questão de justiça ou injustiça, buscando correção ou equidade, mas sem linguagem excessivamente carregada ou foco exclusivo.

	4	Forte: O discurso denuncia veementemente uma injustiça, fraude ou tratamento desigual, clamando por retidão, probidade e a aplicação rigorosa de regras para restaurar a equidade, com exemplos claros.
	5	Dominante/Pervasivo: A denúncia de injustiça ou trapaça é o motor principal do discurso, com linguagem forte e moralizante, exigindo a responsabilização dos culpados e a restauração de uma ordem justa e proba, muitas vezes com um tom de indignação.
3. Lealdade/Traição	1	Ausente/Contrário: O discurso não aborda questões de lealdade ou pertencimento, ou, em casos extremos, promove a divisão ou a deslealdade a grupos estabelecidos.
	2	Leve/Implícito: Há uma menção sutil de pertencimento a um grupo (ex: "meu estado", "nossos colegas") ou um reconhecimento de esforço coletivo, sem grande ênfase.
	3	Moderado: O discurso expressa lealdade a um grupo específico (partido, estado, categoria profissional) ou à nação, defendendo seus interesses. Pode haver uma crítica implícita ou explícita a ações que falham em demonstrar lealdade.
	4	Forte: O discurso exalta a lealdade a um grupo (nação, estado, instituição, partido) de forma proeminente, defendendo seus interesses contra ameaças externas ou internas, e pode condenar explicitamente atos de traição ou deslealdade.
	5	Dominante/Pervasivo: A lealdade a um grupo (frequentemente a nação ou uma comunidade específica) é o tema central e recorrente, com um forte senso de "nós" contra "eles" (os traidores ou desleais), com apelos emocionais e um tom de orgulho e defesa intransigente.
4. Autoridade/Subversão	1	Ausente/Contrário: O discurso não aborda questões de autoridade ou ordem, ou, em casos extremos, desafia abertamente a autoridade legítima.
	2	Leve/Implícito: Há uma menção superficial a figuras de autoridade ou a procedimentos, ou uma preocupação sutil com a manutenção da ordem.
	3	Moderado: O discurso reconhece o papel de autoridades ou instituições, ou critica falhas na gestão/ordem, buscando que a autoridade atue corretamente para restaurar a ordem.
	4	Forte: O discurso exalta a importância da autoridade, da lei e das instituições, ou denuncia veementemente a subversão da ordem, a ineficácia da gestão ou o desrespeito à lei por parte de quem deveria zelar por ela, clamando por uma restauração da ordem.

	5	Dominante/Pervasivo: A defesa da autoridade e da ordem é o pilar central do discurso, com forte condenação de qualquer subversão, caos ou desrespeito à lei e às instituições. Pode haver um clamor por punição exemplar e um tom de urgência para restabelecer a ordem.
5. Pureza/Degradação	1	Ausente/Contrário: O discurso não aborda questões de pureza ou degradação, ou, em casos extremos, promove o que pode ser considerado imoral ou degradante.
	2	Leve/Implícito: Há uma menção sutil a valores como "dignidade", "excelência" ou "qualidade", ou uma preocupação implícita com a "limpeza" de algo (ex: contas, meio ambiente). Pode haver uma referência religiosa indireta.
	3	Moderado: O discurso expressa preocupação com a degradação de valores, instituições ou práticas, ou busca a restauração da integridade e da decência. Pode haver referências mais explícitas a temas religiosos ou morais.
	4	Forte: O discurso denuncia veementemente a degradação moral, ética ou física (ex: corrupção profunda, violência extrema, desrespeito à vida/dignidade), utilizando linguagem que evoca a "sujeira", a "corrupção", a "imoralidade". Clama por uma "limpeza" ou restauração da pureza. Pode ter um forte componente religioso.
	5	Dominante/Pervasivo: A degradação (moral, ética, social, espiritual) é o tema central e recorrente, com linguagem altamente carregada de valores de pureza e santidade. O discurso pode invocar o sagrado, condenar o "mal" em termos absolutos e clamar por uma purificação radical da sociedade, da política ou de indivíduos.
6. Pop. Antielite	1	Ausente: O discurso não contém críticas a elites, ou as críticas são direcionadas a problemas sistêmicos ou a indivíduos sem conotação de elite. Pode haver elogios a elites.
	2	Leve: O discurso contém críticas pontuais a figuras de poder ou instituições, sugerindo ineficiência ou falta de atenção, mas sem demonização ou generalização.
	3	Moderado: O discurso critica explicitamente uma elite (política, econômica, burocrática) por suas ações ou omissões, que são vistas como prejudiciais ao "povo" ou ao país. Pode haver insinuações de má-fé ou incompetência.
	4	Forte: O discurso ataca veementemente uma elite específica ou um segmento do poder, acusando-os de corrupção, irresponsabilidade, manipulação ou de agir contra os interesses do "povo". A crítica é generalizada dentro do grupo-alvo e pode haver um tom de demonização.

	5	Dominante/Radical: A demonização de uma elite é central e pervasiva, retratando-a como intrinsecamente corrupta, ilegítima, opressora ou inimiga do "povo". O discurso pode usar linguagem extrema e buscar a total deslegitimação dessa elite.
7. Pop. Apelo Ao Povo	1	Ausente: O discurso não faz menção ao "povo" ou à "população" como uma entidade política ou moral unificada.
	2	Leve/Implícito: O discurso menciona a "população" ou "cidadãos" como beneficiários de políticas, ou como um grupo afetado por problemas, sem grande ênfase ou contraste com elites.
	3	Moderado: O discurso se refere explicitamente ao "povo" ou a segmentos amplos da sociedade (ex: "trabalhadores", "famílias") como o grupo que sofre ou que tem aspirações, e o orador se posiciona como seu defensor.
	4	Forte: O discurso invoca o "povo" como a verdadeira voz da nação, a vítima das elites ou o detentor da sabedoria. O orador se apresenta como o porta-voz autêntico dos anseios populares, buscando mobilizar ou representar essa vontade.
	5	Dominante/Pervasivo: O "povo" é o ator central e virtuoso do discurso, frequentemente contrastado com elites corruptas ou ilegítimas. O orador se identifica plenamente com o "povo", utilizando linguagem emotiva e apelando a um senso de unidade e destino comum.
8. Pop. Antagonismo	1	Ausente: O discurso é conciliador, propositivo, ou foca em problemas sem identificar um "inimigo" claro.
	2	Leve/Implícito: Há um desacordo ou uma crítica a uma política ou situação, mas sem a construção de um "inimigo" explícito ou a negação do pluralismo.
	3	Moderado: O discurso estabelece um conflito claro com um adversário (partido, governo, grupo específico), criticando suas ações e posicionando o "nós" em oposição. Pode haver um tom de denúncia.
	4	Forte: O discurso constrói um antagonismo explícito e moralizado, identificando um "inimigo" (elites, partidos, grupos) cujas ações são condenadas como prejudiciais ao "povo" ou à nação. O conflito é apresentado como fundamental e pode haver um tom de urgência ou de "luta".
	5	Dominante/Radical: O antagonismo é o elemento central do discurso, com a demonização total do "inimigo" e a apresentação do conflito como uma batalha existencial. Não há espaço para conciliação, e o "outro" é deslegitimado moralmente e politicamente.

### 10.3 ANEXO III: Testes de diferença de média Tukey para as oito variáveis e os cinco espectros

**Tabela 10.2:** Teste ANOVA para preceitos morais aglutinadores

	df	sumsq	meansq	statistic	p.value
bloco_ideologico	2	23.5358	11.7679	33.9048	1.89093E-15
Residuals	374678	130046	0.34709		

**Tabela 10.3:** Teste ANOVA para preceitos morais individualizante

	df	sumsq	meansq	statistic	p.value
bloco_ideologico	2	1257.287112	628.6435558	1079.040144	0.0000
Residuals	374678	218285.586	0.582595151		

**Tabela 10.4:** Teste Tukey para preceitos morais Aglutinadores

Pares	diff	lwr	upr	p adj
Centro-Esquerda	-0.022900854	-0.031247966	-0.014553742	3.82532E-10
Direita-Esquerda	-0.013533793	-0.018255635	-0.00881195	5.54663E-11
Direita-Centro	0.009367061	0.000986171	0.017747951	0.023920243

**Tabela 10.5:** Teste Tukey para preceitos morais individualizante

	diff	lwr	upr	p adj
Centro-Esquerda	-0.125850022	-0.136664373	-0.115	0
Direita-Esquerda	-0.113980519	-0.120098043	-0.1079	0
Direita-Centro	0.011869503	0.00101139	0.02273	0.028074485

Nota: os valores para “p adj” que tiveram 0 (zero) como resultado significam que o número do teste era extremamente pequeno.

### 10.4 ANEXO IV: ANOVA e TUKEY como validação para os clusters da Hipótese 1

**Tabela 10.6:** ANOVA para os clusters da Hipótese 1

Categoria	term	df	sumsq	meansq	statistic	p.value
Cuidado Dano	Cluster	3	0.566211023	0.188737008	45.3330429	1.19178E-13
Cuidado Dano	Residuals	45	0.187350436	0.004163343		

Justiça Trapaça	Cluster	3	0.649393999	0.216464666	29.60307902	1.00605E-10
Justiça Trapaça	Residuals	45	0.329050569	0.007312235		
Lealdade Traição	Cluster	3	0.370999854	0.123666618	12.67108408	3.91831E-06
Lealdade Traição	Residuals	45	0.439188768	0.00975975		
Autoridade Subversão	Cluster	3	0.824259212	0.274753071	36.76356621	3.64425E-12
Autoridade Subversão	Residuals	45	0.336308184	0.007473515		
Pureza Degradação	Cluster	3	0.10465408	0.034884693	4.85667773	0.005190892
Pureza Degradação	Residuals	45	0.323227375	0.007182831		
POP antielite	Cluster	3	0.332907215	0.110969072	30.30161996	7.11796E-11
POP antielite	Residuals	45	0.164796741	0.00366215		
POP apelo ao povo	Cluster	3	1.477307028	0.492435676	30.39288258	6.80601E-11
POP apelo ao povo	Residuals	45	0.729105091	0.016202335		
POP Antagonismo	Cluster	3	1.567476585	0.522492195	25.82872104	7.1919E-10
POP Antagonismo	Residuals	45	0.910310222	0.020229116		

**Tabela 10.7:** TUKEY-test para os clusters da Hipótese 1

<b>Categoria</b>	<b>Pares</b>	<b>diff</b>	<b>lwr</b>	<b>upr</b>	<b>p adj</b>
Cuidado Dano	2-1	0.173711	0.114852	0.232569	3.14E-09
Cuidado Dano	3-1	0.330176	0.252828	0.407525	3.03E-13
Cuidado Dano	4-1	0.157861	0.047609	0.268113	0.002226
Cuidado Dano	3-2	0.156465	0.086546	0.226385	2.03E-06
Cuidado Dano	4-2	-0.01585	-0.12102	0.089324	0.977748
Cuidado Dano	4-3	-0.17232	-0.28885	-0.05578	0.001528
Justiça Trapaça	2-1	0.177696	0.099692	0.255699	1.41E-06
Justiça Trapaça	3-1	0.304551	0.202044	0.407058	2.63E-09
Justiça Trapaça	4-1	0.377722	0.231609	0.523836	8.6E-08
Justiça Trapaça	3-2	0.126855	0.034193	0.219518	0.003648
Justiça Trapaça	4-2	0.200027	0.060644	0.33941	0.002169
Justiça Trapaça	4-3	0.073171	-0.08127	0.227609	0.590218
Lealdade Traição	2-1	0.156288	0.066171	0.246405	0.00018
Lealdade Traição	3-1	0.2537	0.135273	0.372126	4.84E-06
Lealdade Traição	4-1	0.193379	0.024575	0.362184	0.019016
Lealdade Traição	3-2	0.097411	-0.00964	0.204464	0.086304
Lealdade Traição	4-2	0.037091	-0.12394	0.19812	0.926946
Lealdade Traição	4-3	-0.06032	-0.23874	0.118101	0.803862
Autoridade Subversão	2-1	0.171825	0.092966	0.250684	3.47E-06
Autoridade Subversão	3-1	0.334262	0.230631	0.437894	2.76E-10
Autoridade Subversão	4-1	0.448462	0.300747	0.596178	1.47E-09
Autoridade Subversão	3-2	0.162437	0.068758	0.256116	0.00018
Autoridade Subversão	4-2	0.276637	0.135725	0.417549	2.42E-05
Autoridade Subversão	4-3	0.1142	-0.04193	0.270331	0.221782
Pureza Degradação	2-1	0.067555	-0.00976	0.144865	0.106095
Pureza Degradação	3-1	0.129361	0.027764	0.230957	0.007564
Pureza Degradação	4-1	0.139088	-0.00573	0.283902	0.063879
Pureza Degradação	3-2	0.061806	-0.03003	0.153645	0.288929

Pureza Degradação	4-2	0.071533	-0.06661	0.209677	0.517355
Pureza Degradação	4-3	0.009727	-0.14334	0.162792	0.998241
POP antielite	2-1	0.11085	0.055648	0.166052	1.62E-05
POP antielite	3-1	0.25858	0.186037	0.331124	1.5E-11
POP antielite	4-1	0.108662	0.005259	0.212065	0.036069
POP antielite	3-2	0.147731	0.082154	0.213307	1.78E-06
POP antielite	4-2	-0.00219	-0.10083	0.096453	0.999925
POP antielite	4-3	-0.14992	-0.25921	-0.04062	0.003572
POP apelo ao povo	2-1	0.253874	0.137762	0.369986	3.24E-06
POP apelo ao povo	3-1	0.530176	0.377589	0.682763	3.19E-11
POP apelo ao povo	4-1	0.091052	-0.12645	0.308549	0.681197
POP apelo ao povo	3-2	0.276302	0.138369	0.414235	1.69E-05
POP apelo ao povo	4-2	-0.16282	-0.3703	0.044657	0.17079
POP apelo ao povo	4-3	-0.43912	-0.66901	-0.20924	3.87E-05
POP Antagonismo	2-1	0.258595	0.128855	0.388336	1.85E-05
POP Antagonismo	3-1	0.514117	0.34362	0.684615	1.77E-09
POP Antagonismo	4-1	0.50532	0.262294	0.748346	8.54E-06
POP Antagonismo	3-2	0.255522	0.101399	0.409645	0.000346
POP Antagonismo	4-2	0.246725	0.014892	0.478557	0.033033
POP Antagonismo	4-3	-0.0088	-0.26567	0.248074	0.999722

## 10.5 ANEXO V: Testes T para Hipótese 4

**Tabela 10.8:** Teste T para o período Lula I (legislatura 52)

Fundamento	estimate	estimate1	estimate2	statistic	p.value	parameter	conf.low	conf.high
Cuidado Dano	-0.08	1.53	1.62	-10.06	9.61E-24	22439.95	-0.10	-0.068
Justiça Trapaça	-0.20	1.55	1.75	-15.89	1.58E-56	21736.39	-0.22	-0.172
Lealdade Traição	0.06	1.55	1.49	5.76	8.44E-09	24618.66	0.04	0.075
Autoridade Subversão	-0.03	1.73	1.76	-3.72	0.000203	23595.57	-0.05	-0.015
Pureza Degradação	-0.05	1.36	1.41	-6.06	1.4E-09	22431.19	-0.06	-0.031
POP antielite	-0.01	1.42	1.43	-1.27	0.204263	23570.92	-0.03	0.007
POP apelo ao povo	-0.35	2.06	2.41	-25.33	1.2E-139	22957.20	-0.38	-0.323
POP Antagonismo	-0.23	2.31	2.55	-16.46	1.5E-60	23942.19	-0.26	-0.207

**Tabela 10.9:** Teste T para o período Lula II (legislatura 53)

Fundamento	estimate	estimate1	estimate2	statistic	p.value	parameter	conf.low	conf.high
Cuidado Dano	-0.03	1.46	1.50	-4.87	1.14E-06	25263.559	-0.047	-0.020
Justiça Trapaça	-0.15	1.51	1.66	-14.18	1.85E-45	23511.001	-0.173	-0.131
Lealdade Traição	0.03	1.47	1.44	3.55	0.000392	25791.715	0.013	0.045
Autoridade Subversão	-0.02	1.70	1.72	-1.96	0.049752	25397.793	-0.032	0.000
Pureza Degradação	-0.03	1.31	1.34	-4.21	2.61E-05	24374.421	-0.039	-0.014
POP antielite	-0.01	1.37	1.38	-1.23	0.219197	25028.552	-0.028	0.006

POP apelo ao povo	-0.26	1.95	2.20	-20.72	1.59E-94	24139.342	-0.282	-0.233
POP Antagonismo	-0.26	2.23	2.49	-19.68	1.45E-85	25146.561	-0.281	-0.230

**Tabela 10.10:** Teste T para o período Dilma I (legislatura 54)

Fundamento	estimate	estimate1	estimate2	statistic	p.value	parameter	conf.low	conf.high
Cuidado Dano	-0.10	1.41	1.52	-14.19	1.51583E-45	27050.608	-0.12	-0.09
Justiça Trapaça	-0.18	1.52	1.70	-17.27	1.90376E-66	26513.363	-0.20	-0.16
Lealdade Traição	-0.02	1.47	1.49	-2.33	0.020030499	28221.120	-0.04	0.00
Autoridade Subversão	-0.03	1.66	1.69	-4.46	8.13708E-06	29975.801	-0.05	-0.02
Pureza Degradação	-0.05	1.31	1.36	-7.41	1.31034E-13	27544.881	-0.06	-0.03
POP antielite	-0.07	1.33	1.40	-7.81	5.72649E-15	27417.507	-0.08	-0.05
POP apelo ao povo	-0.34	1.92	2.26	-28.24	5.2892E-173	27411.242	-0.37	-0.32
POP Antagonismo	-0.31	2.21	2.52	-24.37	8.1022E-130	28919.875	-0.33	-0.28

**Tabela 10.11:** Teste T para o período Dilma II (legislatura 55a)

Fundamento	estimate	estimate1	estimate2	statistic	p.value	parameter	conf.low	conf.high
Cuidado Dano	-0.14	1.34	1.47	-14.73	9.87438E-49	13269.99	-0.16	-0.12
Justiça Trapaça	-0.28	1.49	1.77	-19.91	6.5145E-87	13241.40	-0.31	-0.25
Lealdade Traição	-0.04	1.42	1.45	-3.68	0.000230577	14480.45	-0.06	-0.02
Autoridade Subversão	-0.36	1.65	2.00	-25.59	7.5045E-141	12602.65	-0.38	-0.33
Pureza Degradação	-0.07	1.28	1.35	-9.22	3.24838E-20	13777.25	-0.09	-0.06
POP antielite	-0.10	1.29	1.38	-8.88	7.29366E-19	13775.93	-0.12	-0.08
POP apelo ao povo	-0.41	1.92	2.33	-26.05	3.3602E-146	14117.15	-0.44	-0.38
POP Antagonismo	-0.52	2.13	2.65	-32.21	5.5079E-220	14684.62	-0.55	-0.49

**Tabela 10.12:** Teste T para o período Temer (legislatura 55b)

Fundamento	estimate	estimate1	estimate2	statistic	p.value	parameter	conf.low	conf.high
Cuidado Dano	0.06	1.34	1.27	5.298	1.24E-07	3945.99	0.04	0.09
Justiça Trapaça	0.19	1.56	1.37	10.076	1.34E-23	4026.67	0.15	0.22
Lealdade Traição	-0.06	1.36	1.43	-4.149	3.42E-05	3720.59	-0.09	-0.03
Autoridade Subversão	0.13	1.68	1.55	7.205	6.9E-13	4046.44	0.09	0.16
Pureza Degradação	0.02	1.23	1.21	1.794	0.072964	3778.71	0.00	0.04
POP antielite	0.06	1.29	1.23	3.971	7.29E-05	3865.39	0.03	0.09
POP apelo ao povo	0.19	2.01	1.83	7.555	5.21E-14	3792.92	0.14	0.24
POP Antagonismo	0.10	2.13	2.03	3.602	0.00032	3717.52	0.04	0.15

**Tabela 10.13:** Teste T para o período Bolsonaro (legislatura 56)

Fundamento	estimate	estimate1	estimate2	statistic	p.value	parameter	conf.low	conf.high
Cuidado Dano	0.10	1.35	1.25	10.22	2.45E-24	6795.57	0.08	0.12
Justiça Trapaça	0.07	1.44	1.37	5.59	2.39E-08	6635.87	0.05	0.10

Lealdade Traição	-0.09	1.37	1.46	-7.97	1.86E-15	6416.80	-0.12	-0.07
Autoridade	0.03	1.61	1.58	2.63	0.008602	6605.85	0.01	0.06
Subversão								
Pureza Degradação	-0.12	1.24	1.35	-12.72	1.36E-36	6213.14	-0.13	-0.10
POP antielite	0.01	1.27	1.25	1.23	0.220161	6542.43	-0.01	0.04
POP apelo ao povo	0.12	1.98	1.86	6.59	4.9E-11	6566.69	0.08	0.16
POP Antagonismo	-0.03	2.10	2.14	-1.54	0.123239	6459.63	-0.07	0.01

---